

**Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG
Mestrado em Geografia**

**A colonização do sertão da Paraíba: agentes
produtores do espaço e contatos interétnicos
(1650 – 1730)**

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes

**João Pessoa - P.B.
2006**

**Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG
Mestrado em Geografia**

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes

**A colonização do sertão da Paraíba: agentes
produtores do espaço e contatos interétnicos
(1650 – 1730)**

**João Pessoa - P.B.
FEVEREIRO/ 2006**

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes

**A colonização do sertão da Paraíba: agentes
produtores do espaço e contatos interétnicos
(1650 – 1730)**

Orientadora: Ariane Norma de Menezes Sá

DISSERTAÇÃO apresentada no
Programa de Pós-Graduação em
Geografia, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para obtenção do
grau de Mestre em Geografia.

**João Pessoa – P.B.
Fevereiro/2006**

“A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)”

POR

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UEPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Cidade e Campo: espaço e trabalho

Aprovado por:

Profa Dra Ariane Norma de Menezes
Orientadora

Profa Dra Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Examinadora

Prof. Dr Josias de Castro Galvão
Examinador

Prof. Dr. João Azevedo Fernandes
Examinador

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a ocupação colonial do sertão da Paraíba tomando por base os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos realizados entre índios e colonizadores, num período que compreende a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII. Dito com outras palavras, nosso principal problema foi avaliar a atuação social de colonizadores e índios na reorganização do espaço-sertão em meio a sua colonização.

Desta maneira, procuramos demonstrar que a colonização do sertão da Paraíba e sua reorganização espacial não foi obra apenas dos diversos grupos sociais colonizadores, mas, sobretudo, contou com a participação de vários grupos indígenas que igualmente protagonizaram este processo de expansão territorial e contatos culturais. Dito de outra forma, objetivamos destacar a importância e a influência dos índios na colonização do sertão da Paraíba enfatizando suas estratégias de resistência e inserção ao mundo colonial. Trata-se desta maneira, de relativizar a dicotomia colonizador *versus* colonizado (os primeiros impondo e os outros resistindo à invasão), já que esta não pode ser vista como um dado, mas muito mais como uma construção política. Ver-se-á neste trabalho que o papel dos índios na conquista do sertão e os contatos interculturais destes com os colonizadores constituíram uma realidade fluida, diversificada e pulsante de assimilação, rejeição e transformações constantes ante a ordem colonial.

Agradecimentos:

Este trabalho teve a valiosa contribuição de várias pessoas que direta ou indiretamente ajudaram na sua concepção. Com elas, quero compartilhar os acertos, contudo, é evidente que a responsabilidade do que nele é defendido deve-se exclusivamente a seu autor.

Em primeiro lugar agradeço a Prof^a. Dra. Ariane Norma de Menezes Sá, minha orientadora que, com extrema competência e paciência soube me conter nos momentos de devaneios, entusiasmar nos tempos de desânimo e instigar quando necessário.

Sou grato, também, a todos os professores que ministraram as disciplinas que cursei no mestrado. Cada um a seu modo contribuiu não só para minha formação de geógrafo, mas, sobretudo com idéias e indicações bibliográficas que serviram de base teórica e metodológica para o trabalho, foram eles os Doutores: Raimundo Barroso Cordeiro Júnior; Carlos Augusto de Amorim Cardoso e as Doutoradas Doralice Sátyro Maia; Ariane Norma de Menezes Sá e Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

Aos professores que participaram da minha qualificação agradeço as significativas sugestões e críticas que me ajudaram a repensar e modificar alguns aspectos do trabalho, foram eles: os Profs. Drs. Hans Dieter da USP e João Azevedo Fernandes do Departamento de História da UFPB, as Prof^{as}. Dras. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e Ariane Norma de Menezes Sá do PPGG. Também neste sentido cabe aqui um agradecimento especial à Prof^a. Maria de Fátima que desde o início de minha jornada foi sempre muito solícita para conversar sobre minhas dúvidas e propor caminhos para o trabalho, bem como ao Prof. João Azevedo que muito gentilmente sempre se dispôs a auxiliar com valiosas indicações bibliográficas e dicas de fontes preciosas.

Registro ainda o meu agradecimento a Sônia, secretária da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, sempre disposta a atender minhas solicitações, em nome de quem aproveito para agradecer também aos demais funcionários do Departamento de Geociências.

Gostaria de aproveitar a oportunidade e saldar todos os colegas do curso com os quais tive oportunidade de trocar idéias além e desfrutar de suas companhias. Em especial um abraço para os amigos Márcia, Luciana, Joseneide, Carmelo, Everaldo e Marcos pessoas que convivi de maneira mais próxima e as quais aprendi a admirar. A meus amigos de longa data Ygor Yuri e Yuriallis pelo apoio e a compreensão do afastamento nos últimos tempos.

Por fim, agradeço pelo apoio constante e incondicional da minha mãe Jandira, minha avó Adélia e minha namorada Anna Carla. A elas, dedico este trabalho.

Sumário:

Relação de Ilustrações	03
Relações de Quadros	03
Abreviaturas	03
Introdução	05
Capítulo 01: Sertão colonial: dimensão simbólica, conquista biótica e limites territoriais	16
1.1 Conotações do sertão colonial	17
1.2 A etnogeografia e os índios “Tapuia”	21
1.3 Grupos sociais e étnicos associados ao sertão	26
1.4 Conquista biótica no sertão colonial	33
1.5 Limites territoriais do sertão da Paraíba	44
Capítulo 02: Os índios do sertão colonial	52
2.1 Tentativas de classificação dos índios do sertão	53
2.2 A produção intelectual sobre os índios do sertão	61
2.3 Cronistas: fontes privilegiadas para os estudos sobre indígenas no período colonial	65
2.4 O modo de vida dos índios “Tapuia”	69
Capítulo 03: Colonizadores: agentes produtores do espaço	84
3.1 Entradas e bandeiras na Paraíba	85
3.2 Motivações da conquista do sertão	88
3.3 Itinerários e ocupação colonial	92
3.4 Militares, padres e mulheres: heterogeneidade social na colonização do sertão	97
3.5 Ilhas de colonização	107
3.6 Grandes sesmeiros e arrendatários	108
Capítulo 04: Os contatos interétnicos na colonização do sertão	112
4.1 Índios guias	114
4.2 Sesmarias indígenas	117
4.3 Guerra dos Bárbaros no sertão da Paraíba	118
4.4. Aldeamentos missionários no sertão da Paraíba	131
Considerações finais	138
Bibliografia	141

Relação de Ilustrações:

- Figura 01:** Tesouro dos Mapas: Carta Geográfica Del Brasil
Giovanni Battista Albrizzi, 1740 (Tamanho Original 33,2 x 43,5 cm). **24**
- Figura 02 :** Tesouro dos Mapas: Carte du Brésil, Premiere Partie:
Depuis la Rivière dès Amazones jusq'á la Bage de Tour les Saints.
Jean Baptiste Bourguignen D'Anville, 1746 (Tamanho original 22,4x 30,3 cm). **25**
- Figura 03:** Mapa Original de Wilson Seixas sobre as vias de penetração
no sertão da Paraíba e seus limites territoriais. **50**
- Figura 04:** Mapa Etnográfico de J. Hemming, 1978 apud Pompa (2003). **58**
- Figura 05:** BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar.
In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.).
Paraíba: conquista, patrimônio e povo. João Pessoa: Edições GRAFSET,
1993, 21-38. **60**

Relação de Quadros:

- Quadro 01:** Concentração de doações de sesmarias nos principais
rios do sertão da Paraíba e seus afluentes. **107**
- Quadro 02:** Aldeamentos indígenas do sertão da Paraíba. **136**

Abreviaturas:

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
DH – Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, João Pessoa.

Introdução:

Dentre as diversas conceituações possíveis de espaço, aquela que o entende como produto das relações entre indivíduos, grupos ou culturas nos desperta especial interesse. Além disso, o espaço se produz no tempo estando assim, em contínua construção.

Baseado nessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a ocupação colonial do sertão da Paraíba tomando por base os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos realizados entre índios e colonizadores, num período que compreende a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII. Dito com outras palavras, nosso principal problema foi avaliar a atuação social de colonizadores e índios na reorganização do espaço-sertão em meio a sua colonização.

O tema da colonização do sertão não é inédito entre os estudiosos da Paraíba, no entanto, a partir de abordagens diferentes, pretende-se discutir questões que foram tratadas marginalmente por alguns estudiosos do tema ou mesmo, não estiveram no centro de suas preocupações¹. Trata-se assim, de redimensionar a formação social e territorial a partir da análise dos diferentes grupos sociais que participaram da colonização do sertão tendo como referência a importância dos índios não apenas como vítimas, como geralmente se fez nos estudos clássicos, mas sobretudo como sujeitos históricos que se posicionaram de diversas maneiras em relação a este processo.

Desta maneira, procuramos demonstrar neste trabalho que a colonização do sertão da Paraíba e sua reorganização espacial não foi obra apenas dos diversos grupos sociais

¹ Os principais trabalhos sobre o sertão colonial na historiografia paraibana foram produzidos por Celso Mariz (1910; 1994), Wilson Seixas (1961) e Horácio de Almeida (1978; 1980). Já na historiografia nacional merecem destaque os trabalhos de Antonil (1761; 1955) e Capistrano de Abreu (1982) e mais recentemente os trabalhos de Maria Idalina da Cruz Pires (1990), Ricardo Pinto de Medeiros (2000), Pedro Puntoni (2002) e Cristina Pompa (2003).

colonizadores, mas, sobretudo, contou com a participação ativa de vários grupos indígenas que igualmente protagonizaram a expansão territorial. Dito com outras palavras, propomos uma abordagem cujo enfoque centra-se nos diversos grupos sociais (colonizadores) e étnicos (indígenas) que participaram da colonização do sertão da Paraíba, enfatizando a grande dinâmica deste processo amparado na circulação e interação de pessoas e culturas.

Num trabalho desta natureza, as relações interdisciplinares são não apenas importantes, mas sobretudo imprescindíveis para um maior enriquecimento dos temas tratados. Neste sentido, adiantamos a orientação interdisciplinar deste trabalho na medida em que procuramos realizar um diálogo entre a geografia, a história e a antropologia sendo esta última, uma área de conhecimento imprescindível para estudos que envolvem índios.

Uma das principais características da edificação do paradigma dominante desde a revolução científica do século XVII foi o que Boaventura de Sousa Santos (1995) chama de “redução da complexidade”, ou seja, a tendência à constante especialização:

Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. O conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objecto sobre que incide. Nisso reside aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção directa da arbitrariedade com que espartilha o real. (p.46)

A crise do paradigma dominante é decorrente, segundo Santos, de condições sociais e teóricas e quanto a estas últimas, ele alerta para o fato de que a verticalização do conhecimento permitiu paradoxalmente “ver a fragilidade dos pilares que se funda”.

Criticando a posição da ciência moderna em relação a este aspecto afirma que:

Os males desta parcelização do conhecimento e do reducionismo, mas as medidas propostas para corrigir acabam em geral por os reproduzir sob outra forma. Criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduz-se o mesmo modelo de cientificidade. (1995, p.47)

Ao longo do século XX, tanto as ciências naturais como as ciências sociais experimentaram, segundo Santos, “um movimento de vocação transdisciplinar” que suscitou profundas reflexões epistemológicas sobre esta nova realidade no conhecimento científico. Dessa forma, o conhecimento, nesses termos, não sofre uma divisão disciplinar, mas sim temática.

Sob a inspiração da Geografia Humana de Vidal de La Blache e da escola geográfica francesa que ele inaugurou, a “Escola dos Annales”, com Lucien Febvre, March Bloch e Ferdinand Braudel, fomentou uma Geo-história na qual, segundo José Carlos Reis (2000)²:

O tempo dos homens encontrou o atrito do espaço, a resistência do meio geográfico, que os obrigará a se perceberem localizados, limitados, fixados, condicionados por circunstâncias objetivas, que não os impedem de buscar a realização de seus impulsos, oferece resistência suficiente para impedidos de decolar e os mantém firmes em um chão. (p.61)

Ainda segundo Reis, é com Braudel que a influência da geografia vidaliana atingiu seu apogeu através de sua obra clássica **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**, de 1949. Citando Chaunu (1978), Reis afirma que: “Braudel abordou aqui um espaço e não um Estado, uma paisagem extensa, o diálogo do homem com a terra, com o clima, fora das fronteiras nacionais. O espaço não escapa a criação humana e é mesmo o seu solo. A ação humana se ordena no duplo campo do espaço e do tempo.”(2000, p.62).

Desde este momento, as relações entre a geografia e a história se intensificaram apesar dos ainda constantes debates sobre as “fronteiras” entre estas disciplinas. Nesta aproximação, ambas as áreas de conhecimento se enriquecem, pois se é verdade que a chamada história “positivista” ou metódica não tinha o espaço como um problema histórico, não é menos

² A “escola dos Annales” como ficou conhecida uma das mais importantes escolas historiográficas do século XX nasceu na França, em 1929. Esta fomentou uma grande revolução no saber histórico principalmente no que se refere à noção de “tempo histórico” e questões teórico-metodológicas. Outra inovação dos Annales foi promover a aproximação da história com outras ciências sociais num movimento interdisciplinar que marcou profundamente os trabalhos inseridos nesta escola historiográfica. Para saber mais sobre os Annales, sugerimos a leitura de Peter Burke (1997) e José Carlos Reis (2000).

verdade que a geografia clássica, de modo geral, também não se preocupava com a dimensão temporal. Neste sentido, Milton Santos (1985) atesta a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da idéia de sistema de tempo”, ou ainda que os elementos do espaço variam de acordo com o movimento da história.³ (p.22).

Para Milton Santos (1985), a essência do espaço é social. Apesar de entendê-lo como uma totalidade, o autor propõe, como recurso metodológico, a divisão deste para melhor analisá-lo. Assim, os “elementos do espaço” mudam seu papel no sistema espacial a cada momento histórico e neste sentido ele reforça a importância da dimensão temporal na análise do espaço⁴.

Segundo Paul Claval (2000), o encontro da geografia com a antropologia é algo relativamente recente na trajetória desta disciplina. Essa aproximação surgiu a partir da década de 1980 quando a chamada geografia cultural toma o homem como centro de suas análises, privilegiando temas como as representações e as identidades que figuram no espaço.

Dentre as diversas possibilidades de abordagens culturais da geografia, identificamos algumas de importância capital para o desenvolvimento deste trabalho. Neste quadro, surge a etnogeografia, conceito que emerge como “uma reflexão sobre a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas pelas quais os homens agem sobre o mundo e modelam o espaço à sua imagem e em função de seus valores e aspirações” (CLAVAL, 1997, p.114). Resumindo, a etnogeografia é o estudo da etnicidade e de sua espacialidade.

³ No entendimento de Milton Santos (1985), as relações interdisciplinares entre a geografia e a história podem se apresentar de duas formas. Primeiro, na chamada Geo-história em que o tempo supera as preocupações com o espaço. Depois na chamada Geografia Histórica, em que espaço suplanta a preocupação com o tempo. Como para Santos, a geografia é o estudo da sociedade pelo espaço, um trabalho geográfico que utiliza a história como parceira teórica se inscreve no âmbito da Geografia Histórica.

⁴ Estes elementos são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infra-estrutura.

Para Alecsandro J.P. Ratts (2003), a história do pensamento geográfico acerca das “raças” ou etnias é recheada de controvérsias e descompassos. Essa história tem sua origem no início do século XX quando “na geografia de leitura francesa, Vidal de La Blache (1954) Max Sorre (1961) e Pierre George (1986), por exemplo, evidenciaram em seus escritos e em cartogramas as raças e etnias e sua distribuição no continente e no mundo.”(2003, p.35). No entanto, foi somente a partir da geografia cultural contemporânea que as abordagens sobre as relações entre a etnicidade e o espaço se reafirmam considerando esses temas como objetos principais da pesquisa.

Diante do exposto, nota-se que a etnogeografia é dirigida para os grupos étnicos e sua relação com o espaço em várias escalas de abrangência. Conforme muitos estudiosos afirmam, a diversidade étnica e cultural do Brasil é um dos elementos norteadores de sua formação e processo histórico. Sobre isso Ratts afirma que:

Nessa terra de índios, negros e brancos as relações sociais constituem relações interétnicas e se processam de maneira diferenciada e desigual. A cultura, que por vezes adjetivamos de popular também o é negra e indígena. O grupo étnico branco, quase nunca assim denominado, tem sua cultura referida através de regionalismos e nacionalismos. A espacialização desses segmentos é da mesma forma diversa e desigual. (2003, p.31).

Com a emergência dos movimentos negro e indígena na década de 1980 e a afirmação destes últimos, através da Constituição de 1988, como sujeitos políticos, os estudos sobre etnicidade indígena se tornaram muito comuns fora do campo antropológico. Esta crescente visibilidade da história dos conflitos e problemas étnicos em relação aos índios soma-se a preocupações com a formação histórica e cultural do Brasil já que dificilmente se terá uma idéia clara sobre a história do Brasil sem avaliar a importância de índios e negros neste contexto. Por fim, é necessário que se diga que no âmbito da geografia os estudos sobre as

relações entre a etnicidade e o espaço estão apenas engatinhando, existindo atualmente ainda raros estudos sobre contatos interétnicos com enfoque em suas relações espaciais⁵.

Do ponto de vista teórico, devemos dizer que a tese de Sérgio Buarque de Holanda, em relação ao sertão e sua conquista colonial, foi uma das que melhor amparou este trabalho. Neste sentido, Robert Wegner (2000) mostra como a “tese de fronteira”, criada pelo historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, no final do século XIX, influenciou decisivamente os estudos de Sérgio Buarque a respeito da conquista do sertão da América portuguesa.

Para Turner, enquanto a idéia de fronteira na Europa, por exemplo, tinha uma conotação política, ou seja, era o limite territorial entre Estados Nacionais, no contexto dos Estados Unidos do século XIX, a fronteira representava, por outro lado, o ponto de encontro entre a civilização e o primitivo. Ainda segundo o autor, o núcleo da tese de Turner acerca da idéia de fronteira residia na “adaptação do europeu ao nativo” (2000, p.94), ou seja:

A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural – num primeiro momento abandonada – formando uma nação compósita e tornando-se tipicamente americano. Em outras palavras, na fronteira o pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação. (p.99).

Cabe destacar que a perspectiva evolucionista presente na citação era algo próprio da época em que Turner formulou suas teorias, tão bem sintetizadas nesta passagem por Wegner. No entanto, importa perceber que o tema da adaptação do colonizador à realidade nativa (ecológica e social) do Brasil figurou com destaque nos estudos de Sérgio Buarque servindo

⁵ A geografia cultural no Brasil atualmente se manifesta principalmente em três vieses: as relações entre espaço e religião, cultura popular e espaço e simbolismo. Quanto à etnogeografia, destaca-se a produção de Ratts (2003). A quase inexistente produção geográfica da etnicidade no Brasil pode ser explicada pela pouca repercussão dos estudos de Carl Sauer e da “Escola de Berkeley”. Pelo contrário, a geografia brasileira a partir da década de 1970 se ramificou basicamente nas vertentes de tradição francesa, teórico-quantitativa e crítica.

de instrumento metodológico para trabalhos futuros sobre contatos entre culturas no Brasil colonial⁶.

No estudo citado, como dissemos, Wegner procura demonstrar a influência do pensamento de Turner sobre boa parte da obra de Sérgio Buarque. Assim, os contatos de Sérgio Buarque com a historiografia estadunidense fez com que este minimizasse, em seus trabalhos, a influência ibérica na conquista do sertão ao passo que procurou demonstrar por outro lado, que houve um processo de “americanização” por parte dos colonizadores, fruto dos contatos destes com os nativos e sua realidade ecológica. Neste sentido, “ao se referir a Turner, Sérgio Buarque aponta para a possibilidade de se aplicar uma explicação situacional na interpretação da história brasileira, uma chave que ressalta a americanização no sentido continental.”(2000, p.90). Por fim, destacando a influência indígena sobre a colonização do sertão, Sérgio Buarque deu um importante passo no sentido de resgatar a importância dos índios neste processo.

Os índios no Brasil foram estudados ao longo do século XX principalmente como mão-de-obra, objetos de catequese e obstáculos à conquista colonial, porém quase nunca foram vistos como protagonistas dos processos históricos dos quais participaram. Assim sendo, pesou sobre eles, quase sempre, um olhar passivo que os condenava a transitar na história como aqueles que sempre refletiam as ações desencadeadas pelos colonizadores. Somente a partir das duas últimas décadas do século XX, em decorrência principalmente do diálogo da história com a antropologia, estes passaram a ser vistos como sujeitos ativos, capazes de agir

⁶ Wegner destaca ainda, em relação à “tese de fronteira” de Turner, as idéias deste autor a respeito da fronteira como “válvula de segurança” das áreas mais densamente povoadas. Esta especificidade da “tese” de Turner, junto com as idéias acerca do controle do Estado sobre as fronteiras, destacaremos no terceiro capítulo cujos temas têm maior sintonia com essas idéias.

em função de seus interesses e de acordo com suas estratégias diante dos contatos com os colonizadores.

A colonização da América não pode ser enxergada apenas como fruto de uma imposição ocidental pela força. Segundo John Manuel Monteiro (1999), reduzir os índios à condição de vítimas da “experiência do encontro” faz submergir diversos problemas: a ocultação da complexidade dos processos sociais, a negação da reelaboração de identidades indígenas em decorrência dos contatos e a desqualificação dos índios enquanto atores históricos e sociais. (p. 238)

Por fim, ainda em relação a questões de ordem teórica, devemos dizer que este trabalho insere-se na “órbita” dos estudos sobre formação social e territorial, pois todo processo de colonização tem em sua lógica a expansão territorial de um determinado grupo humano. Assim sendo, a colonização pressupõe domínio territorial sendo suas razões fruto de interesses materiais e simbólicos. Para que a colonização ocorresse, foi necessário uma intervenção humana além, de uma nova ordenação do espaço conquistado, relações portanto, íntimas entre sociedade e espaço. Daí a necessidade a qual nos reportamos acima de articular geografia e história para enriquecer a compreensão da colonização do sertão da Paraíba nos seus primeiros tempos.

Neste sentido, objetivamos, neste trabalho, destacar a importância e a influência dos índios na colonização do sertão da Paraíba enfatizando suas estratégias de resistência e inserção ao mundo colonial, procurando resgatar desta forma seu papel ativo em meio a este processo. Assim, procuramos destacar as diversas estratégias de resistência indígena em meio à colonização do sertão demonstrando a importância destes como agentes produtores do espaço. Trata-se desta maneira, de relativizar a dicotomia colonizador *versus* colonizado (os primeiros impondo e os outros resistindo à invasão), já que esta não pode ser vista como um

dado, mas muito mais como uma construção política. Ver-se-á neste trabalho que o papel dos índios na conquista do sertão e os contatos interculturais destes com os colonizadores constituíram uma realidade fluida, diversificada e pulsante de assimilação, rejeição e transformações constantes ante a ordem colonial.

No primeiro capítulo, analisamos as várias dimensões do sertão no período colonial. Primeiro a dimensão simbólica, ou seja, a forma como o sertão colonial era visto pelos homens da época, partindo do pressuposto de que as imagens criadas sobre este espaço variaram no tempo e de acordo com as mudanças conjunturais. Além disso, procuramos demonstrar como o sertão foi qualificado de acordo com determinados grupos étnicos e sociais, notadamente os índios “Tapuia”⁷. Num segundo momento, discutimos as mudanças ecológicas fruto da transmigração de plantas e animais exógenos em meio à colonização do sertão. Por fim, avaliamos os fluidos limites territoriais do sertão da Paraíba e seus problemas durante o período colonial.

No segundo capítulo, destacamos o modo de vida dos índios “Tapuia”, os quais consideramos, não apenas vítimas, mas sobretudo protagonistas da conquista do sertão e importantes agentes produtores do espaço. Procuramos aqui, a partir principalmente dos cronistas da época e de uma bibliografia especializada, apresentar aspectos da vida material, simbólica e da organização social destes povos.

No terceiro capítulo, nos detivemos na análise da interiorização da conquista da Paraíba, partindo do sistema sesmarial que propiciou a obtenção de terra na região. Procura-se, neste momento, apresentar principalmente toda a heterogeneidade social daqueles que foram, junto com os índios, agentes produtores do espaço-sertão na capitania da Paraíba.

⁷ É importante que se diga que o termo “Tapuia” não pode ser entendido como um etnônimo, mas como algo historicamente construído, daí a razão do mesmo encontrar-se neste trabalho entre aspas. De fato, como veremos adiante, havia uma grande diversidade étnica entre os índios genericamente chamados “Tapuia”.

No capítulo final, destacamos os contatos interétnicos entre índios e colonizadores na conquista do sertão da Paraíba, notadamente, as ações bélicas que envolveram os índios, a participação destes como guias nas penetrações e como sesmeiros. Enfocamos também os aldeamentos indígenas no sertão, considerando-os como *locus* de resistência e inserção dos índios em meio à sociedade colonial que se formava no sertão.

A pesquisa se desenvolveu fundamentada em fontes primárias e bibliográficas, notadamente, neste segundo caso, em obras que abordam a colonização do sertão e temas afins. Quanto às fontes primárias, merecem destaque os relatos dos cronistas do período colonial, bem como os documentos de diversos tipos do período abordado, principalmente os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e os Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Ainda no que se refere às fontes primárias, deve-se destacar o estudo da documentação de base cartográfica, evidenciando os mapas que foram produzidos no período colonial ou recentemente e que têm relação com o espaço abordado no trabalho.

Vale destacar por fim que, em alguns capítulos, principalmente no primeiro e terceiro, recorreremos sobretudo aos resumos das concessões de sesmarias no sertão, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, contidas na obra **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**, de João de Lyra Tavares (1982) e nas **Synopsis das Sesmarias**, de Irenêo Joffily (1892).

Para finalizar, cabe uma explicação acerca da escolha, de nossa parte, do recorte cronológico aqui adotado. Este recorte inicia-se na segunda metade do século XVII porque no sertão da Paraíba a colonização começa a se estruturar, conforme atestam as datas de concessões de sesmarias e demais fontes, neste momento. O recorte encerra-se na terceira década do século XVIII porque a partir deste momento a guerra pela conquista do sertão perde força e começam a surgir os primeiros aglomerados urbanos no sertão, o que mostra que a

conquista colonial do sertão a partir deste momento já havia se efetivado visto que os índios do sertão deixam de ser uma ameaça a este movimento de expansão territorial. Surgem assim, no sertão da Paraíba arraiais e aglomerados urbanos, a exemplo da povoação do Bom Sucesso, localizada às margens do rio Piancó, que denotam que a colonização deste espaço havia se consolidado.

Sertão colonial: dimensão simbólica, conquista biótica e limites territoriais

As abordagens culturais recentes da geografia redimensionaram o olhar sobre algumas categorias e conceitos próprios do conhecimento geográfico. Neste sentido, sobre os conceitos de espaço e de região é lançado um “olhar interno” na medida em que estes não são mais vistos como algo natural, objetivo ou dado “*a priori*”, como era comum na geografia cultural clássica, mas como algo construído pela história e pela cultura.

Partindo do pressuposto de que a cultura define ou redefine o espaço, Paul Claval (2002) o considera como uma realidade tríplice, ao mesmo tempo social, funcional e simbólica⁸. Assim, para a geografia cultural, o moderno conceito de espaço humanizado é reflexo de escolhas, necessidades e meios de diferentes culturas, sendo esta perspectiva, igualmente direcionada sobre o conceito de região.

Tomando como pressuposto essa abordagem, serão discutidas inicialmente essas transformações conceituais, para situar teoricamente nosso objeto de pesquisa em meio a dois dos mais importantes conceitos do pensamento geográfico, espaço e região, incluindo a idéia de sertão, esta imprescindível para a análise. Num segundo momento, apresentaremos as várias conotações do sertão no período colonial para em seguida verificar as associações entre as representações desse espaço e alguns grupos sociais ou étnicos, notadamente aos grupos indígenas do sertão. Por fim, avaliaremos algumas dimensões materiais do sertão em meio a

⁸ Esta visão muito se aproxima da idéia de “espaço heterotópico” de M. Foucault, bem como do conceito de “Região-Plano” de Lefebvre, para quem o espaço também se constitui como uma realidade tríplice, sendo a um só tempo material, social e mental, ambas as visões são citadas por Claval (2002).

sua colonização a saber; as mudanças ecológicas fruto do contato entre culturas e os limites territoriais do sertão da Paraíba.

Conotações do sertão colonial

No entender de muitos estudiosos, a geografia clássica, do final do século XIX e início do XX, privilegiou os conceitos de região e paisagem, não sendo o espaço, desta forma, um conceito chave para a geografia naquele contexto. Somente a partir da década de 1950, o conceito de espaço ganha importância sem, no entanto, se ater à dimensão temporal e aos agentes sociais que interagem no espaço. Ainda neste sentido, teria sido com a “geografia crítica”, na década de 1970, que o espaço toma uma conotação mais social, sendo entendido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. A aproximação da “geografia crítica” com o marxismo contudo, acabou privilegiando as explicações econômicas na análise da realidade, ao mesmo tempo em que, na maior parte dos casos, deixou de lado as discussões culturais dos debates geográficos.

No entender de Sandra Lencione (1999), se é verdade que o idealismo alemão patrocinou a “valorização do particular”, não é menos verdade que foi especialmente Kant que destacou a particularidade do espaço geográfico. Neste sentido, com a tendência à separação entre a “geografia física” e a “geografia humana”, observada principalmente no início do século XX, a idéia de regionalização do espaço “garantiu por um lado a generalização própria das metodologias das ciências naturais e por outro, o particularismo das humanidades.” (1999, p.189). Assim sendo, os estudos regionais foram importantes no momento de afirmação do pensamento geográfico na medida em que:

1. estabeleceram a manutenção das relações homem-natureza, em cada área;
2. surgiram como uma alternativa de manutenção da unidade da geografia.

Numa outra perspectiva, Yves Lacoste (1993), em seu livro **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**, concebe a região, no sentido que Vidal de La Blache atribuiu, como um “conceito-obstáculo”⁹. Destacando o caráter ideológico do que ele denomina de “região-personagem”, Lacoste critica a hegemonia atingida pelo modelo de geografia regional formulado inicialmente por La Blache. Para Lacoste, esta “geografia regional” apela para mitificações políticas no momento em que personifica as regiões, o que ele taxa de “geografismos”. Além disso, o autor afirma que este modelo impede outras formas de análise pelo seu caráter hegemônico, pois escamoteia as diferenças sociais e se esquivava dos fenômenos e ações políticas, constituindo, desta maneira, um caráter conservador. Ainda neste sentido, Lacoste critica o conceito de região em La Blache como um “dado de evidência”, “algo já posto”.

De modo alternativo, Lacoste argumenta que a região só pode ser entendida como uma forma espacial de organização política. Ainda segundo ele, a idéia de região é fruto de uma escolha metodológica por parte do pesquisador no momento em que delimita espacialmente o seu trabalho. A crítica de Lacoste ao conceito de região vidaliano vai de encontro ao seu caráter homogeneizante a partir do momento em que deixa de levar em consideração as condições diversas que podem existir no interior de cada região.

A partir dos debates em torno do conceito de região vidaliano, pelo menos dois fenômenos teóricos importantes podem ser evidenciados. O primeiro deles, diz respeito à própria natureza da geografia, ou seja, se esta pode ser considerada como uma ciência nomotética ou ideográfica, ou dito com outras palavras, se seria o estudo do geral (“geografia geral”) ou das particularidades (“geografia regional”). Já o segundo reflexo está relacionado às

⁹ Para Vidal de La Blache a região é vista como algo que se evidencia na paisagem, ou seja, uma unidade espacial dotada de individualidade. Segundo muitos comentadores, teria sido La Blache o grande nome que projetou o conceito de região nos estudos geográficos.

próprias transformações conceituais de região de acordo com as perspectivas teóricas das várias correntes geográficas e em conformidade com seus objetos de análise.

Contemporaneamente, um exemplo deste segundo aspecto, tem relação com a perspectiva pós-moderna de ciência que nega os discursos universalistas ao mesmo tempo em que dá ênfase ao heterogêneo, a diversidade. Relacionando esta perspectiva com as abordagens recentes da geografia cultural, fica fácil entender o porquê da revalorização dos estudos regionais nesse contexto. De fato, amparando-se na fenomenologia que concebe a região como construção mental dos sujeitos coletivos, essa abordagem tende a lançar um “olhar interno” sobre a região, encarando-a como fruto da história e da cultura como já foi mencionado.

Dentre as várias conceituações de região possíveis que vão desde La Blache (2002), a região como evidência da paisagem, até as correntes marxistas, a região como reflexo da divisão do trabalho, passando por Hettner (citado por Lencione [1999]), para quem esta é uma construção intelectual do investigador, a perspectiva teórico-metodológica deste trabalho, se orienta nas abordagens recentes da geografia cultural na medida em que este conceito é abordado como:

1. construção mental dos sujeitos coletivos;
2. produto da história e da cultura;
3. relação de identidade dos homens com espaço vivido.

O espaço humanizado que abordamos nesta pesquisa é o sertão, ou melhor, o que se entendia por sertão no contexto da conquista e colonização da Capitania Real da Paraíba, a partir de meados do século XVII até a terceira década do século XVIII. Torna-se importante destacar desde já que, nas representações simbólicas sobre o território colonial, o sertão

aparecia, quase sempre, como a oposição do litoral colonizado, ganhando ainda outras conotações conforme destacaremos adiante.

No entender de Gilmar Arruda (2000), a idéia de sertão serviu, no período colonial brasileiro, como parâmetro para representar espaços simbólicos dicotômicos. Desta maneira, a idéia de sertão era uma forma de nomear o desconhecido, sendo considerado como um lugar inóspito e desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros. Ou seja, o litoral ocupado pela colonização seria o *locus* da civilização, enquanto as áreas distantes e ainda não conhecidas e colonizadas seriam representadas pela idéia de sertão. Neste sentido, no momento da interiorização da conquista na Capitania Real da Paraíba, o sertão representava também, toda uma área ainda não ocupada pela colonização que equivalia no século XVII às mesorregiões que se conhece hoje como Cariri, Seridó, Brejo e Curimataú, além, da própria mesorregião denominada Sertão.

A antropóloga Cristina Pompa (2003) acredita que, na medida em que a colonização avançou sertão adentro, as narrativas dos cronistas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico. “Assim, como os ‘Tapuia’ que o habitam, o sertão é móvel e feroz constituindo um desafio à colônia.” (2003, p.199). A colonização do sertão, desta maneira, fez com que este, enquanto “lugar físico”, passasse do plano do “vazio e desconhecido” para um espaço “concreto e compreensível.”¹⁰

Ainda segundo Pompa, os relatos dos missionários são fontes históricas importantes:

Para perceber a construção da noção de sertão como o lugar de impunidade e heresia, uma espécie de *refugium peccatorum* assim como o era a serra de Ibiapaba, na descrição de Vieira; espaço sem lei, exatamente como os índios, antes da catequese. Os padres, assim, tornam-se junto com seus índios, os defensores da ordem contra o caos, desta vez provocado pelos curraleiros. (2003, p.275)

¹⁰ Conforme o sertão foi sendo conhecido e colonizado logo se percebeu as diferenças deste meio ecológico em relação ao litoral. Conforme veremos adiante, nos relatos do período eram comuns referências à rusticidade do sertão que oferecia recursos naturais mais parcos comparado ao meio ecológico da Mata Atlântica.

Esta é com efeito, uma conotação que perdurou por muito tempo em relação ao sertão, ou seja a “terra sem lei” erguida sob os auspícios do coronelismo, do cangaço e da virilidade pautada na violência em defesa da honra.

Vemos assim pelo que foi dito até agora que o sertão colonial pode ser melhor compreendido como um registro simbólico do que como um espaço físico delimitável. O sertão, desta forma, estava carregado de uma valoração simbólica construída culturalmente naquele contexto e que foi mudando de conteúdo conforme a colonização avançava e este espaço transformava-se em território, ou seja, na medida em que as relações de poder estabeleciam-se sobre as bases físicas. Foi desta maneira que o sertão se constituiu numa fonte abundante de representações forjadas pelo imaginário social da época e pelas relações sociais que foram se configurando ao longo do tempo.

A etnogeografia e os índios “Tapuia”

As relações entre culturas e os estudos etnogeográficos são temas bastante destacados pela geografia cultural atualmente. Assim, para Alecsandro J. P. Ratts (2003), por exemplo, “se as culturas são plurais, sua leitura geográfica também o é.”(p.07). Assim, com a renovação da geografia cultural no início da década de 1980, surge uma abordagem geográfica da etnicidade e de sua espacialidade. Segundo Claval (2002), é bem verdade que Carl Sauer, principal nome e fundador da “Escola de Berkeley”, já realizava, na primeira metade do século XX, estudos sobre as populações indígenas dos Estados Unidos. No entanto, sua visão de cultura se restringia ao conjunto de artefatos e instrumentos que permitem ao homem agir sobre a natureza. Neste sentido, faltava aos estudos de Sauer, bem como nos de outros geógrafos que se amparavam no mesmo tipo de abordagem, um “olhar interno” sobre as

sociedades que se propunham a estudar, já que não era de interesse destes discutir questões relacionadas à transmissão dos saberes, as atitudes e as representações.

Já num caminho diferente segue a etnogeografia, que procura refletir sobre as múltiplas relações entre os grupos étnicos e o espaço. Neste sentido, para a etnogeografia os lugares são, muitas vezes, qualificados pelas etnias que os ocupam e foi justamente isso que pudemos observar em relação aos povos indígenas do sertão vistos muitas vezes como gente tão selvagem e indômita quanto à própria natureza das vastas áreas do sertão colonial brasileiro em que viviam.

Os cronistas do período colonial atestam uma íntima relação entre a humanidade “Tapuia” e o sertão entendido naquele contexto como a “morada” destes indígenas. Tomemos por exemplo o relato de Gabriel Soares de Sousa (1587; 1971), senhor de engenho português que no final do século XVI escreveu **Tratado Descritivo do Brasil**. Quando se referiu aos costumes dos “Tapuia” o autor não se furtou em destacar, junto com outros dados de cunho mais etnográfico, o fato destes “habitarem o sertão”. Também Elias Herckmans, terceiro governador holandês da capitania da Paraíba, além de apontar a diversidade étnica dos “Tapuia” em seu relato, os associa sempre ao interior, “ao ocidente para além da colonização.”(1639; 1982, p. 38). Ver-se por estes exemplos que durante o período colonial existiu em relação ao ser “Tapuia” um discurso que os identificava com um determinado espaço, o sertão, este por sua vez, esteve associado ao *locus* de índio “brabo”, de índio “bárbaro”, de índio “Tapuia”.

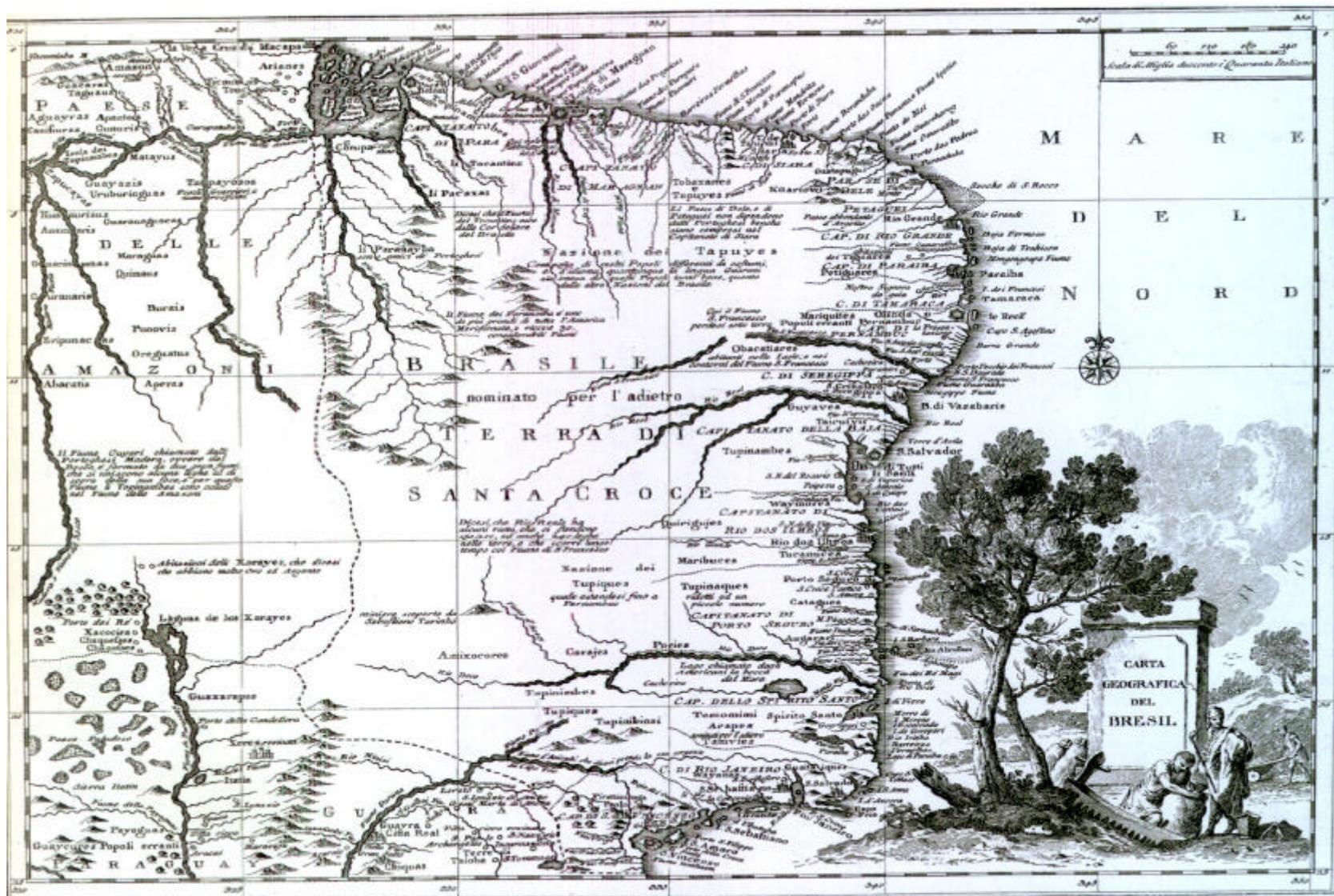
Ainda em relação ao sertão e seus habitantes tradicionais, os índios “Tapuia”, o que se observou, segundo Pompa (2003), foi um “lento processo de objetivação” já que ambos se constituíram como “um espaço, uma humanidade, um conceito móvel”. (2003, p.227). E ainda

em relação à forma como o espaço caracteriza um grupo étnico ou vice-versa (no nosso caso o sertão e os índios “Tapuia”) a autora afirma que:

A noção de tapuias constrói-se assim colada à noção de sertão, espaço do imaginário em que a conquista e a colonização vão incorporando aos poucos, em posição subalterna, ao mundo colonial. Ao passo que as aldeias de índios conquistados vão ‘descendo’ para mais perto da palavra cristã dos missionários, os currais ou os engenhos, os ‘Tapuia’ vão se afastando, nas serras inacessíveis ou, para usar as palavras de Jabotão, ‘nas brenhas do centro dos sertões’. (p. 229)

A relação entre sertão e índios “Tapuia” pode ser comprovada, inclusive, através dos mapas do período em questão, já que em muitos deles o vasto interior do Brasil não estava representado pelo termo sertão, mas sim pelo termo “Tapuia” ou mesmo nação dos “Tapuias”. Em outros casos, aparecem nos mapas representações iconográficas de índios bárbaros no interior, esses por sua vez só poderiam ser os “Tapuia” associados ao espaço-sertão e enxergados muitas vezes pelos colonizadores como uma humanidade irredutível¹¹.

¹¹ Quando nos mapas aparecem os termos “nações” ou “reinos” para denominar os grupos indígenas do sertão, (conforme os exemplos abaixo) significa reconhecer neles uma certa organização não apenas social, mas sobretudo do espaço, estando dessa maneira esta imagem muito longe daquela que entendia o sertão como espaço caótico e da incivilidade.



Fonte: Tesouro dos Mapas: Carta Geográfica Del Brasil
Giovanni Battista Albrizzi, 1740 (Tamanho Original 33,2 x 43,5 cm)



Fonte: Tesouro dos Mapas: **Carte du Brésil, Première Partie: Depuis la Rivière dès Amazones jusq'á la Bage de Tour les Saints.** Jean Baptiste Bourguignen D'Anville, 1746 (Tamanho original 22,4x 30,3 cm)

A partir das representações do sertão nos mapas da época e do exposto acima, fica manifesto pelo menos dois fenômenos em relação aos “Tapuia” e sua espacialidade. Em primeiro lugar, a situação geográfica dos “Tapuia” foi um importante elemento de alteridade na medida em que os contrapunha, do ponto de vista do contexto territorial, aos índios Tupi do litoral. Segundo, ver-se que o sertão e seus habitantes tradicionais se configuraram em conceitos móveis que possibilitaram o deslocamento no tempo e no espaço ao sabor das conjunturas, interesses e “visões de mundo” que moviam aqueles que os representavam conforme veremos com detalhes no próximo capítulo.

Grupos sociais e étnicos associados ao sertão

Além do ser “Tapuia”, o sertão do período colonial esteve, no imaginário dos homens da época, fortemente associado a grupos sociais e étnicos específicos, notadamente os escravos negros fugidos que formavam quilombos, os paulistas que atuavam nas chamadas bandeiras e entradas e os criminosos que recorriam a este espaço para escapar das “teias” da institucionalidade.

Assim, conforme a colonização consolidava-se, o sertão transformava-se em espaço de fuga e liberdade para onde afluíam estes grupos sociais, bem como índios do litoral que procuravam se afastar dos domínios da colonização. Dito de outra forma, na medida em que a colonização do sertão avançava (no decorrer do século XVIII), a idéia de “terra sem lei”, ou seja, espaço onde as “teias judiciais” do Estado têm pouca ou nenhuma ressonância, não apenas permanece como cristaliza-se cada vez mais.

Desta imagem do sertão como *locus* da liberdade emerge a associação, com os escravos negros fugitivos, provenientes das zonas açucareiras que formaram comunidades

neste espaço¹². Assim, nos discursos coloniais sobre o sertão e seus habitantes, consolidou-se uma relação entre esse espaço e os negros que se estabeleciam em quilombos ou mocambos, conforme destaca o documento a seguir sobre o mais famoso dos quilombos da América portuguesa, Palmares¹³:

Prim.^{re} m^{te} suplica a vossa real Mag.^{de} que se digne de mandar conciderar, q- no Sertão baixo do Brazil, nas capitánias de Pern.^{co} se formou antigam.^{te} hu covil de negros fugidos de seus Senhores, em qual se forão ajuntando sucessivam.^{te} tantos delles, q- por não poderem estar todos em huã povoação fizerão m.^{tas} na vastidão dessas matas; (...) que o G.^{or} de Pern.^{co} João da Cunha Souto mayor, dezenganado, e conhencendo muy bem, que nem infantaria paga, nem melícia dos moradores, não hera gente apta p^a tal guerra, vindolhe a noticia, q- no Sertão alto, ao Redor de quinhentas legoas dáquy habitava o dito M.^e de Campo com m.^{tos} homens são Paulistas seus agregados, e com gr.^{de} quantidade Gentio da terra guerreiros, com que conquistarão p bravo, despachou em demanda delles, emcaminhando sua proposta ao d^o domingos George Velho, (...). (REQUERIMENTO que ao pé de V. Mag. Humildimente prostado faz em seu nome e em aquele de todos o oficiais e soldados do terço de infantaria s. Paulista de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho. Apud SILVA, 2003, p. 222-223).

Uma vez formado, fica claro que pelo porte e poderio bélico, o quilombo de Palmares representou, principalmente para a capitania de Pernambuco onde estava instalado, a um só tempo, uma ameaça às zonas açucareiras e uma barreira à penetração colonial no sertão, na segunda metade do século XVII. Além de Palmares, muitos outros quilombos e mocambos se formaram no sertão e o discurso que surgiu, fruto das representações da “civilização do açúcar” em relação a eles, destacava não só seus elementos de barbárie como também, o espaço selvagem por eles ocupado¹⁴. Assim, da mesma forma que os “Tapuia”, os negros fugidos e aquilombados eram tidos como tão indômitos quanto o próprio espaço que ocupavam, o sertão.

¹² Vale destacar que o termo “liberdade” aqui não comporta nenhuma valoração positiva, pelo contrário ela é algo a ser combatida no quadro das relações sociais e simbólicas da América portuguesa.

¹³ Sobre uma visão “panorâmica” acerca da escravidão negra no Brasil e dos quilombos e mocambos e sua importância histórica sugerimos: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.; GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVI – XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP : Ed. Polis, 2005.

¹⁴ O termo mocambo também era muito comum para designar as comunidades de escravos negros fugidos, este deriva-se da palavra “*mukambu*, na língua quimbundu.” (VAINFAS, 2001, p.494).

Ainda em relação aos quilombolas do sertão, cabe destacar que na documentação relativa à capitania da Paraíba do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, existem várias referências a esses negros como habitantes de um sertão ainda por ser completamente colonizado. Como exemplo, existe, uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, de 1701, sobre a nomeação de uma pessoa para assumir o posto de capitão do forte do Cabedelo. Nessa consulta, disse Antonio Borges, candidato ao cargo, apresentando sua folha de serviços, que combatendo os quilombolas de Palmares foi “ao Certão aonde subiu e reprimio as invasoes que os negros fazião dandolhes grande perda, e fazendolhe consideravel dano” (AHU, 1701, janeiro, 7, Paraíba)

Num outro documento, Eusébio de L. Monteiro disse ter sido enviado em 1684 “p^a o certão dos Palmares, a render a Fernão Carilho que estava por cabo da gente que nelle assistia, e vendo que o negro Zomby se retirava com sua gente da parte em que estava para outro certão, se hir em seu alcance que se lhe deu no fim de 18 dias.” (AHU, 1703, junho, 18, Lisboa). Já em 1697 um documento revela as ações militares de Manoel Frisão Figueiroa constando que “em 691 queixando-se aquelles moradores de hum mocambo de negros que havia deseçeis annos, andarão fugidos pellos certões da serra de Cupaíba, fazendo grande dano nos gados.” (AHU, 1697, janeiro, 21, Lisboa). A partir destes e de outros relatos semelhantes fica notório a vinculação dos quilombolas ao sertão como refúgio destes em relação ao “mundo colonial”.

Os paulistas provinham de uma área colonial, a vila de São Paulo de Piratininga, na capitania de São Vicente, que estava à margem do sistema transatlântico de comércio¹⁵. A vila

¹⁵ O termo “paulistas” é próprio do período colonial brasileiro. Já o termo bandeirantes foi forjado pela historiografia nacional em formação no século XIX. Com o passar do tempo, este termo se corporificou na produção intelectual ao longo do século XX e se constitui hoje como aquele que de modo mais difundido designa os homens que participaram das expedições que adentravam o sertão.

em questão por outro lado, se especializou principalmente na produção de gêneros agrícolas destinados a outras capitanias do sul. Já a força de trabalho empregada majoritariamente nesta produção era escrava indígena. Para a aquisição destes escravos, os paulistas montaram um complexo aparato militar de preação formado basicamente de expedições que adentravam o sertão com o objetivo de capturar estes índios:

Os Paulistas saem de sua terra, e deitam várias tropas por todo o Sertão, e nenhum outro intento levam mais, que captivarem o gentio de língua geral, que são os que estão já domesticados (...) Com que estes homens são uns ladrões destes Sertões, e é impossível o remédio de os castigar, porque se os colheram mereciam fazer-se nelles uma tal demonstração que ficasse por exemplo para se não atreverem a fazer os desmanchos que fazem. (CARTA do Governador de Pernambuco sobre os paulistas que com pretexto de andarem aos Tapuyas de corso, captivam os de língua geral, 19 de julho de 1693. DH, vol. 34, p.86)

Apesar dessa prática não se restringir apenas aos paulistas, estes se notabilizaram nos séculos XVI e XVII na realização desse tipo de atividade, que exigia, por um lado, um alto grau de belicosidade e, por outro lado, uma grande capacidade de suportar as longas marchas caminhando, bem como as asperezas do sertão:

Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizaram-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão (...) Essas 'bandeiras' paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas (...) neste processo, o indígena, seus costumes e técnicas tornaram-se seus aliados preciosos. (PUNTONI, 2002, p.196)

E ainda neste sentido:

Vivendo deste mesmo sol a vida dessas mesmas paisagens, adaptada ao clima exigente, á luz intensa, ao habito original, esboçava-se no meio daquella sociedade disforme de europeus e selvagens, a raça gloriosa dos paulistas (...) Estava reservada a esta o destino brilhante de levar ao termo a serie difficil das primitivas conquistas. (...) E essa coragem, essa pertinancia, essa aptidão, rígidas assim, assim poderosas, só as podia ter uma raça constituída sob o céu onde ellas se faziam necesserias. A natureza brasileira, a terra brasileira só o seio abria em exposição dos seus thesoiros a um povo que fosse a expressão synthetica de si próprias, terra, natureza. (MARIZ, 1910, p.15)¹⁶

¹⁶ Observamos, neste último exemplo, um forte apego do autor à "idéia nacional" donde a glória da expansão colonial e da conquista de inóspitas áreas, a exemplo do sertão, só poderia ser digna de homens fortes e valentes, e mais que isso, pelas mãos de brasileiros natos. Isso revela um dos aspectos mais comuns da historiografia de fins do século XIX e início do século XX, que diz respeito justamente à tentativa de identificar, no distante período colonial, traços de uma nacionalidade tipicamente brasileira, portanto, desvinculada de características lusitanas ou mesmo exclusivamente africanas ou indígenas.

Para combater os índios rebelados nas guerras de conquista do sertão, as autoridades régias não só requisitaram os serviços dos paulistas, conforme se verá com mais detalhes no quarto capítulo, como também, chegou-se a institucionalizar alguns terços paulistas, como foi o caso do liderado por Manoel Álvares de Moraes Navarro na capitania do Rio Grande¹⁷. À época, os paulistas eram vistos como homens capazes de suportar as asperezas do sertão, bem como fazer frente, pela experiência que tinham adquirido, aos “índios bravos” da região. Vale destacar, contudo, que os terços paulistas eram formados em sua maioria por índios recrutados junto às vilas do litoral ou mesmo no sertão¹⁸.

Sobre a importância militar dos terços paulistas no combate aos índios do sertão que se rebelaram contra a colonização, Kalina Vanderlei P. da Silva afirma:

A significância dos paulistas está, por um lado, no comando de expedições, e por outro no discurso que se constrói junto às instâncias administrativas estatais da zona do açúcar, acerca de sua superioridade bélica (...) Os paulistas parecem assumir realmente o comando, sabendo moldar as situações a seus interesses e capacidades. (2003, p.273).

Assim, a associação dos paulistas com o sertão ocorreu devido as suas ações neste espaço. Neste sentido, Puntoni destaca a declaração do governador geral do Estado do Brasil, João de Lencastro (1694-1702) sobre as ações dos paulistas no combate aos índios do sertão da Bahia:

Só esses homens eram capazes de fazer guerra ao gentio (...) deixando em poucos anos essa capitania livre de quantas nações bárbaras a oprimiam, extinguindo-as de maneira que de então até hoje, se não sabe haja nos sertões que conquistaram gentio algum que o habite. (Carta de João de Lencastro ao governador de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas, 11/11/1699. DH, 11:252-4, apud PUNTONI, 2002, p.201)

A partir deste e de outros discursos similares, há indícios de que, seja na busca de metais preciosos, na preação de índios destinados ao trabalho escravo ou ainda no combate aos

¹⁷ Os conflitos armados envolvendo índios e colonizadores na conquista do sertão são genericamente conhecidos nos estudos do tema como “Guerra dos Bárbaros” ou “Confederação dos Cariris”, assunto que discutiremos adiante.

¹⁸ Tratava-se do recurso dos chamados “frecheiros” indígenas conforme demonstrou o historiador John Monteiro (1994) em seu livro **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**.

índios do sertão ou quilombolas, os paulistas se notabilizaram por sua íntima relação com o sertão, por serem indômitos a ponto de suportarem as asperezas deste “agreste lugar”.

Como dissemos acima, o sertão colonial era entendido como um espaço onde a justiça régia raramente se fazia presente. Neste sentido, segundo Silva (2003), a pouca ação do Estado sobre a sociedade sertaneja em formação permitiu “aos sesmeiros assumirem o poder civil, muitas vezes através da violência” (2003, p.298). Ainda neste sentido, a autora afirma que:

Na insuficiência de mediadores estatais, rixas e problemas devem ser resolvidos pela própria população, criando uma cultura onde a vingança se torna instrumento de justiça, e a defesa da honra se exacerba, caracterizando-se como uma idéia central na cultura sertaneja, distinta do litoral açucareiro. (2003, p.298)

Ao que parece, a medida em que os inimigos internos da colonização do sertão, ou seja, os índios “Tapuia” e negros aquilombados, tornavam-se menos perigosos, um outro grupo social ganhava destaque dentro da idéia do sertão como *locus* da fuga e liberdade, trata-se dos criminosos. Foi então neste sentido, que o padre franciscano Domingos Loreto Couto afirmou, em meados do século XVIII que:

Livres os moradores destes certões das hostilidades, que experimentavão no furor dos Índios, se vião combatidos de grande chusma de gente atrevida, e dissoluta, que procurando naquellas terras huã vida livre, e licenciosa, cometião roubos, homicídios, e outros enormes peccados, porque não havia Tribunal, onde pedissem satisfação dos agravos, nem Justiça que castigasse os seus insultos. O comercio era a medida de suas vontades, e dividas só as paga quem queria, e muitas vezes o pagamento era huã balla, porque matar e ferir mais que culpa era bizzaria (COUTO, Domingos Loreto. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1981, apud SILVA, 2003, p.213)

Essas palavras de Loreto Couto são bastante ilustrativas na medida em que denota a pouca força das autoridades estatais sobre as áreas sertanejas de expansão da colonização, bem como a livre atuação dos criminosos neste espaço. Num documento do Arquivo Histórico Ultramarino, consta que o tenente da Companhia de Cavalos da capitania da Paraíba, Manoel Frasão de Figueiroa:

Em 685 andando na ditta capitania sette ladrões de estradas, mattadores por dinheiro que tinhão intimidado a todos aquelles moradores ser mandado aprendelos por ser pessoa que com todo o segredo e

zello faria esta dilligencia em que gastou vinte dias seguindo-os pello certão, e alcançando-os no Rio de Una. (AHU, 1697, janeiro, 10, Lisboa)

Chegando ao final deste percurso sobre o conjunto de imagens e representações do sertão colonial, percebe-se, de modo geral, que a definição sintética deste espaço apenas como sinônimo de interior, em oposição ao litoral, está muito longe de atingir a complexidade e heterogeneidade de conotações criadas no período colonial em relação ao sertão. Assim, entre o sertão desconhecido e idealizado do século XVI e aquele espaço “sem lei” do século XVIII, existiu uma grande diversidade de conotações que variaram em função do tempo e das conjunturas. Foram algumas destas construções simbólicas que procuramos demonstrar.

Vale destacar ainda, a contribuição dos índios Tupi na construção deste imaginário dos colonizadores em relação ao sertão, principalmente quando este era ainda pouco conhecido. Seja na criação dos mitos de “eldorados” ou no olhar Tupi sobre os índios do sertão, não podemos perder de vista o fato de que a cultura colonial em gestação era mestiça e a imagem barroca do sertão e seus habitantes também devia sê-lo. O sertão desta forma, era entendido como o lugar do outro que está à margem da sociedade. Neste sentido, era o *locus* de quilombolas, bandeirantes e criminosos foragidos, além de ser a morada dos índios “Tapuia”.

Conquista biótica no sertão colonial

Nosso objetivo nesta seção se resume em introduzir alguns questionamentos acerca da colonização do sertão norte do Brasil com ênfase em suas implicações ecológicas. Esta discussão é pertinente por abordar aspectos relativos às transformações e rugosidades da paisagem no sertão da Paraíba¹⁹. Desta forma, procuramos enfatizar a importância da dimensão temporal na análise do espaço destacando o fato deste congregar elementos de várias épocas, corporificando desta forma, a coexistência do “moderno” e do “antigo” numa determinada realidade espacial.

Nos detivemos, como ponto de partida, ao debate ontológico acerca da relação homem-natureza e de como este se encontra ainda presente no pensamento geográfico para num segundo momento, discutir a idéia conceitual que temos em relação à “mestiçagem ecológica”. Por fim, apontamos algumas pistas de como este fenômeno se efetivou no sertão, nas primeiras décadas de sua colonização.

A relação entre o homem e a natureza se constituiu num dos debates mais caros e antigos da epistemologia, ou seja, do olhar do conhecimento sobre si mesmo. Esta discussão é especialmente importante para a geografia em virtude dos polêmicos e igualmente antigos debates acerca da esfera a qual pertence esta área do conhecimento, se as ciências da natureza ou as ciências sociais.

Conforme atesta Boaventura de Sousa Santos (1995), o paradigma dominante no afã de determinar com exatidão, quais seriam os critérios de cientificidade, acabou por privilegiar, aqueles mais próximos dos modelos seguidos pelas ciências naturais. Atrelado a isso, observou-se toda uma tentativa de determinar com exatidão os limites e diferenças entre as

¹⁹ O conceito de rugosidade foi desenvolvido por Milton Santos para mostrar que o espaço concentra elementos de diferentes épocas, ou seja trata-se da coexistência do “novo” e do “antigo” nos sistemas espaciais.

ciências naturais e as ciências sociais ou humanísticas. Já o “paradigma emergente” ou “pós-moderno” procura romper com esta distinção no momento em que acena para uma síntese entre as ciências naturais e sociais:

A distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Esta distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade. Os avanços recentes da física e da biologia põe em causa a distinção entre o orgânico e o inorgânico, entre seres vivos e matéria inerte e mesmo entre o humano e o não humano. (1995, p.37)

Neste contexto, no nível ontológico, o homem que aparecia antes sempre desvinculado, distinto e separado da natureza agora é visto como algo indissociável desta. Esta mudança se reflete no âmbito do conhecimento geográfico, como se observa contemporaneamente, por exemplo, no interior da abordagem cultural da geografia.

Na geografia cultural “clássica”, constituída desde os estudos de Ratzel, no final do século XIX e Vidal de La Blache, no início do século XX, o homem era visto como estando separado do meio e desta forma permanece até as últimas décadas do século XX no âmbito dos estudos geográficos. Isso claro, era reflexo da própria visão ontológica hegemônica neste período.

Já as abordagens recentes da geografia cultural por outro lado, inaugurada, segundo alguns por Paul Claval a partir da década de 1970, inverte os termos desta relação. Esta abordagem enxerga o homem e o meio como realidades indissociáveis, ou seja, recusa-se a considerar a natureza, a sociedade e a cultura como realidades prontas²⁰. Neste sentido, o espaço para esta abordagem não se configura numa simples e mecânica relação homem-meio,

²⁰ Segundo Paul Claval (2002), até a década de 1970 existiam duas grandes concepções ou correntes geográficas, o naturalismo e o funcionalismo. A primeira se preocupava, genericamente, em entender como os homens se adaptam ao meio. Já a segunda, procurou analisar o papel do meio no funcionamento das sociedades. Em ambos os casos, ainda segundo o autor, homem e meio (natureza) foram entendidas como realidades separadas.

mas “num palco onde se desenrolam todas as tramas sociais”, um espaço que agrega ao invés de separar o homem da natureza²¹.

Como resultado dessa discussão, chegamos às seguintes conclusões. Em primeiro lugar, a ontologia do paradigma emergente toma o homem e a natureza como realidades indissociáveis. Segundo, como reflexo disso, as recentes abordagens geográficas tendem a encarar o homem e o meio de um ponto de vista interativo e não conflituoso. Por fim, a controvérsia entre a natureza da geografia (física ou humana) se perde em meio à tendência para o fim das distinções entre as ciências naturais e ciências sociais.

Entrando agora no tema proposto, cabe inicialmente definir o termo que intitula esta seção. Assim, por conquista biótica, entende-se as relações entre sociedade e meio ambiente geradas pela transmigração de plantas e animais de um determinado contexto ecológico para outro. A migração de planta e animais é algo relativamente comum na história natural. No entanto, o advento da expansão marítima europeia, que se inicia no século XIV, e a conseqüente conquista e colonização de várias áreas do globo acabou acelerando radicalmente esse fenômeno. Assim, no caso do Brasil, observa-se um grande impacto ecológico causado pela introdução de espécies domesticadas oriundas do “Velho Mundo”.

Neste sentido, além das dimensões militares, políticas e econômicas da colonização existe uma outra, bem menos explorada por estudiosos que se debruçam sobre o período, que se refere à dimensão ecológica da colonização na qual seus agentes comandaram um processo amplo e radical de dispersão de plantas e animais alienígenas nas áreas coloniais. Desta maneira, pode-se falar também numa verdadeira “conquista biótica do Brasil”, no sentido que

²¹ Pensamos que esta visão ontológica presente nas abordagens recentes da geografia cultural é a que mais se aproxima das necessidades e perspectivas teóricas de meu trabalho que transita entre a geografia cultural, a história e os estudos etnográficos, pelo fato de procurar entender o processo de ocupação territorial colonial no sertão da Paraíba.

lhe atribui Warren Dean (1996), haja vista que as espécies transmigradas têm a vantagem de escapar das pragas e predadores com os quais haviam co-evoluído tendendo assim, a se proliferarem, conforme explica o autor:

Os invasores portugueses perceberam, contudo, a importância de efetuar transferências para o Brasil a partir das regiões de floresta tropical do Velho Mundo e estavam, entre todos os europeus, na melhor posição para assim agir. Algumas das espécies domesticadas semitropicais do Velho Mundo que enviaram ao Brasil – laranja amarga, limão, gergilim e arroz, por exemplo - já haviam sido aclimatadas em Portugal. Mas, outras transferências eram de origem tropical, africana e asiática – inhame, banana, coco, gengibre e quiabo, por exemplo – que os portugueses já haviam levado para suas colônias de além-mar nas ilhas de São Tomé e Cabo Verde. Dessa forma, os portugueses se tornaram os agentes de dispersão, no Brasil, de uma flora tropical que lhe era estranha, implantando-a em outro domínio natural que consideravam como sua conquista. Neste particular, fica a dúvida se foram os homens que fizeram a conquista.(1996, p.p.72-73)

Manoel Correia de Andrade (1996), também destaca este processo em relação à transmigração da fauna e flora do “Velho Mundo” para o Brasil:

A intensificação da escravidão e o crescimento populacional decorrente da expansão dos canaviais, provocaram sérios impactos e a necessidade de se produzir, na área povoada, alimentos que se adaptassem ao clima e ao solo da Colônia, para esta população em crescimento. Daí a importação de animais e vegetais da própria Europa, assim como da África, da Ásia e da Oceania”. Terras por onde se estendia a influência comercial portuguesa. Da Europa foram trazidos, desde a primeira metade do século XVI, os animais domésticos – sobretudo bovinos, caprinos, suínos e eqüinos; da África, vieram vegetais como o sorgo, o inhame, o cará; da Ásia, fruteiras como a bananeira, a mangueira, a jaqueira e o arroz; e da Oceania, a fruta-pão e o coqueiro. (1996, p.p.100-101)

Outros exemplos deste impacto biótico no que diz respeito às doenças transferidas do “Velho Mundo” para a América são ainda destacados por Dean:

Transferidos para o outro lado do Atlântico, os microparasitas infecciosos do Velho Mundo atuaram com virulência renovada à aterrorizante. Toda a população nativa do Novo Mundo era extremamente suscetível e experimentou taxas de mortalidade que superaram em muito mesmo as das piores pestes epidêmicas da Europa e Ásia. O impacto das doenças tem sido inequivocadamente mapeado em cada ponto de contato entre europeus e indígenas. O mais pungente é o estado de total ignorância em que esses eventos ocorreram. Sarampo, varíola, doenças respiratórias e, talvez, a malária mataram milhões de habitantes do Novo Mundo no primeiro século de contato. Na verdade, a mortalidade sempre recomeçava onde quer que os povos suscetíveis fossem contatados por neo-europeus. (1996, p.p.78-79)

Ainda no que se refere à “transmigração microbiótica”, Sérgio Buarque de Holanda (1887) destaca seu impacto sobre as populações indígenas e como teria ocorrido nos primeiros tempos da colonização:

Foram os descobridores e colonizadores que introduziram no país doenças como a varíola, que iriam desde logo concorrer, juntamente com o apresamento e extermínio empreendidos pelos brancos para a dizimação do gentio (...) O branco veiculou a varíola, o sarampo, a escarlatina, a tuberculose, a lepra, as doenças venéreas, parasitoses como a sarna e outras afecções, enquanto do continente africano provieram a filariase, a drcunculose ou bicho-da-costa, a febre amarela, a ancilostomíase e outras verminosas, o tracoma, o macula, o ainhum ou mal perfurante plantar e o grendu ou exostose paranasal. (1987, p.p.146-151)

É importante que se diga que o efeito inverso também ocorreu, ou seja a transmigração a partir da América, principalmente de uma flora levada a outras partes do mundo.

Muito também já foi dito a respeito da forma como os colonizadores souberam se adaptar e utilizar-se dos recursos naturais brasileiros principalmente nos primeiros tempos da colonização, conforme fica manifesto no interesse dos cronistas dos séculos XVI e XVII em descrever e conhecer estes recursos. Contudo, queremos enfatizar que o nosso objetivo nesta seção se prende a “mestiçagem ecológica” realizada no Brasil e mais especificamente, no sertão, levando em consideração, principalmente, as formas de adaptação dos índios à nova realidade biótica que surgia conforme veremos a seguir. Antes disso porém, gostaríamos de destacar brevemente as formas como os colonizadores procuraram descrever e entender a realidade ecológica brasileira nos dois primeiros séculos de colonização.

Maria E. B. Prestes (2000) destaca três fases da história natural do Brasil colonial: os relatos dos cronistas do século XVI; as informações dos naturalistas “holandeses” do século XVII e as expedições dos naturalistas do início do século XIX. Nos dois primeiros casos, fica evidenciado, em primeiro lugar, o espanto dos europeus com a variedade da fauna e flora brasileira, bem como as tentativas de comparação desta realidade natural com os seres vivos europeus no sentido de facilitar a compreensão por parte dos leitores europeus. Exemplos disso podem ser observados em cronistas do período colonial a exemplo de Pero de Magalhães Gandavo (1576), Gabriel Soares de Sousa (1587), Ambrósio Fernandes Brandão (1618), Fernão Cardim (século XVI), Elias Herckmans (1639), Jorge Marcgrave (1648), dentre outros.

Contudo, segundo Sérgio Buarque (1887), a grande contribuição no campo do conhecimento sobre a natureza no Brasil, neste período, deveu-se aos que serviram aos holandeses durante seu domínio no Brasil entre 1630 e 1654.

Uma outra questão que se sobressai nesses relatos a respeito dos aspectos ecológicos do Brasil refere-se ao seu caráter utilitário, ou seja, esses revelam a necessidade por parte dos colonizadores em conhecer a realidade ecológica na qual estavam inseridos e neste particular, as informações recolhidas junto aos índios eram imprescindíveis. Vale destacar ainda que, se por um lado é verdade que nestes relatos os dados acerca das relações entre os grupos indígenas e a natureza são fragmentados e imprecisos, por outro lado, é igualmente verdadeiro que os colonizadores dependeram, como foi dito acima, dessas relações principalmente nos primeiros séculos de colonização.

Na historiografia brasileira, difundiu-se a idéia de que o móvel econômico que viabilizou a ocupação colonial do sertão norte do Brasil foi a pecuária. Inicialmente desenvolvida nas fronteiras das primeiras vilas e cidades coloniais próximas ao litoral, bem como no interior dos próprios engenhos, com o passar do tempo, essa atividade se mostrou, segundo muitos autores, incompatível com as culturas agrícolas devido ao seu caráter extensivo. Assim, ao contrário do que ocorreu na costa onde o cultivo da cana-de-açúcar e outros gêneros causaram grande impacto sobre a floresta tropical, no sertão, foi em função principalmente da pecuária que as grandes transformações ecológicas oriundas do impacto biótico ocorreram, nas primeiras décadas da colonização²².

²²A partir das últimas décadas do século XVIII, culturas agrícolas, algumas nativas e outras transmigradas, cultivadas em escala comercial contribuíram para radicais mudanças ecológicas no sertão a exemplo do que nos informa Irêneo Joffily (1892) a respeito do algodão: “A catinga é zona secca, em diversas partes tanto como o sertão e com vegetação identica. Mas em geral os seus terrenos (os argillosos) são muito fertes e bem aproveitados para a cultura de todos os cereaes e principalmente do algodão; cultura esta que annihilou as mattas de que eram cobertos, transformando-os em vastos campos, próprios para a criação. (1892, p.130).

Em sua viagem de Pernambuco à aldeia Kariri localizada na região de Boqueirão e Cabaceiras, o padre Martin de Nantes assim descreve as características ecológicas da região até então pouco ou mesmo em nada afetada pela ação colonizadora:

Marchávamos desde a manhã até à noite, sob os ardores do Sol, a oito graus e meio da linha, do lado do Sul, e durante o tempo mais quente do ano nesse país. Não foi esse o maior trabalho, pois que, não havendo caminhos batidos, era preciso romper moitas espessas e florestas de canas selvagens, ocas por dentro, mas grossas como um braço e cheias de espinhos fortes e rijos em todos os nós, da altura de uma lança ou mais, entrelaçadas umas nas outras. E porque apoiavam o seu peso umas nas outras, era necessário que os nossos índios abrissem o caminho por meio de facões do tamanho de um pé e meio, cortando do alto a baixo para passar por baixo, como sob uma abóbada; e porque esses pobres índios não podiam, em tão pouco tempo, limpar o caminho e havia necessidade de olhar tanto para cima como para baixo, para não ferir o rosto, eu esbarrava muitas vezes nas canas com muita dor, de sorte que não tinha mais dedo do pé que não estivesse ferido. Para cúmulo de sofrimento, saí daí coberto de carrapatos. Esses carrapatos são pequenos insetos, do tamanho das pulgas, que entram nas carnes e aumentam em muito pouco tempo e produzem uma inflamação perigosa. Era preciso, a todos os momentos, fazer um bom braseiro e passar a roupa em cima de todos os lados, ou tirar esses carrapatos, que começavam a entrar na carne, com placas de ceras do país, própria para esse fim. Há, ainda, outra espécie de pequenos insetos, que entram nas unhas dos pés, e que os portugueses chamam bicho e, penetrando na carne, crescem de repente e produzem ovos dentro de quatro dias, e se multiplicam tão prodigiosamente, que fazem apodrecer o pé, se não são tirados cuidadosamente com a ponta de uma agulha, ou alfinete o que não deixa de ser doloroso(...) Entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo, tanto mais quando não havia uma folha sobre as árvores e pareciam com as nossas, em tempo do inverno, e não se cobriam de folhas senão quando viam as chuvas, nos meses de fevereiro e março. (1979, p.p.31-32).

Baseados em depoimentos como este, boa parte dos estudiosos do Brasil Colonial, destacaram as condições pouco favoráveis para a atividade pecuária no sertão norte. Contudo, esta perspectiva não é consensual. Manoel Correia de Andrade (1996) por exemplo afirma que:

Esta expansão foi muito favorecida pelas condições naturais e econômicas. Do ponto de vista natural, o clima semi-árido dificultava a proliferação de verminoses e de epizootias; além disso, havia uma pastagem natural boa para o gado, no período de chuvas e 'ilhas' úmidas nas margens dos rios e nas serras para onde ele poderia ser levado no período seco. (1996, p.103).

Já Caio Prado Júnior (2004) adotando uma posição intermediária destaca os fatores positivos e negativos a respeito dos estabelecimentos pecuaristas no sertão os quais apresentamos a seguir, respectivamente:

Já apontei noutra capítulo os fatores que permitiram o aproveitamento deste imenso território sertanejo para os fins de criação, o que aliás se realizou e completou muito cedo, já em fins do séc.XVII: a

vegetação pouco densa da caatinga, o que permite o estabelecimento do homem sem trabalho preliminar algum de desbastamento; o relevo úmido que se estende por largas chapadas; a presença freqüente de afloramentos salinos que fornecem ao gado os chamados 'lambedouros', onde ele se satisfaz deste alimento indispensável (...) Todas estas vantagens que oferece o sertão não iam sem dúvida sem óbices de monta: a pobreza da forragem nativa, a falta de água... Mas feito o balanço, e na falta de outros pontos mais favoráveis, os sertões do Norte apresentam para os fins a que se destinam, um ativo favorável. (p.190)

Essa discussão merece ser melhor avaliada a partir da bibliografia existente, por um lado, e das fontes documentais e arqueológicas, de outro haja vista que, empurrada cada vez mais para o interior, a pecuária agora como atividade especializada, ocupa palmo a palmo o sertão norte alterando radicalmente não só do ponto de vista social, mas também ecológico esta região. Sobre as características da pecuária neste contexto Dean afirma:

Na pastagem natural e sem cercas, o gado se reproduzia a vontade. Aqueles que sobreviviam eram os que escapavam às onça e resistiam às doenças e rigores da planície sem abrigo. Essas "raças" – curraleira, caracu, Junqueira, crioula – não apresentavam nenhuma vantagem a seus predadores humanos, exceto a rusticidade; ou seja, não precisavam de nenhuma intervenção humana para manter seus rebanhos. De fato, a intervenção se limitava a captura para castrar e marcar. Em algumas regiões, até esta última formalidade era dispensada. (1996, p.128)

Já sobre as transformações radicais que a criação de gado infligi ao ecossistema, principalmente em decorrência do recurso das queimadas feitas para criação de pasto, temos:

O surgimento do gado em campos gramados e cerrados nativos foi um evento memorável em termos botânicos. Os primeiros observadores "contavam maravilhas" sobre os pastos – como era luxuriante o crescimento do capim e como o gado engordava rapidamente com ele. Bastava, porém, uma geração ou duas de pastoreio por uma única espécie para transformar essas paisagens edênicas. Sem ser tangido, o gado tendia a pastar de mais no capim mais palatável, de sorte que os campos definhavam em plantas raquíticas, doentias. (...) Contra essa transformação, os fazendeiros dispunham apenas de uma arma, o fogo, que utilizavam sem misericórdia. Devido ao capim crescer rapidamente com as chuvas de primavera, numa época em que o gado que poderia consumi-lo era mínimo, o pasto era queimado para evitar o crescimento de mato impalatável. Em geral, a queimada era, então, repetida no curso do ano, sempre que o capim ficava novamente alto e fibroso, ou quando os carrapatos do gado se tornavam muito importunos. A queimada destruía pequenos animais – roedores, répteis, tatus, tamanduás, insetos e pássaros que nidificam no chão – convertendo as pradarias em um deserto. A queimada convertia a substância não comestível da planta a cinzas, enriquecendo assim temporariamente o solo, se logo viesse a chuva. Mas a queimada danifica de modo sutil os solos e o capim. Destrói plantas que se disseminam horizontalmente formando esteiras, em favor das que formam touceiras, expondo o solo e provocando erosão. O fogo reduz a permeabilidade do solo, favorecendo plantas e raízes superficiais, menos eficientes na reciclagem de minerais lixiviados e mais rapidamente ressequidos e não comestíveis na estação seca. (...) A queimada, além do mais, elimina nitrogênio e as bactérias que participam de sua fixação ao solo, essencial a nutrição animal.(1996, p.129)

Aqui o autor nos fornece inúmeros exemplos de como a atividade pecuária pode vir a transformar radicalmente um determinado meio ecológico. Nota-se que ele não se refere especificamente ao sertão no entanto, estes podem ser indícios de como um evento parecido pode ter se efetivado nesta região.

Especificamente sobre o sertão e o impacto ecológico causado pela civilização, Capistrano de Abreu (1982) nos informa que: “Em geral, e nas zonas de vegetação xerófila, plantam-se cereais e algodão e pasta o gado. A obra do homem chama-se capoeira: terreno privado da vegetação primitiva, ocupado depois por vegetais adventícios cuja fisionomia ainda não atingiu feição bem caracterizada.” (1982, p.46). E ainda neste sentido:

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gragariamente, abrir cacimbas e bebedouros. (1982, p.133)

Também Caio Prado Júnior (2004) atesta o uso de queimadas na criação bovina no sertão quando aborda as características da pecuária na região:

Tudo isto, evidentemente, estava muito acima das possibilidades dos colonos; nem o mais simples preparo e melhoria dos pastos, salvo o grosseiro sistema de queimadas, entrava nas suas cogitações (...) Nos pastos (a designação até soa mal), não se faz mais que queimá-los anualmente antes das chuvas, para que ao brotar de fresco a vegetação forneça uma forragem mais tenra e viçosa. (2004, p.p.188-194)

Outro depoimento que ressalta as queimadas aplicadas às áreas de exploração econômica no sertão foi produzido por Ireneu Joffily (1892) que em relação à região que conhecemos hoje como o Brejo Paraibano informa:

Os sítios não começarão com a fixação ou residência dos seus proprietários; eram simples queimadas, formando clareiras nessas grandes matas, onde se fazia a plantação de mandioca, milho e feijão, havendo ao lado ou no centro a casa de aviamentos, coberta de pindoba, catolé ou sapé. (1892, p.199)

Conforme havíamos adiantado, este tipo de discussão é interessante, principalmente no que se refere às formas como os índios do sertão e colonizadores reagiram e se adaptaram a

um meio em constantes transformações. Neste sentido, os estudiosos do passado não deixaram muitas informações apesar desses estudos, principalmente os do final do século XIX e início do século XX, terem caráter a um só tempo geográfico, histórico e etnológico. Contudo, a partir da análise dos relatos e documentos do período colonial é possível enveredar por esta discussão.

Ao que parece, para os colonizadores, o sertão apresentava-se como uma realidade ecológica radicalmente distinta do litoral. Enquanto este, caracterizado pela cobertura vegetal da Mata Atlântica, proporcionava uma imensa quantidade de recursos alimentares, o sertão, por outro lado, era visto como um espaço ecológico que oferecia condições de subsistência limitadas: “Os ditos religiosos padecem necessidade pela limitação do sustento daquelles Sertões faltando-lhe o necessário para o fabrico das Igrejas, e celebração dos sacrifícios da missa.” (PROVISÃO de Sua Alteza por que manda ao Provedor da Fazenda da Capitania de Pernambuco assista às Aldeias de Uma, São Miguel da Alagoas com a ordinária de trinta mil reis a cada uma para as Igrejas que couberam por repartição aos Religiosos de Santo Antonio. DH, vol. 27, p.149). Já num registro de Carta Patente datado de 12 de junho de 1687 as condições de uma entrada realizada é descrita da seguinte forma:

Na entrada que o dito Capitão-mor mandou fazer ao Sertão por aviso que teve do Governador de Pernambuco Aires de Souza e Castro de que os Negros dos Palmares se tinham retirado para ir em seguimento dos ditos Negros em companhia de uma tropa que foi entrando mais de oitenta léguas pelo Sertão dentro aonde se acharam o trilho dos ditos Negros e alguns mortos por falta de água e sabendo que se tinham retirado do seu antigo domicilio gastando nesta jornada sessenta e sete dias passando muitas vezes digo fomes, e sedes, sustentando-se com frutas bravias e ervas do Campo. (REGISTRO de Carta Patente do posto de sargento-mor da Capitania da Parahiba de que Sua Majestade fez mercê por tempo de três annos a Paulo de Souza Alvin. DH, vol. 29, p.78).

Observa-se a partir destes exemplos que apesar de o sertão colonial comportar várias realidades ecológicas distintas este era, de maneira geral, encarado como um lugar onde as condições de sobrevivência eram muito mais duras se comparado ao litoral.

Para encerrar esta seção, deixamos para uma última análise um relato do padre Martin de Nantes a respeito da influência destas mudanças ecológicas e sociais sobre os índios: “Temiam os índios convertidos, porque era difícil viver sempre com eles em boa inteligência, os portugueses dando muitas vezes motivos, ao fomentarem desordens. Além disso, eles comiam o gado dos portugueses como compensação pelas terras que os portugueses lhes tomaram.”(1979, p. 22)

Como se vê, o padre Martin de Nantes atribui os assaltos dos índios ao gado como mera compensação ao fato de estes terem perdido suas terras. Porém, outras hipóteses podem vir à luz. Em primeiro lugar, os índios não tendo noção de propriedade viam o gado solto nos pastos como mais um recurso natural passível de ser utilizado. Além disso, o fato de a maior parte dos grupos indígenas do sertão ser de caçadores-coletores fez com que estes tivessem em contínua pressão territorial, já que suas terras estavam sendo expropriadas e estes dispunham cada vez menos dos vastos territórios necessários a este tipo de organização socioeconômica.

Limites territoriais do sertão da Paraíba

O conceito de fronteira aplicado à colonização da América portuguesa apareceu nos estudos sobre o período quase sempre associado ao de território, ou seja numa concepção geopolítica. Rompendo com esta idéia Capistrano de Abreu (1907; 1982) entendia a fronteira no Brasil colonial como espaço de conflitos e conquistas entre luso-brasileiros contra aqueles que de alguma maneira se opunha à colonização: índios e quilombolas, por exemplo.

Foi sobretudo Sérgio Buarque de Holanda (1936; 1995), em **Raízes do Brasil** e principalmente na obra **Caminhos e Fronteiras** este publicado em 1957, quem primeiro inseriu o conceito de fronteira no âmbito da cultura. Neste sentido, o sertão, entendido como tal, seria muito mais uma forma de sociedade que se forjava do que um espaço físico

delimitável que engendra o conceito político de territorialidades. Numa abordagem cultural, o sertão enquanto fronteira representou no período colonial o encontro da civilização com a realidade nativa conforme se vê neste registro de carta patente: “Em tempo que os bárbaros estão invadindo tão poderosa e repetidamente as nossas fronteiras, e devastando com suas hostilidades os currais daquelle Sertão.” (REGISTRO DE CARTA PATENTE do posto de sargento-mor da capitania da Parahiba provido na pessoa de Aires Teixeira Peixoto em 25 de novembro de 1688, DH, vol. 29, p.328).

Ao se trabalhar com alguns temas históricos, no âmbito da geografia, as delimitações espaciais não podem ser rígidas. De fato, no caso da conquista colonial do sertão da capitania da Paraíba isto se torna evidente em vistas das dificuldades em delimitar as divisões territoriais entre capitanias limítrofes²³:

Os limites com o Rio Grande do Norte não são naturaes, são convencionaes e em geral incertos e confusos. Os dois Estados geographicamente formão uma mesma região, aos quaes são communs diversos rios e serras.(...) No tempo de colônia as duas capitanias dividião-se por uma linha traçada em rumo quase recto de Este a Oeste, do litoral ao mais remoto sertão; pertencia então a Parahyba toda a ribeira do rio Seridó. (JOFFILY, 1892, p. 91)

Assim, no exemplo citado, que diz respeito à questão dos limites entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte envolvendo a disputa pela região do Seridó, o resultado definitivo só veio no período regencial após longa batalha política entre as duas Províncias que culminou com leis que beneficiaram territorialmente o Rio Grande do Norte conforme veremos adiante.

Além disso, a delimitação do sertão da capitania da Paraíba com o Rio Grande tem outro complicador do ponto de vista administrativo devido a não-existência de uniformidade entre as várias jurisdições (fazendária, judiciária, eclesiástica). Um exemplo disso reside no

²³ Pelo fato de acreditarmos que o conceito de fronteira aplicado ao período colonial comporta uma dimensão muito mais simbólica e cultural do que geopolítica não o utilizamos neste trabalho neste último sentido. Nesta seção, utilizaremos os termos limites territoriais ou divisões territoriais por se adequarem melhor à realidade tratada dentro de um contexto específico.

fato de toda a capitania do Rio Grande estar, durante quase todo o período colonial, submetida, do ponto de vista judiciário, à comarca da capitania da Paraíba²⁴.

Assim, durante o período colonial muitas vezes não coincidiam os limites das diferentes circunscrições. Dessa maneira, a divisão eclesiástica (freguesias), a jurisdição legal e a fazendária teimavam em ser alvo de confusões e conflitos que dificultavam, em muitos casos, o estabelecimento claro dos limites territoriais entre as capitanias:

Àquele tempo, uma vez conquistado o sertão, o desenvolvimento econômico e social da colônia e seu conseqüente ordenamento jurídico e administrativo estavam a demandar a demarcação exata das divisas de cada capitania, a delimitação das comarcas e mais rigorosa definição de competência das diversas autoridades. E esta necessidade acarretou inúmeros atritos, na medida em que, com o avanço das vilas, as autoridades passaram a disputar as áreas de sua jurisdição, em virtude tanto de interesses econômicos, como a cobrança dos dízimos e outros tributos, como do robustecimento do seu poder político. (MONIZ, 2000, p.261)

Um registro de concessão de sesmaria de 07 de junho de 1706 pode nos ajudar a entender a real dimensão do quanto eram fluidos e incertos os limites entre as capitanias, principalmente no sertão:

Antonio Freire, morador na Tamatanduba, termo da capitania do Rio Grande, diz que possui uma sorte de terras no rio Curimataú, a qual com outros socios alcançou no anno de 1674, do governador que então governava Ignacio Coelho da Silva, sobre o que teve elle supplicante sempre duvidas com o capitão Affonso de Albuquerque; que vindo a capitania do Rio Grande por ordem de S. M., o desembargador Chistovão Soares Beirão, como juiz das datas e demarcações de terras, o fez citar perante o mesmo ministro para que apresentasse os títulos, respondeo que esses tinham os herdeiros de João de Noralha, e sendo estes também citados não acudiram e nem responderam á citação, por cuja causa fazendo-se também vistoria de observação de divisa desta capitania, se achou que a terra sobre que era a contenda nem pertencia aos citados, nem a capitania do Rio Grande, como tudo consta da sentença que juntou em que se declara por devoluta. (TAVARES, 1982, p.60)

No ano de 1700, uma carta régia ordenava ao ouvidor geral da Paraíba que libertasse os “tapuias paiacus” que haviam sido feitos cativos pelo mestre de campo paulista Manoel Álvares de Moraes Navarro:

Capitão-mor da Parahiba. Eu El Rey vos envio m. saudar. ao ouvidor geral dessa capitania ordeno que desocupando-se de tudo passe logo ao arrayal do Assú aprender e devassar do lastimoso estrago que o Mestre de Campo do terço dos paulistas, Manoel Álvares de Moraes Navarro com sua gente, fez dos tapuyas da nação payacús que estavam cituados na ribeira do Jaguaribe e para que se consiga as

²⁴ Foi somente a partir de 18 de março de 1818, por força de um alvará expedido pelo rei, que a Capitania do Rio Grande passa a ter uma comarca própria sediada a partir de então na cidade de Natal.

averiguações deste delicto e possa ir o dito ouvidor geral com mais autoridade, segurança e respeito. (PINTO, 1977, p. 94)

A atuação judiciária do ouvidor da Paraíba sobre a região em questão pode ser explicada pelo fato de a capitania do Rio Grande não ter tido ouvidoria própria até 1818 estando assim, antes disso, sobre a tutela da comarca da Paraíba. Contudo, ao que tudo indica, é interessante notar que o Seridó atualmente vinculado ao estado do Rio Grande do Norte esteve também sobre o controle fazendário da Paraíba no período colonial. No capítulo dedicado aos limites territoriais entre os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba o historiador potiguar José Augusto (1980) afirma que mesmo após a fundação da Vila Nova do Príncipe, os limites do Seridó entre as capitanias da Paraíba e Rio Grande continuavam sem definição e era motivo de conflitos e debates.

Por requerimento e projeto do deputado e padre potiguar Brito Guerra, somente em 25 de outubro de 1831, os limites da Vila Nova do Príncipe da então província do Rio Grande do Norte foram definidos segundo os termos do seu artigo primeiro:

A Vila Nova do Príncipe da Província do Rio Grande do Norte continuará na posse de todo o território, que lhe foi assinado no ato de sua criação em 31 de julho de 1738; ficando o dito território dentro dos limites da comarca, e sujeitos os moradores dele ao governo civil e militar e administração da fazenda da sobredita província, com exclusão, porém, de toda a freguesia dos Patos, tal qual atualmente existe, e daquela parte da do Cuité que sempre pertenceu à província da Paraíba, da qual ficam compreendidos tanto esta parte do Cuité como a dos Patos”. (1980, p.64)

Em 1834, tanto a assembléia provincial da Paraíba como a câmara da Vila de Patos pediram à câmara nacional a revogação da lei de 1831 alegando prejuízos de várias ordens. Em discurso proferido no paço da câmara dos deputados, em 1831, o representante da Paraíba José Maria Ildefonso da Veiga Pessoa coloca a questão nos seguintes termos:

1º – Por que a comissão em seu parecer não fez mais do que increpar a representação da injusta, repetir os tramites por que passou a resolução, contra cuja execução representou o conselho; 2º – Porque, enquanto a inexatidão, o parecer increpar o conselho de inculcar prejuízo dos direitos nacionais, e nas fortunas e bens dos povos, quando o conselho mostrou que dos gados dízimos coletados no ultimo ano pela província da Paraíba nas duas ribeiras Sabugi e Piranhas deram 9\$000 pagos a metade em prata e metade em cobre sem falar no prejuízo que sofre a tesouraria da Paraíba que, segundo lhe constava, era de 12 a 14 contos e que tomando o termo médio e o preço de 9\$000 viam dar estas ribeiras pelo menos

1500 cabeças de gado, no que, pela diferença de preços, perdia a nação quase 4 contos, cujo prejuízo se não podia deixar de atender, a não se satisfazer o capricho, atento ao apuro das finanças de que se achava a nação, tantas vezes reclamado nas câmaras. O conselho mostrou mais que a santa casa da misericórdia, tendo a sua instituição o direito dos dízimos miúdos daquelas duas ribeiras com a sua desmembração sofreu um grande prejuízo. (1980, p.74)

Verifica-se no discurso de Veiga Pessoa que o ponto nevrálgico da “desmembração do Seridó” foram as finanças, já que a fazenda da Paraíba tinha jurisdição sobre a área. Aqui nos interessa, sobretudo, tentar perceber as dificuldades inerentes à configuração territorial do sertão da Paraíba no período colonial, em especial nos primeiros momentos da colonização. Assim, é possível perceber, a partir dos registros de concessão de sesmarias na área, que realmente a ribeira do Seridó podia estar sobre a jurisdição da capitania da Paraíba, haja vista que a provedoria da dita capitania concedeu inúmeras sesmarias na área até 1730.

A primeira povoação do sertão da Paraíba nasceu às margens do rio Piancó. Tratava-se da povoação de Bom Sucesso, núcleo inicial da atual cidade de Pombal. Um documento, do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, destaca a jurisdição e limites desta povoação:

Esta povoação se divide pela parte do nascente com o sertão do Cariri, cuja divisão lhe faz a serra chamada Borborema e da parte do poente com o sertão do Jaguaribe e vila do Iço, e tem de distancia de uma a outra extrema pouco mais ou menos cinqüenta léguas; ficando-lhe no meio, com pouca diferença a dita povoação, de que se trata, por detraz da qual da parte do poente corre o rio chamado Piancó, que tem seu nascimento na mesma serra da Borborema e em distância de meia légua abaixo da Povoação se une com o rio Piranhas, o qual também nasce da serra da Borborema e corre buscando quase o nascente e faz barra no mar, donde lhe chama Açu, distrito do Rio Grande, cidade do Natal, cuja capitania se divide do distrito desta Povoação em uma fazenda de gados a beira do dito rio Piranhas, chamada Jucurutu, do qual a esta Povoação distam vinte e cinco léguas e da mesma Povoação buscando sul pelo rio Piancó acima até o sertão do Pajeu, nessa mesma ribeira em distancia de trinta léguas extrema o distrito desta mesma Povoação, capitania da cidade da Paraíba, com a capitania de Pernambuco. (SEIXAS, 1975, p.59).

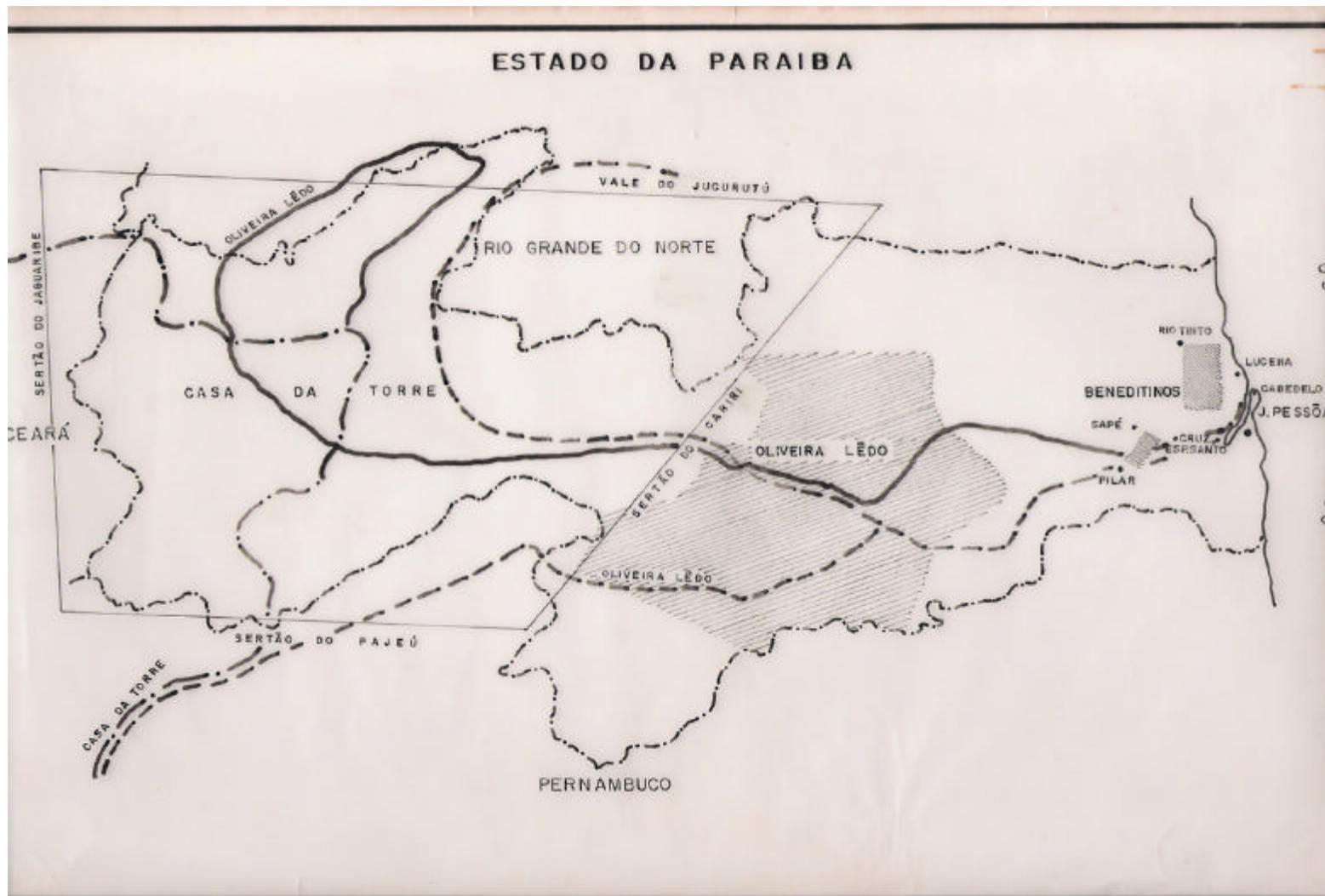
Como se observa, o documento destaca que o limite entre as capitanias da Paraíba e Rio Grande, pelo sertão, era a fazenda Jucurutu na margem do rio Piranhas. Se tomarmos este marco como certo, teremos a confirmação da hipótese de que o atual Seridó potiguar fez parte da jurisdição territorial da capitania da Paraíba na época da interiorização da conquista colonial. Além disso, baseando-se na contenda pela posse da região vista acima, julgamos que

não seria leviano afirmar que a citada região esteve sob a jurisdição da Paraíba até pelo menos o final do século XVIII.

Assim, é possível que também a região do Apodi possa ter feito parte da jurisdição da Paraíba no período em questão. Num registro de 26 de julho de 1724, o padre missionário Antonio de Lima Caldas, pede para si:

Terras para crear seos gados, aonde chamão o Riacho das Pedras, o qual desagoa no riacho da Conceição nas cabeceiras do rio Apudy, onde tem o tal sitio um poço em uma cachoeira, e confronta pela parte do norte com terras do riacho de Figueiredo de Jaguaribe e rio do Peixe e do nascente com terras do Patú, e do poente com terras do Jaguaribe. (TAVARES, 1982, p.125).

No mapa abaixo, pode-se observar os limites territoriais da Região do Seridó, na Paraíba (área pontilhada) situavam-se em Jucurutu, atual estado do Rio Grande do Norte. O mapa destaca ainda, as principais rotas de penetração colonial no sertão da Paraíba.



Mapa Original de Wilson Seixas sobre as vias de penetração no sertão da Paraíba e seus limites territoriais.

Percebemos assim o quanto eram imprecisos os limites territoriais entre as capitanias da Paraíba e suas vizinhas pelo sertão. Pelo que se vê, as disputas políticas relacionadas a esses limites só começaram a ter resolução a partir do período imperial sendo este aspecto em particular da formação territorial da Paraíba um interessante objeto de estudo devido às questões econômicas, políticas e identitárias que ela envolve.

Para concluir gostaríamos de reafirmar a proposta deste capítulo que caminhou no sentido de destacar o sertão colonial da Paraíba em suas dimensões simbólicas, ecológicas e territoriais. Observamos desta maneira as diversas conotações do sertão no período em questão, as associações deste espaço com determinados grupos étnicos e sociais, as questões relacionadas à transmigração de plantas e animais exógenos para o sertão (processo este fruto da atividade colonial) e os problemas relacionados aos fluidos limites territoriais do sertão da Paraíba.

Os índios do sertão colonial

Paul Vidal de La Blache inaugurou, no início do século XX, o importante conceito de gênero de vida ou modo de vida, como alguns preferem chamar, para dar suporte teórico aos seus estudos regionais e culturais. Grosso modo, esse conceito pode ser entendido, segundo Antonio Carlos Robert Moraes (1987), como “o conjunto de técnicas e costumes derivado da relação entre a população e os recursos construídos ao longo do tempo.” (p.69). Nota-se inicialmente que esse conceito, assim definido, encara a cultura e sua interação com o meio numa perspectiva de dinâmica social de cunho naturalista.

A Geografia Humana vidaliana define pelo menos três principais perspectivas de mudanças nos modos de vida. O primeiro deles está relacionado ao exaurimento dos recursos do meio, que tem como principal consequência a migração. O segundo diz respeito aos efeitos gerados pelo crescimento populacional que leva ao desenvolvimento de novas técnicas ou a divisões do grupo social. Por fim, existe a mudança fruto de contatos entre modos de vida diferentes²⁵. Mesmo tendo sido de La Blache o mérito de destacar a importância das relações entre as culturas no âmbito da geografia, foi somente com as abordagens recentes da geografia cultural que esses contatos foram vistos em si mesmos, ou seja, longe de uma postura exclusivamente naturalista. Esta última tinha como cerne de suas preocupações entender a maneira como os homens se inserem num ambiente, explorando-o e transformando-o.

²⁵ Para entendermos os fatores que podem modificar, pelo contato interétnico, o modo de vida de uma sociedade, não se pode perder de vista, nestas culturas, os fatores que ajudam a admitir ou rejeitar os elementos culturais exógenos.

No entender de Januário Francisco Megali (1984), um dos maiores passos no sentido de “transformar” a geografia numa ciência social foi dado por Max Sorre quando este, no início da segunda metade do século XX, aproxima a geografia da sociologia com o objetivo de “aumentar o poder explicativo da ciência geográfica.” (1984, p.14). Já o resultado desta aproximação pode ser sintetizado nestas palavras: “Isso equivale a dizer que os sociólogos forneceram a descrição da estrutura social, dos valores e padrões de comportamento, motivadores da ação do homem no espaço habitado”. (1984, p.15).

No entanto, conforme já havíamos dito, foi somente a partir das últimas décadas do século XX que a geografia cultural deu uma “guinada” no foco de seus interesses em direção às representações abordando temas como: o sentido dos lugares, o espaço como produto da história e da cultura, as relações de identidade dos homens com espaço vivido, dentre outros.

Neste capítulo, nosso interesse está centrado no modo de vida dos índios “Tapuia”, ou seja, nas relações deles com a natureza, sua dinâmica societária interna e nas relações estabelecidas com outros grupos indígenas. Assim, tomaremos como ponto de partida as tentativas de classificação dos povos indígenas do sertão colonial destacando sua diversidade cultural. Em um segundo momento procuramos destacar os diversos olhares que os estudiosos têm lançado sobre eles para em seguida ater-nos aos cronistas do período colonial que registraram sua existência e cultura.

Tentativas de classificação dos índios do sertão

As experiências coloniais na América portuguesa foram geralmente representadas por binômios de oposição a exemplo de litoral/sertão, açúcar/gado e Tupi/“Tapuia”, sendo este último de interesse particular nesta seção por tratar das tentativas de classificação dos povos indígenas do sertão a partir do período colonial. Os estudiosos que trabalham o tema, por sua vez, são quase unânimes em afirmar que a quantidade de informações deixadas pelos cronistas sobre os povos indígenas do sertão é muito pequena, se comparada às informações que há sobre os povos Tupi, também conhecidos como Tupinambá²⁶.

Alguns afirmam que a diversidade cultural e idiomática dos índios do sertão teria desestimulado os cronistas coloniais em conhecer mais sobre estes povos. Ricardo Pinto de Medeiros (2000), por exemplo, destaca a grande lacuna que existe, nos estudos do tema, em relação à diversidade cultural dos índios do sertão. Este afirma que as dificuldades em conhecer estes povos derivam de fatores como:

A diversidade de línguas, a mobilidade e belicosidade de alguns povos, o isolamento e o contato posterior com as frentes de colonização; e pelo fato de alguns grupos terem sido exterminados e se extinguido antes que houvesse qualquer registro de sua existência por parte da sociedade letrada. (2000, p.13)

O autor destaca ainda que existe mais um elemento que complica o conhecimento sobre estes povos e que estaria relacionado a “uma grande variação na grafia do nome dos povos, o que dificulta a análise” (2000, p.16)

Desde o período colonial, os índios do Brasil têm sido vistos de forma bipolarizada, ou seja, os índios Tupi, falando um idioma parecido(a “língua geral” como se dizia na época) e

²⁶ Vale registrar que o trabalho de Cristina Pompa (2003), já citado, acerca da evangelização dos índios no Brasil colonial contou com a utilização de documentos inéditos sobre os “Tapuia”, notadamente as fontes primárias que se encontram no **Archivio Dell’istituto Storico dei Frati Minori Cappuccini**, em Roma, Itália e no **Archivum historicum Societatis Iesu (ARSI)**, localizado também em Roma.

habitando a mata tropical litorânea em contraposição aos índios “Tapuia”, falando diferentes idiomas e ocupando o vasto sertão²⁷.

Uma outra tipologia de classificação a respeito dos índios no período colonial levou em consideração a forma de reação destes ao contato com os colonizadores, surgindo assim as denominações de “índios mansos”, para os povos que se aliaram aos colonizadores e de “índios bravos” ou “índios de corso” para os que escolhiam a estratégia da reação armada ao avanço colonialista (MEDEIROS, 2000). De fato, na documentação dos séculos XVII e XVIII o termo “índio brabo” é tão comum quanto o próprio termo “Tapuia” para designar os índios do sertão. Vale registrar contudo, que devido ao caráter dinâmico dos contatos interétnicos, no que se refere às relações políticas entre índios e colonizadores, os “índios bravos”, portanto inimigos de “hoje”, poderiam ser os “índios mansos”, portanto os aliados de amanhã.

Neste sentido, o termo “Tapuia” serviu para designar, desde o período colonial, os vários grupos indígenas do sertão. Assim, esta categoria se configurou, do ponto de vista cultural e político, no discurso colonial e historiográfico, como uma forma de representar ao mesmo tempo a alteridade em relação a estes índios e os contatos interétnicos na região.

Vale destacar ainda que o termo “Tapuia” foi antes de tudo uma categoria indígena formulada pelos Tupi e posteriormente apropriada pelo discurso colonial. Segundo os cronistas do período colonial, o termo “Tapuia” (palavra da língua Tupi) tinha para os Tupi o provável significado de bárbaros já que os costumes daqueles eram, como afirma João Azevedo Fernandes (2004), “em quase tudo, inversões do ser Tupinambá”. Neste sentido, afirma que os “Tapuia”, em contraposição aos Tupi: “Eram nômades, não cultivavam a mandioca, não bebiam cauim de vegetais cultivados (como a mandioca ou o milho),

²⁷ Sobre a questão da bipolaridade Tupi - “Tapuia” sugerimos a leitura de Puntoni (1997) e Monteiro (2001).

devoravam os próprios mortos e eram adeptos de um tipo de guerra voltada ao extermínio do inimigo, características que os diferenciavam dos habitantes nativos do litoral.”(2004, p.02)

Este tipo de contraposição cultural entre os Tupi e os “Tapuia” pode ser observada nos textos de alguns cronistas a exemplo de Pero de Magalhães Gândavo (1576; 1980) que estabeleceu em seu relato algumas diferenças culturais entre estes dois grupos afirmando que os “Tapuia” praticavam o endocanibalismo, não eram agricultores, além do fato de serem inimigos mortais dos Tupi. Já Ambrósio Fernandes Brandão (1618; 1962), no mesmo sentido, destaca em seu relato a ausência de plantações entre os “Tapuia”, o nomadismo, o fato de não terem aldeias, além de falarem uma língua diferente do Tupi. Tudo isto indica que o termo “Tapuia” passou de uma categoria indígena Tupi a uma categoria colonial, sendo assim utilizada largamente para denominar os grupos indígenas que se diferenciavam da língua e da cultura destes.

Para concluir acreditamos que o olhar colonial sobre os “Tapuia” tinha uma dupla natureza ou oposição. Primeiro, o olhar Tupi com seus elementos de alteridade em relação aos “Tapuia” que foram resumidos por Fernandes; segundo o olhar colonizador influenciado pelo olhar Tupi, mas que também revela elementos cristãos e civilizatórios aplicados a todos os nativos.

Após o período colonial surgiram várias formas de classificação dos povos indígenas do Brasil, a exemplo daquela elaborada pelo general Couto de Magalhães²⁸, que levava em consideração critérios de ordem racial²⁹ e a de Carl Friedrich von Martius³⁰, que foi o primeiro estudioso a reconhecer a família Jê no interior do quadro geral dos índios do Brasil. No

²⁸ Autor de “O Selvagem”, escrito em 1876, citado por Medeiros (2000).

²⁹ Os três tipos fundamentais da classificação do general Couto de Magalhães são: índio escuro grande, índio claro de estatura média e índio mais claro de estatura pequena para a região do Amazonas.

³⁰ O citado estudioso era um botânico de origem alemã que viajou pelo Brasil nas primeiras décadas do século XIX registrando sua diversidade ecológica e étnica.

entender de Medeiros (2000), existem basicamente dois parâmetros utilizados modernamente para classificar os índios do Brasil. O primeiro seria de ordem lingüística donde se subdivide uma tipologia de classificação de ordem genética:

Que consiste em reunir numa só classe as línguas que tenham tido origem comum numa língua anterior. O critério lingüístico permite classificar as línguas indígenas e seus dialetos, em conjuntos maiores de famílias e troncos. A partir de técnicas de análise lingüística, pode-se comparar duas línguas indígenas e reconhecer o grau de contato ou distanciamento que existe entre as populações que as utilizam. (p.29).

Uma outra tipologia de classificação no âmbito da lingüística seria a “análise léxico-estatística ou glotocronometria” que:

Permite datar o momento em que duas línguas se destacaram de uma única língua pela percentagem de radicais cognatos nucleares que mantém em comum, é de grande importância para arqueólogos e etnólogos, sobretudo na procura de conexões de culturas arqueológicas com povos indígenas atuais. (2000, p.29).

Outro critério de classificação dos povos indígenas centra-se nas “áreas culturais” que seria “uma região que apresenta certa homogeneidade quanto à presença de certos costumes e certos artefatos que a caracterizam.”(MEDEIROS, 2000, p.31). Amparando-se nas análises do antropólogo Eduardo Galvão, Medeiros destaca as dificuldades de aplicação deste critério de viés etnológico aos povos indígenas do Brasil. Estas dificuldades seriam: “Além da falta de informação fatural sobre um grande número de tribos, acrescida o fato de que os remanescentes indígenas, por força da expansão luso-brasileira tiveram seus territórios reduzidos, concentrando-se em uma mesma área grupos de origem a mais diversa.”(2000, p.32). Dessa forma, para a utilização deste critério de classificação, torna-se necessário uma sólida base metodológica que leve em consideração, uma base temporal definida, bem como as formas de contato das populações indígenas com as frentes colonialistas.

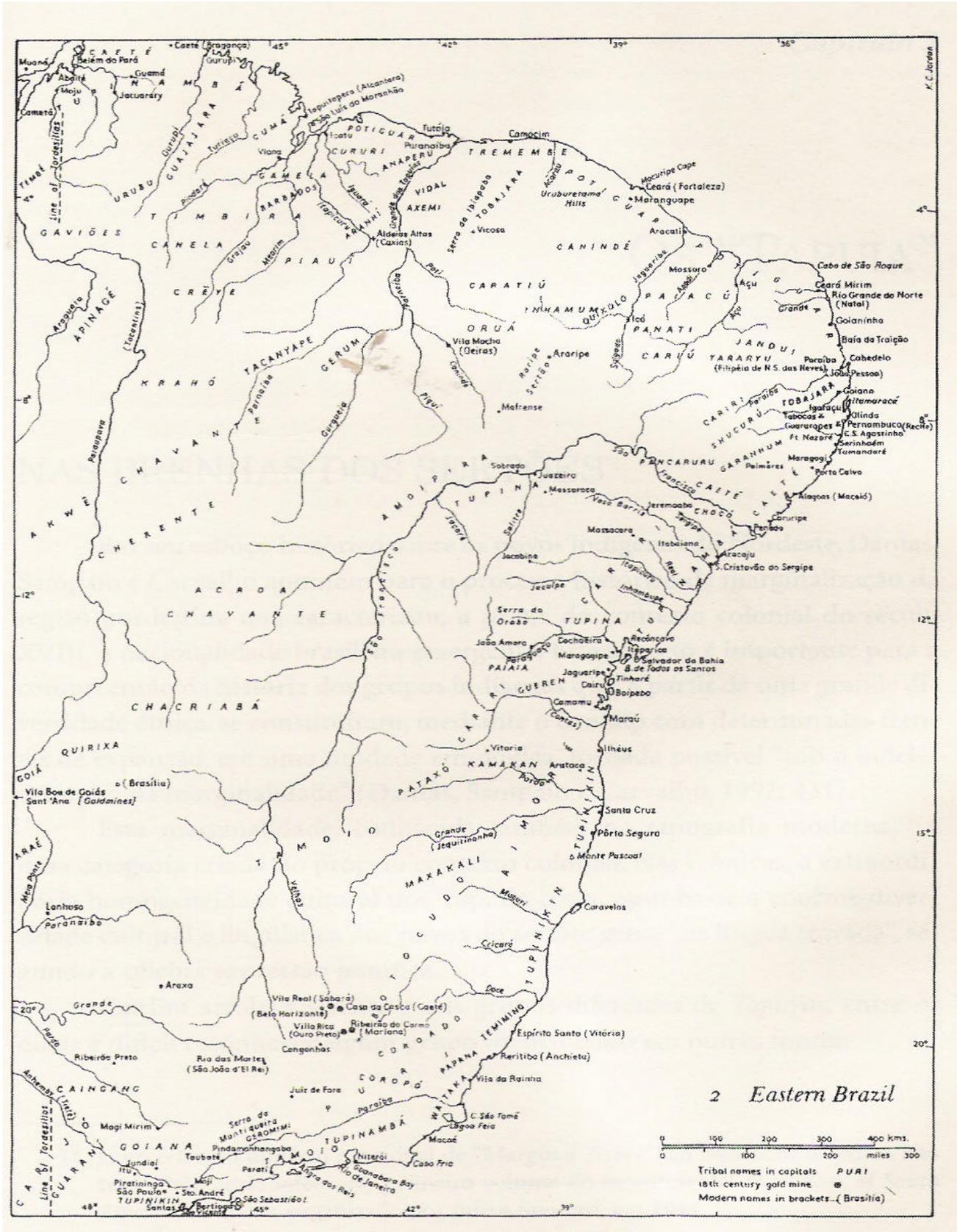
Modernamente são aceitos quatro troncos lingüísticos para os índios do Brasil que são: o Arawak, o Karib, o Jê e o Tupi. Além destes grandes “troncos” e das várias famílias a eles

integradas, existem os chamados “povos de línguas isoladas” que se caracterizam pelo fato de não terem parentesco lingüístico com nenhuma outra cultura indígena conhecida.

No que diz respeito aos índios do sertão do atual Nordeste brasileiro, Medeiros (2000) aponta a importância das pesquisas empreendidas a partir do segundo quartel do século XX por Estevão Pinto, Tomás Pompeu Sobrinho, Carlos F. Ott, Carlos Studart Filho, Olavo de Medeiros Filho e José Elias Borges no que se refere às tentativas de classificação destes povos.

Estevão Pinto, por exemplo, classificou os índios do sertão do Nordeste em Jê e Kariri estando desta forma, acreditamos, os Tarairiú inclusos como uma subdivisão dos Jê. Já Tomás Pompeu Sobrinho se apega a critérios de base geográfica quando apresenta os Tarairiú habitando, no período colonial, a região sublitorânea do Nordeste e os grupos Kariri ocupando as regiões mais interioranas.

Assim, atualmente, as classificações indígenas para a região destacam os Kariri, os Tarairiú e os Jê como grupos culturalmente distintos, além dos grupos de “línguas isoladas”. Já a diversidade étnica destes povos pode ser visualizada no mapa etnográfico que segue com destaque para o atual Nordeste brasileiro.



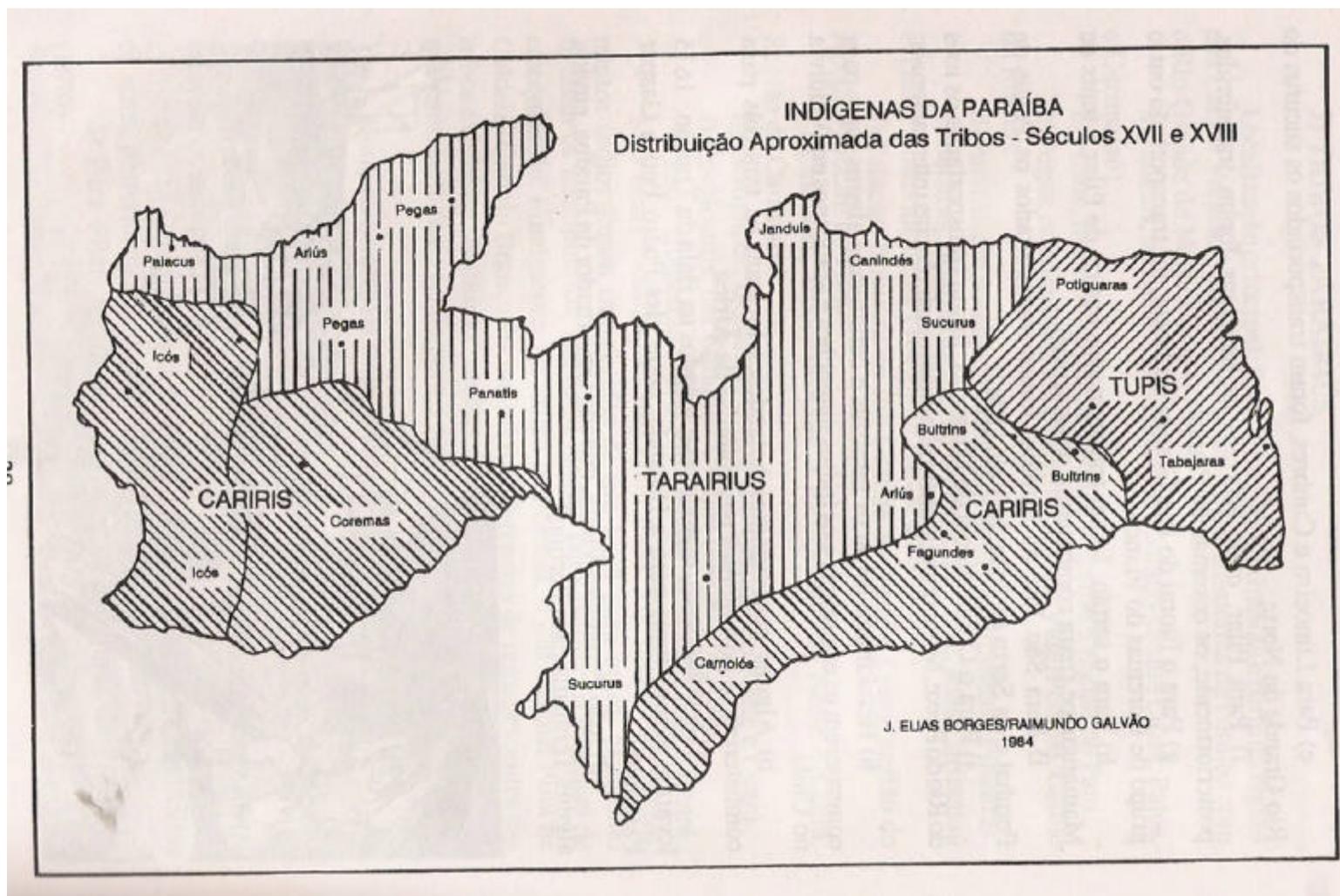
Mapa Etnográfico de J. Hemming, 1978 apud POMPA (2003)

No que diz respeito aos estudiosos do período colonial na Paraíba, predominou a “percepção bipolar” dos grupos indígenas brasileiros que remete ainda aos relatos dos colonizadores. Essa percepção que subdividia os índios do Brasil, levando em consideração aspectos de ordem lingüística e geográfica, marcou profundamente a historiografia do século XIX e do século XX, ao criar a figura do índio Tupi, de língua parecida e habitando a costa, em contraposição ao índio “Tapuia”, falando diversas línguas e habitando o vasto sertão.

Ainda em relação aos índios do sertão da Paraíba, foi seguramente José Elias Borges (1993) o primeiro a destacar a diversidade étnica na região rompendo assim com a dicotomia Tupi-“Tapuia”. Tomando como ponto de partida em suas análises a descrição do cronista holandês Elias Herckmans (1639), o autor contesta a generalização presente na tradição etnográfica paraibana destacando os grupos Kariri (grandes colaboradores dos luso-brasileiros na colonização da região), e os Tarairiú (aliados dos holandeses durante a ocupação destes em parte das capitânicas do norte e protagonistas das guerras no sertão contra a ocupação colonial).

Além de classificar os indígenas do sertão apresentando as “provas” de sua diversidade cultural, o autor se preocupou também, como aliás é tradição entre os estudiosos do tema, em localizar estes grupos no território paraibano do período colonial conforme se observa em seu mapa etnográfico logo abaixo³¹.

³¹ De modo geral, as provas, como diz Borges, das diferenças étnicas entre os Kariri e Tarairiú poderiam ser generalizadas em três ordens. Primeiro, de caráter “racial” a partir das descrições físicas contidas nos relatos da época. Segundo, nas várias diferenças culturais entre estes dois grupos a exemplo da prática da antropofagia típica apenas dos Tarairiú e das línguas que seriam diferentes. Por fim, as diferenças de habitat. Os Kariri viviam junto aos rios perenes, vales úmidos e regiões altas e de clima ameno. Já os Tarairiú habitavam as regiões mais secas (Curimataú, Seridó e Sertão atuais) próximas aos rios menos perenes.



BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38

Por fim, Borges fez referências ainda às “misturas étnicas” entre os grupos indígenas fruto das políticas de aldeamentos missionários, bem como aos “descimentos” de alguns destes povos para o litoral, temas que serão discutidos no último capítulo.

A produção intelectual sobre os índios do sertão

A relativa facilidade que os estudiosos dispõem atualmente no que diz respeito ao acesso às fontes primárias, obras especializadas e novos métodos de pesquisa, torna contraproducente o estabelecimento de qualquer tipo de comparação qualitativa entre o que se sabe e o que se sabia a respeito de muitos temas.

Na opinião de Rogério Forastieri da Silva (2001), os trabalhos de análise bibliográfica devem se deter principalmente a “rastrear o que tem sido produzido de significativo em determinados campos do conhecimento e também recuperar para o presente autores e textos que, apesar de importantes, possam por alguma razão ter ficado no olvido.” (2001, p.13).

Além disso, qualquer estudo bibliográfico deve se ater às especificidades do “lugar” de onde fala o autor, ou seja, dos elementos socioculturais que influenciam seu trabalho. Trata-se então, de desvendar os “lugares” sociais, econômicos, geográficos e culturais de onde fala aquele que produz o conhecimento. Em estudos deste gênero devemos não somente observar o contexto em que determinadas obras foram produzidas, mas igualmente as diferentes “visões de mundo” de autores que escreveram numa mesma época.

Além disso, é interessante observar a relação do pensador com o grupo ou instituição social a que esteja ligado. Em relação a este aspecto, é importante frisar que boa parte dos eruditos que investigaram aspectos da realidade geográfica e histórica da Paraíba estão ligados a uma instituição do saber que, a partir de determinadas características, acabou por influenciar o pensamento destes autores. Trata-se do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

(I.H.G.P.) que, desde 1905 funciona como um lugar onde circularam os historiadores e geógrafos que produziram obras importantes sobre a realidade local.

A exemplo do que ocorria no cenário nacional, esses estudiosos, na tentativa de esclarecer a gênese da sociedade paraibana, adotaram a idéia da miscigenação como base de suas interpretações. Fruto da experiência histórica brasileira, a miscigenação racial é uma realidade tão presente que eles não se furtaram em destacá-la.

Sobre esta questão, João Azevedo Fernandes (1997) destaca e distingue a trajetória intelectual brasileira no que se refere à relação entre a miscigenação e o contato interétnico no Brasil colonial centrando-se na problemática indígena. O autor considera que num primeiro momento, esta produção estaria vinculada aos “Institutos Históricos e Geográficos”, que destacaram a participação dos índios na história do Brasil colonial ao enfatizar a mestiçagem como elemento de suma importância, mesmo quando vista de forma negativa. Segundo, o papel da miscigenação a partir da obra de Gilberto Freyre, notadamente **Casa Grande e Senzala**, de 1933, que teve por mérito lançar uma nova abordagem sobre a sociedade colonial na tentativa de explicá-la a partir de sua própria dinâmica interna, mesmo tendo supervalorizado a contribuição africana no processo de formação da cultura e sociedade brasileira.

Neste mesmo período observou-se, ainda segundo Fernandes, uma ruptura a partir das obras de Caio Prado Júnior na medida em que este “nega ou minimiza a pertinência da miscigenação e da interação étnica como categorias interpretativas” (1997, p.09). A partir daí, boa parte das análises realizadas que tomaram como base o instrumental teórico marxista “contribuíram para apagar a especificidade indígena em nossa formação diluindo-a na figura do ‘escravo’” (1997, p.09). Por fim, há o momento de profissionalização do ofício do

historiador a partir dos anos 70, que inaugura novos instrumentais teóricos ao tempo que se observa a expansão dos estudos referentes aos contatos interétnicos entre europeus e índios.

Observa-se assim, que os índios tiveram um papel de destaque na produção intelectual do século XIX, numa perspectiva de demonstrar a importância do projeto civilizador da cultura branca. Além disso, não podemos perder de vista, que relacionado a um projeto maior estaria a preocupação de criar os traços de unidade nacional brasileira, as origens histórico-sociais da nação, bem como sua formação territorial. Assim, neste contexto, os índios não ficaram excluídos da produção intelectual daquela época.

Para além dos diversos olhares que foram lançados sobre os índios no século XIX e início do século XX, predominaram aqueles ligados aos Institutos Históricos e Geográficos, a partir dos quais se pode observar determinadas características gerais. Primeiro, a ideia de que os índios teriam, desde o período colonial, que ser integrados à cultura branca. Segundo, que esta integração poderia ser feita através do estabelecimento de relações econômicas, da educação e cristianização deles. Por fim, que o Estado deveria orquestrar este processo como forma de preservar a integridade física dos índios. Assim postos estes elementos constituíram a base das interpretações lançadas sobre os índios do sertão pelos estudiosos paraibanos³².

Conforme demonstrou Fernandes, ao longo do tempo, os índios têm sido abordados de forma muito distinta. Apesar disso, pesa sobre eles, quase sempre, um olhar que os condena a participantes marginais e agentes passivos dos processos sociais.

Como dissemos, fruto do processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, a intelectualidade do século XIX e primeiras décadas do século XX procurou fundamentar suas análises na busca de elementos socioculturais e étnicos que fornecessem os traços que

³² Uma interessante leitura historiográfica sobre os índios na Paraíba foi feita por Nayana R. Cordeiro Mariano (2003).

pudessem configurar, ainda no período colonial, uma “nacionalidade brasileira”. Além disso, existiu uma tendência nessa produção de utilizar-se de pressupostos raciais, então em pleno uso, a partir de meados do século XIX. As formas como essas teorias foram utilizadas por alguns estudiosos paraibanos revelam que o apego pela sociedade e cultura européia já havia se solidificado. Não obstante, esse apego, por assim dizer, forneceu os subsídios que, de uma forma ou de outra, constituíram a base de legitimação para a assimilação das sociedades indígenas.

No entanto, não podemos esquecer que essa assimilação só poderia se dar, neste contexto, pela via da miscigenação racial, característica essa que esses estudiosos não deixaram de destacar. Nesse quadro, fica claro que a relação estabelecida entre as “raças” e o processo civilizador estiveram sempre presentes na produção intelectual do período.

Assim, a tônica deste debate mesclou preceitos raciológicos e “determinismos geográficos” conforme vemos nesta passagem:

O sertanejo parahybano descende dos bravos expedicionarios de Garcia D’Avila e Affonso Sertão; de Domingos Jorge, Antonio de Oliveira, Luiz Soares e Oliveira Ledo. Foi este elemento são que, da parte dos europeus ou seus filhos immediatos, entrou na componente de nossa forte sub-raça. E o sangue aryano foi predominante e em gráo superior no caldeamento com o sangue tupy e o africano. (...) O indígena concorreu em segundo plano na formação do nosso povo e o contingente dos filhos de Guiné é insignificante. No sertão parahybano os descendentes dos antigos escravos permanecem distinctos, quasi isolados, nas cabanas que construíram em torno da residência dos ex-senhores. Ha contacto sexual com espécimens de outras raças, mas seu resultado na economia da composição geral, se já foi elevado, tem deminuido até quasi nullificar-se. (MARIZ, 1910, p.p.35-37).

Já quanto à questão do “determinismo geográfico” temos a oferecer como exemplo esse discurso:

Os habitantes dos climas equatoriais experimentam desde o nascer os efeitos do calor. Experimentam-nos sem interrupção até a morte; Sua organização, composta de elementos de uma hereditariedade especial, é a expressão mais verdadeira e completa do poder desse agente; ella carrega o solo da ação solar como todos productos da natureza que a cerca. O calor exalta os órgãos da periphéria e determina um movimento centrifugo:-exageração habitual das funções exteriores, relaxamento das funções centraes, tal o rithmo dos indígenas da zona tórrida (...) Além dos elementos de combate acima apontados, e dos quaes dispõe o sertanejo contra o clima, podemos lembrar a florestação primitiva que tornando mais calmas e frescas as virações e encerrando outras facilidades, crearam para os seus antepassados uma saúde e um bem estar hereditariamente transmissíveis. (MARIZ, 1910, p.p. 38-43).

Um outro debate relativamente comum entre os estudiosos da Paraíba diz respeito à inaptidão cultural dos indígenas para o trabalho metódico enquanto se destaca, igualmente, a aptidão dos negros para esse mesmo trabalho: “Para semelhante modo de vida só era adaptada a raça americana; a africana era inteiramente incapaz, e por isso a maior parte do pessoal de uma fazenda era de raça indígena; havendo sómente para o serviço domestico, nas principaes, entre os escravos da fabrica alguns africanos.”

(JOFFILY, 1892, p.238).

Além das diferenças de pontos de vista entre os historiadores paraibanos, no que diz respeito à forma como eles abordaram os índios do sertão, algo se constata de comum no discurso de todos, apesar de aparecer em intensidades diferentes. Trata-se do modo como, em suas narrações, os indígenas aparecem sempre como agentes passivos dos processos históricos. De fato, muitos autores fazendo referências e destacando o papel relevante que os indígenas desempenharam nos processos históricos coloniais, tendem a colocá-los sempre como participantes marginais do processo, sofrendo e refletindo as ações desencadeadas pelos interesses dos agentes colonialistas.

Ao mesmo tempo, dificilmente se encontra nessa historiografia algo relativo às formas como alguns povos indígenas contribuíram para o sucesso do processo de conquista e colonização do sertão paraibano, no que tange ao seu apoio bélico aos agentes colonialistas na luta contra os povos indígenas sublevados muito menos, referências às formas como alguns grupos indígenas optaram por se inserir ou pelo menos associar-se de alguma forma ao “mundo colonial”.

Cronistas: fontes privilegiadas para os estudos sobre indígenas no período colonial

Para Yves Lacoste (1993), uma das principais funções do conhecimento geográfico, desde o aparecimento do aparelho do Estado, estaria relacionado ao aumento de sua eficácia no controle sobre os homens. Segundo ele, com o advento das grandes descobertas marítimas nos séculos XV e XVI e do conseqüente processo de conquista colonial européia na África, Ásia e América, consolidou-se uma verdadeira “geografia dos exploradores”. Neste momento, o conhecimento geográfico sobre o clima, relevo, vegetação, bacias hidrográficas, localização e cultura das populações nativas, dentre outros, se tornou imprescindível para o sucesso das conquistas militares e do próprio empreendimento colonial nestas regiões. A partir desta análise, percebe-se a importância de entender como a reprodução do espaço foi “lido” e incorporado por aqueles que fizeram parte deste contexto.

É neste sentido que os cronistas do período colonial da América portuguesa têm especial importância, pois estes se preocuparam, quase sempre, em seus relatos, em descrever e entender o novo contexto ecológico e social no qual estavam inseridos, bem como, as próprias configurações espaciais da colônia. A análise destes relatos pode nos dar ainda uma idéia de como estes homens (e por extensão, a própria sociedade em que viviam) de diferentes origens e culturas e com diversos interesses e visões de mundo, percebiam e reproduziram a própria dinâmica da sociedade colonial em meio ao processo de conquista do sertão. Contudo, por hora, interessa especialmente tentar perceber os olhares lançados por estes cronistas em relação aos índios “Tapuia”, tradicionais habitantes do sertão.

É certo que desde o século XVI os cronistas registraram seus contatos com os índios do sertão, no entanto, é importante destacar, como afirma Cristina Pompa (2003), que o “filtro” pelo qual o colonizador descreve os índios em seus relatos difere “conforme os autores e os lugares dos quais eles falam enquanto atores sociais de um processo mais amplo, que é a

construção da colônia no Brasil: o sentido da escrita, e da realidade que a escrita descreve, está, também, nestes saltos qualitativos”.(p.29). Neste sentido, conclui:

Por isso, acredito que os textos têm que ser transcritos de uma forma suficientemente ampla para desenvolver um contexto tripla: o contexto histórico, em que se produziram os acontecimentos; o contexto narrativo em que se articulam as informações; o contexto cultural para o qual os relatos eram destinados. (2003, p.29).

Ainda segundo a autora, os “Tapuia” do período colonial que as fontes apresentam, seriam basicamente Kariri e Tarairiú, sendo a sua etnografia histórica baseada principalmente nos relatos holandeses para os Tarairiú e missionários para os Kariri. Em relação aos índios do sertão da Paraíba, a fonte mais importante é sem dúvida o relato de Elias Herckman que descreveu alguns grupos do interior da Paraíba com relativa riqueza de detalhes³³. Por fim, há de se considerar ainda, as diferenças entre os relatos de católicos e protestantes, compreendendo suas formações intelectuais e os projetos coloniais que defendiam.

Segundo Pompa, o padre Azpilcueta Navarro, em 1553, foi o primeiro a utilizar o termo “Tapuia” para fazer referência a grupos indígenas diferentes dos Tupi do litoral. No entanto, os relatos do século XVI fornecem informações pouco precisas a respeito destes índios, enfatizando principalmente os Aimoré, como grupo “não-Tupi”, pelo fato de estes representarem uma ameaça à colonização das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro ao sul da Bahia. Pero de Magalhães Gandavo, por exemplo, descreve as características físicas e comportamentais deste grupo sem esquecer de destacar a ameaça que estes representavam à colonização³⁴. Algo parecido faz Gabriel Soares de Souza quando afirmou que³⁵: “Parece

³³ Herckmans foi o terceiro governador da Capitania da Paraíba durante o período holandês e se notabilizou por ter escrito em 1639 a **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, relato riquíssimo em informações a respeito do contexto ecológico e social da região neste período.

³⁴ Este cronista, de origem portuguesa, escreveu seu conhecido relato “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”, em 1576.

³⁵ Português e Senhor de Engenho escreveu, em 1587, o **Tratado descritivo do Brasil**.

razão que não passemos avante sem declarar que gentio é este a quem chamam aimoré, que tanto dano têm feito a essa capitania dos Ilhéus.” (1971, p.78).

Quanto às referências à diversidade étnica e lingüística dos “Tapuia” do sertão, ainda no século XVI, estão presentes nos cronistas portugueses, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Souza ³⁶. Este afirmou que:

Como os tapuias são tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagens, para se poder dizer deles muito, era necessário de propósito e devagar tomar grandes informações de suas divisões, vida e costumes; pois ao presente não é possível, trataremos de dizer dos que vizinham com a Bahia, sobre quem se fundaram tôdas estas informações que neste caderno estão relatadas. (1971, p.338).

Vale registrar que à exceção dos Aimoré, considerados como a grande ameaça à colonização portuguesa no século XVI, o olhar dos cronistas, de modo geral, sobre os demais “Tapuia” parece não encarnar os elementos de bestialidade destinados aos primeiros, apesar de terem uma mesma origem segundo o entendimento de Gabriel Soares de Souza. Pelo contrário, o que observamos é um olhar que muitas vezes considera os “Tapuia” como índios menos hostis do que os Tupi, conforme afirma mais uma vez o cronista quando se refere aos vizinhos dos potiguar do litoral da Paraíba: “E pela banda do Rio Grande são fronteiros dos tapuias, que é a gente mais domestica, com quem estão às vêzes de guerra a às vezes de paz, a se ajudam uns aos outros contra os tabajaras, que vizinham com eles pela parte do sertão”. (1971, p.54). Ou quando trata da região Amazônica: “E na bôca dêste rio, e por êle acima alguma léguas, com parte da costa da banda de leste, é povoado de tapuias, gente branda e mais tratável e doméstica que o mais gentil que há na costa do Brasil, de cujos costumes diremos adiante em seu lugar.” (p.44).

Foi somente no decorrer do século XVII com o incremento das “entradas” e “descimentos” no sertão, que se forjou “a noção de ‘Tapuia’ como alteridade absoluta e

³⁶ Jesuíta português, escreveu na segunda metade do século, em ano desconhecido, o **Tratado da Terra e Gente do Brasil**.

total.”(2003, p.222). No início deste mesmo século, teve fim a ameaça dos grupos Tupi do litoral, a exemplo dos Tupinambá da Bahia, Potiguar da Paraíba, Caeté de Pernambuco, e do grupo Aimoré, não-Tupi, portanto “Tapuia”, ao empreendimento colonial. Além disso, houve a aliança de alguns grupos “Tapuia” do sertão norte com os holandeses, notadamente os Janduí ou Tarairiú habitantes do sertão das capitanias do Rio Grande e Paraíba durante o período em que os batavos senhorearam parte das capitanias do Norte, entre 1630 e 1654. Na segunda metade deste mesmo século, iniciou-se ou intensificou-se a conquista colonial do sertão norte da colônia, que, por sua vez, esbarrou na resistência de muitos destes grupos indígenas. Assim, estes diferentes aspectos fizeram com que sobre os “Tapuia” destas regiões fosse lançada uma alteridade irreduzível, com sinais de barbárie que legitimou o cativo e destruição de alguns destes povos.

Desta forma, fica claro que os cronistas do século XVI tomam os “Tapuia” por bárbaros mais ou menos da mesma forma que o fazem com os demais índios do Brasil. São os cronistas do século XVII que passam a enxergá-los como alteridade irreduzível em virtude das alianças formadas por alguns destes grupos com os batavos e dos conflitos entre índios e colonizadores na expansão colonial para o oeste da região.

Apesar dos muitos aspectos “fantásticos” contidos nestes relatos é importante que se diga que a partir da riqueza de informações etnográficas que eles contêm é possível perceber não só aspectos de seu modo de vida, como também de sua dimensão simbólica em meio aos contatos com os agentes colonialistas conforme será visto adiante.

O modo de vida dos índios “Tapuia”

Os estudiosos que informaram a respeito dos índios do sertão em suas obras tiveram, quase sempre, duas preocupações principais: a localização destes povos no território paraibano e alguns aspectos comportamentais que pudessem servir de diferencial em relação aos índios da costa, os Tupi. Essa tradição remonta com certeza a Irenêo Joffily (1892) que em sua obra **Notas sobre a Paraíba** se preocupou em distribuir geograficamente os grupos indígenas do sertão, perpetuando esta fórmula entre os estudiosos paraibanos até os dias atuais³⁷.

Sobre a organização social dos índios do sertão, as informações contidas nas obras de historiadores e geógrafos que escreveram sobre a Paraíba, quando existem, são muito superficiais. Nas obras de estudiosos mais recuados no tempo isto pode ser explicado, talvez, pela ausência de informações em trabalhos etnográficos de relevo. Além disso, outros contextos paradigmáticos despertavam nestes estudiosos pouco interesse em relação a aspectos culturais dos índios. Vale registrar que este “desinteresse” foi quase sempre norteado pelas ideologias raciológicas então em vigor no século XIX e primeira metade do século XX. Já em trabalhos mais recentes, as explicações para esta ausência devem ser múltiplas e requererem análise mais aprofundada.

Viu-se anteriormente que as fontes dos cronistas relativas aos povos indígenas do sertão norte até o primeiro quartel do século XVII constituem-se em informações vagas que enfatizam de modo geral os aspectos a-civilizatórios da cultura “Tapuia”. A partir deste momento e com a ampliação dos contatos entre estes índios e os colonizadores aumenta

³⁷ Num recente trabalho sobre a Geografia da Paraíba intitulado **Paraíba: desenvolvimento econômico e a questão ambiental**, no capítulo que versa sobre a ocupação do espaço paraibano, os autores também se esforçam em localizar os índios do sertão conforme o exemplo que segue: “Os Panati ocupavam alguns trechos dos vales dos rios Piranhas e Espinharas. Os Canindé, em trechos da serra de Cuité. Os Pega ocupavam as margens dos rios Espinharas, Sabugi e Alto Piranhas, nas proximidades dos atuais municípios de Pombal e Catolé do Rocha.”(MELO E RODRIGUES, 2004, p.79). Outros exemplos recentes e similares podem ser encontrados em Moreira e Targino (1997) e Mello (1997).

substancialmente as informações relativas a eles. Segundo Pompa (2003), os estudos modernos que procuram fazer uma etnografia dos índios do sertão acabam sempre “por privilegiar uma ou outra fonte”. Ela afirma ainda que foi Pompeu Sobrinho, num artigo escrito em 1939, utilizando-se das informações contidas principalmente no relato de Elias Herckmans, o primeiro estudioso a fazer um “esboço etnográfico da região”. A partir desta e de outras tentativas de classificação destes povos, a autora chega à conclusão de que os índios do sertão norte do Brasil descritos pelos cronistas do período colonial seriam basicamente Tarairiú ou Kariri.

A autora divide os relatos dos cronistas, através dos quais constrói sua etnografia histórica, em dois grupos, os que descrevem os índios “Tapuia” e os que expõem a alteridade em relação a estes, de formas distintas. Assim, existem as fontes holandesas, produzidas durante o domínio batavo em parte do litoral norte do Brasil entre 1630 e 1654 para o primeiro caso e as fontes missionárias, principalmente capuchinhas e inacianas para a segunda tipologia.

Normalmente, os trabalhos de etnografia histórica tendem a analisar os relatos dos cronistas levando em consideração apenas o caráter temporal e espacial em que foram produzidos. Contudo, iremos aqui seguir o modelo proposto por Cristina Pompa pelo fato de este ser, no nosso entendimento, a um só tempo coerente e objetivo. Isto porque além das diferenças de olhares contidas nestes dois grupos de relatos as fontes holandesas tratam sobretudo dos Tarairiú³⁸ ou Janduí, como disse acima, e as fontes missionárias dos Kariri.

³⁸ O Grupo Tarairiú é também denominado nas fontes e descrito na literatura sobre o tema como Janduí. Na verdade trata-se do mesmo grupo e a confusão se dá pelo fato de ser comum no período “batizar” alguns povos tomando-os pelo nome de seus chefes.

O primeiro cronista holandês a descrever os costumes dos Tarairiú foi Joannes de Laet³⁹. Além dele, outras fontes holandesas privilegiadas são Elias Herckmans (1639), já citado, Jacob Rabe⁴⁰, Gaspar Barléu⁴¹, Roulox Baro⁴² e George Marcgrave⁴³. Iremos nos concentrar aqui, principalmente, nas informações contidas no relato de Elias Herckmans por três razões principais. Primeiro por ser talvez o relato que traz uma quantidade maior de aspectos da cultura e modo de vida dos Tarairiú. Segundo, pelo fato de estas informações estarem mais relacionadas aos índios que transitavam no sertão da Paraíba. Por fim, pelo fato de a descrição etnográfica deste cronista acabar servindo de modelo geral para os relatos dos demais cronistas holandeses que retrataram os Tarairiú posteriormente.

Elias Herckmans inicia sua **Breve descrição dos costumes dos tapuia** fazendo referências ao sertão como morada destes índios bem como, de sua divisão em várias nações:

Os Tapuias formam um povo que habita no interior para o lado do ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que são os limites os mais afastados das Capitâneas ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses. Dividem-se em varias nações. Alguns habitam transversalmente a Pernambuco, são os Cariris, cujo rei se chama Kerioukeiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos Caririwasys, e seu rei se chama Karupoto. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Careryjouws (Carijós?). Conhecemos particularmente a nação dos Tapuias chamados Tarairyou, Janduwy é o rei de uma parte dela, e Cararaca da outra. (1982, p.38).

Os montes a que Elias Herckman se refere são, provavelmente, o Planalto da Borborema e aqui vemos o cronista acenar para a diversidade étnica “Tapuia” no instante em que afirma conhecer “particularmente os Tarairiú”. Ora, se estes índios fossem vistos por ele como um grupo etnicamente homogêneo tanto faria conhecer a cultura deste, ou dos outros

³⁹ Diretor da Cia das Índias Ocidentais que escreveu em 1636, **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim do ano de 1636.**

⁴⁰ Aventureiro de origem alemã que viveu entre os Tarairiú, tendo suas descrições incorporadas por Barléu e Macgrave.

⁴¹ Historiador e filólogo, esteve no Brasil durante o domínio holandês quando escreveu em 1647 **História dos fatos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil.**

⁴² Trabalhou para a Cia das Índias Ocidentais no Brasil como interprete e embaixador ordinário, escreveu em 1647 a **Relação da viagem de Roulox Baro,...., ao país dos Tapuias, na terra firme do Brasil.**

⁴³ De origem alemã, esteve no Brasil a serviço da Cia das Índias ocidentais como naturalista. Escreveu em 1648 a **História Natural do Brasil.**

três que ele cita. Desta forma, conhecendo-se um grupo, conhecer-se-ia a todos, do ponto de vista cultural.

Segundo Elias Herckmans, os Tarairiú ocupavam especificamente as áreas “ao ocidente do Rio Grande e Cunhaú”. Existe uma certa tradição, na historiografia, em âmbito local e nacional, em considerar os Tarairiú como estando territorialmente circunscritos à capitania do Rio Grande como inclusive faz referência, o relato de Herckmans. No entanto, alguns historiadores paraibanos reivindicam os Tarairiú, bem como a região por eles ocupada, a ribeira do rio Açu, para o território paraibano. Como vimos, no período colonial, os limites entre as capitanias eram pouco precisos, daí a origem deste tipo de interrogação. No entanto, uma pista para se tentar encontrar uma resposta para esta questão em especial, pode ser observada no relato de Elias Herckman. Desta forma, quando trata do caráter nômade da sociedade Tarairiú e portanto das migrações sazonais este cronista diz que:

Não tem lugares certos ou aldeias onde morem; vagueiam, ora demorando-se em um sítio, ora em outro. Na estação do caju, que é em novembro, dezembro e janeiro, descem às praias porquanto pouco ou nenhum caju se encontra muito para o interior. Assim, regulam-se pelas estações do ano para procurarem o seu alimento. (1982, p.39).

E ainda sobre as migrações ocasionadas por secas relata: “Os Tapuias descem muitas vezes de suas terras, para as fronteiras inferiores e os limites do Brasil, o que sucede principalmente quando os estios são secos e eles não encontram bastante alimento em suas terras.” (1982, p.44)

Vários cronistas do período colonial, dentre eles o próprio Herckmans, fizeram referência ao “estado de guerra” constante entre o “gentio da costa” e os “Tapuia”. Todo o litoral norte da Capitania da Paraíba a partir da margem esquerda do rio Paraíba até o litoral sul da Capitania do Rio Grande, era ocupado pelos Potiguar, grupo pertencente ao tronco Tupi e inimigos dos “Tapuia”. Dentro deste quadro geográfico, poderia ser natural que os Tarairiú

da região do vale do rio Açu, referidos por Elias Herckmans, “descessem”, na estação do caju ou fugindo das secas, para o litoral do Rio Grande e não para o da Paraíba. Além disso, seguir o curso do rio Açu até o litoral oferecia condições de traslado menos espinhosas para estes índios do que ter que transpor a Borborema para atingir o litoral da Paraíba.

Concluindo, a associação dos Tarairiú à capitania do Rio Grande, presente em alguns cronistas, na documentação oficial e na maior parte dos estudos sobre o tema, pode ser fruto dos deslocamentos dos Tarairiú rumo ao litoral do Rio Grande. Dito isso, queremos deixar claro que esta idéia se trata apenas de uma hipótese, um elemento a mais para iluminar essa dúvida colocada por alguns estudiosos⁴⁴.

Como é comum nas descrições etnográficas dos cronistas do período colonial, Elias Herckmans também faz uma descrição física dos Tarairiú:

Este povo Tapuia é robusto e de grande estatura, os seus ossos são grandes e fortes, a cabeça grande e espessa, a sua cor natural é atrigueirada (brunachtich), o cabelo é preto, e de ordinário o trazem pendente sobre o pescoço, mas por adiante até acima das orelhas cortam-no igualmente, o que faz parecer que trazem um boné sobre a cabeça. Contudo, alguns deixam cortar todo o cabelo ao modo dos de nossa nação. Têm o cabelo mui grosso e áspero(...) Não usam barba nem trazem o cabelo em alguma parte do corpo. Tanto que algum cabelo começa a aparecer, logo o arrancam, e assim impedem o seu ulterior crescimento.(...) As mulheres são, indistintamente, pequenas e mais baixas de estatura do que os homens. São também de cor atrigueirada, mui bonitas de cara, e trazem compridos os seus cabelos negros. (1982, p.p.39-41).

Já a alteridade “Tapuia” no olhar holandês de Herckmans se revela nos traços de incivilidade sob a forma da “ausência de agricultura”, de edificações e da “fé cristã”. Vejamos estes três aspectos presentes nestas citações:

São homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus ou dos seus preceitos; servem ao contrário, ao diabo ou quaisquer espíritos maus, como tratando com eles temos muitas vezes observado.(...) Levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, não plantam nem se esforçam por fazer alguma provisão de viveres. (1982, p.p.39-41).

⁴⁴ Dentre estes se destacaram Irenêo Joffily (1892), Celso Mariz (1910).

Além disso, a alteridade se revela nos sinais de bestialidade relacionados a estes índios conforme os exemplos a seguir:

Esta gente é mui própria para seguir o inimigo em fuga, pois todos sem distinção são mui fortes no correr, venceriam um cavalo; (...) A gula dos Tapuia é tal que, nas suas excursões, eles não podem demorar-se em lugar mais de dois a três dias; porquanto tendo comido tudo que há ai, devem ir procurar outros sítios. Por isso eles não levantam casas a não ser de alguns ramos e para servirem de abrigo contra a chuva ou o sol ardente.(1982, p.p.40-41).

Será discutida adiante a importância da política de alianças entre índios e colonizadores em meio ao processo de conquista do sertão norte do Brasil. Durante o domínio holandês no Brasil igualmente, estas alianças também foram fundamentais. Neste contexto, foi bastante compreensível que Elias Herckmans e outros cronistas holandeses lançassem um olhar curioso e atento sobre aspectos militares relacionados aos índios. É assim que o cronista em questão destaca, em relação aos Tarairiú, suas habilidades guerreiras, tipos de armas utilizadas e estratégias de combate conforme fica evidente neste trecho:

E na ocasião da vitória são mui propensos a matar indistintamente, usam uma arma feita de pau-brasil, plana e aguda de ambos os lados, no meio um pouco grossa e levantada, na frente tem a largura de uma mão grande e é mui penetrante com a qual arma tocando eles alguém esse não se levantará mais do chão. Usam também de arco e setas e geralmente de azagaias, com o que podem trazer muito dano a seus inimigos porquanto lançam-nas com muito acerto. Para isso, servem-se de umas madeiras leves, que em comprimento fazem iguais à metade das azagaias; abrem em ditas madeiras um rego, onde colocam as azagaias, e as tiram com tal velocidade que, não encontrando nenhum osso, atravessarão um corpo de um homem nu. Usam ainda pequenos machados de mão com os cabos compridos, como arma contra seus inimigos. Da arma dos nossos soldados não fazem caso, dizendo que são obras ou artes do diabo.(...) Não marcham em ordem, e sim correm em confusão. Contudo sabem pôr as suas emboscadas, donde fazem muito mal aos seus inimigos, o que os nossos soldados dão testemunho de ter visto várias vezes praticado por eles.(1982, p.p.40-41).

Assim, longe de ser mera curiosidade de um observador ocidental em relação a uma cultura diferente, esta descrição revela um sentido pragmático, como disse mos, de conhecer a arte da guerra de um determinado povo, seja este encarado como um aliado de ocasião ou inimigo em potencial. Outras características da organização social dos Tarairiú contidas no

relato de Elias Herckmans dizem respeito à prática da poliginia, a antropofagia ritual, a aspectos de uma gerontocracia e ao exercício do poder político entre estes índios.

A prática da poliginia, ou seja, o casamento de um homem com várias mulheres, é típica nos povos indígenas das terras baixas da América do Sul, tanto nos grupos Tupi, como entre os chamados “Tapuia”. Sua prática remete tanto a questões de ordem simbólicas, por estar associado ao prestígio do guerreiro, conforme mostra Herckmans logo abaixo, como também a questões políticas, a exemplo do “cunhadismo” entre os Tupi, e econômicas haja vista que nas sociedades ditas primitivas, de modo geral, as mulheres têm uma carga de trabalho maior se comparada aos homens:

Os homens que querem casar-se, devem antes de fazê-lo, mostrar que têm um coração verdadeiramente varonil, ou seja por feitos d’armas contra seus inimigos, ou em casa provando sua força pelo fato de percorrer um certo espaço carregando algumas árvores para este fim ordenadas. Uma vez que alguém tenha feito patente a todos que possui essas qualidades varonis, lhe é dada uma mulher com as seguintes cerimônias.(...) Terminados os festejos do primeiro casamento, eles podem tomar as mulheres que quiserem; com tais cerimônias porém não desposam senão a primeira, e se desejarem ter ainda uma outra rapariga por mulher, o pai não lhe a pode recusar, segundo o seu estilo. E quanto maior é a pessoa, maior é o número de suas mulheres: o rei tem seguramente vinte e cinco. (1982, p.42).

A antropofagia foi um outro traço cultural que chamou muito a atenção dos cronistas coloniais. Os Tupi, por exemplo, praticavam um tipo de canibalismo devorando em verdadeiros festins seus inimigos capturados em guerra. Vale destacar que a razão desta prática cultural era ritual e não alimentar, estando associada à vingança e ao prestígio dos guerreiros. Já os Tarairiú, de quem nos fala Elias Herckmans, praticavam um outro tipo de canibalismo que se caracterizava pela ingestão dos parentes mortos segundo o relato deste cronista:

Se morre algum deles, seja um homem ou mulher, em sendo morto, comem-no, dizendo que o finado não pode ser melhor guardado ou enterrado do que em seus corpos, e isto fazem do seguinte modo. Tomam o cadáver, lavam-no e esfregam-no bem, fazem um grande fogo sobre o chão, acima do qual põem o corpo e deixam-no assar bem. Logo que esteja bem assado, o comem com grande algazarra e lamúrias. Às vezes não o podem todo, então guardam o resto para a ocasião oportuna, especialmente os ossos que, depois de queimados, pisados e reduzidos a pó misturam com a sua farinha e assim comem. Os amigos (parentes) mais próximos do morto, quer seja homem ou mulher, cortam o cabelo em sinal de

que deploram a morte de seus amigos. O barreiro e as lamentações dos amigos perduram somente até que o cadáver tenha sido comido. (...) Quando sucede que alguma mulher dá a luz uma criança morta, eles comem igualmente o cadáver, dizendo que não lhe podem dar melhor sepultura do que no corpo donde veio. (...) Quando o rei ou comatim, isto é o filho do rei, ou algum grão-senhor morre, esses tais são comidos somente por suas mulheres, e nenhuma pessoa de baixa condição (slechie personen) é recebida para compartilhar deste manjar. No lugar onde alguma de tais pessoas morre, se põe uma memória, e cada ano se reúnem todos aí para fazerem uma oferenda ao diabo, pois eles o tem por seu deus. Isto porém não se pode dar com gente má ou ínfima.(1982, p.43).

No final deste trecho o cronista faz referência, sob sua ótica de civilizado, a uma certa dose de diferenciação social no interior da sociedade Tarairiú em relação à prática da antropofagia. Num outro momento, Herckmans destaca o caráter indiviso desta sociedade quando se refere ao chefe como uma “entidade” que só exerce o poder político em momentos específicos como a guerra: “Esta nação é mui submissa ao seu chefe e inteiramente obediente às suas ordens, sobretudo quando saem com ela a combater o inimigo; então o rei deve ir adiante e tem grande autoridade, mas quando se acha em casa ou longe dos inimigos, não é tão honrado.”(1982, p.40).

O exercício do poder político na sociedade Tarairiú, segundo as palavras de Elias Herckman, pode ser entendida a partir dos estudos do antropólogo Pierre Clastres (1990) para quem o poder político nas sociedades “primitivas” é de tipo “racional”, ou seja, “não-coercitivo”. O líder, chefe ou “rei”, dependendo da maneira com que o cronista o denomina, é escolhido em função dos seus atributos pelo “corpo social” (generosidade, valentia, capacidade oratória, dentre outros) e exerce suas funções de liderança em momentos específicos. Assim, este tipo de poder político seria exercido sem a necessidade de coerção e subordinação. Neste sentido, Clastres afirma em relação aos Tupinambá, também uma sociedade indivisa, que:

Durante a expedição guerreira, o chefe dispõe de um poder considerável, às vezes mesmo absoluto, sobre o conjunto dos guerreiros. Mas, com a volta da paz, o chefe de guerra perde toda a sua potencia. (...) Assim, a autoridade dos chefes tupinambá, incontestada durante as expedições guerreiras, se achava estreitamente submetida ao controle do conselho de anciãos em tempo de paz. (1990, p.23).

Ainda neste sentido, o antropólogo conclui:

Encontramo-nos então confrontados com um enorme conjunto de sociedades nas quais os detentores do que alhures se chamaria poder são de fato destituídos de poder, onde o político se determina como campo fora de toda coerção e toda violência, fora de toda subordinação hierárquica, onde, em uma palavra, não se dá uma relação de comando-obediência.(1990, p.10).

Dito isso, chegamos à conclusão de que os cronistas do período colonial, mesmo só compreendendo o poder político como uma relação hierarquizada e autoritária (coercitiva como diz Clastres), transmitiram, conscientes ou não, em seus discursos, as limitações do poder político entre as sociedades indígenas, como foi o caso de Herckmans em relação aos índios “Tapuia”.

Nas sociedades sem escrita, os velhos são os verdadeiros depositários da cultura coletiva acumulada por um determinado povo. São eles que detêm igualmente a experiência e transmitem às gerações mais novas o saber necessário à reprodução social. Assim, em boa parte destas sociedades existe uma gerontocracia, no sentido de que os velhos são respeitados e muitas vezes consultados em momentos decisórios. Vejamos um apontamento para esta realidade no olhar de Elias Herckmans:

Em geral estes atingem uma idade mui avançada, alguns contam 150, 160 até 200 anos, de sorte que já não podem andar e devem ser carregados em redes. Contudo são tidos em grande consideração, pois quanto mais velhos se fazem, tanto mais honras lhes tributam, isto é, sendo pessoas do sexo masculino, e não do outro sexo, porquanto, em parindo as mulheres uma ou duas vezes, são tratadas como escravas. (1982, p.44).

Afora o exagero no cálculo da idade dos velhos, no final dessa passagem, fica evidente o respeito nutrido pela sociedade em relação a eles, bem como a condição de inferioridade social das mulheres perante os homens, no entendimento do autor. Numa outra passagem significativa sobre a condição das mulheres na sociedade Tarairiú tem-se:

Também andam nuas, encobrendo todavia as suas vergonhas adiante e atrás com folhas verdes. São mui serviçais e submissas aos seus maridos em tudo o que eles desejam que seja razoável. (...) Quando alguma das mulheres pare, os maridos tomam de ordinário outra, e a tratam as precedentes quase como escravas, que lhe devem obedecer, carregando a bagagem e as redes para onde eles vão ou partem, e no

sítio onde fazem assento, são elas, que saem a procura os ramos necessários para construírem a cabana, sem que eles as auxiliem em coisa alguma. (1982, p.p.41-42).

No entender de Cristina Pompa o olhar holandês sobre os “Tapuia” oscilou entre “a alteridade irreduzível e a possibilidade de recuperação no plano da humanidade e da cultura.” (2003, p.245). Ainda segundo ela, com o estreitamento dos laços de aliança militar entre os Tarairiú e os holandeses houve uma tendência, por parte dos cronistas posteriores a Elias Herckmans, em destacar esta possibilidade de redenção dos índios no plano da fé e da civilidade. Talvez por conta disso, Gaspar Barléu faça referências, justamente alguns anos após o relato de Herckmans, a prática da cultura agrícola entre os Tarairiú. Esta modalidade econômica pode ser fruto da “mescla cultural” que houve com o estreitamento dos contatos entre índios e colonizadores no sertão, não podendo, assim, ser visualizada por Herckman ou Laet que descreveram estes índios nos momentos iniciais do contato.

No plano da cultura simbólica Tarairiú, Cristina Pompa argumenta, em seu estudo, a possível influência literária sofrida por Elias Herckmans no que se refere as observações sobre as crenças dos índios Tupi feitas por Hans Staden e Jean de Léry no século XVI. Esta influência, refletida no relato de Herckmans diz respeito principalmente a completa ignorância dos índios Tarairiú em relação a Deus, as práticas de feitiçaria realizadas por estes e as associações com o diabo assim, no entender do cronista estes índios:

São homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus ou dos seus preceitos; servem, pelo contrario, ao diabo ou quaisquer espíritos maus, como tratando com eles temos muitas vezes observado. Para este fim têm eles os feiticeiros, que são tidos em grande consideração. Quando saem a guerrear contra seus inimigos e querem saber como lhes sucederá a empresa, ou quando se acham longe dos seus amigos e desejam saber como eles passam, ou quem será morto ou não, esses tais feiticeiros sabem vários modos de fazer vir o espírito ter com eles debaixo da forma que desejam, mas geralmente com sua própria figura, como se fora também um Tapuia. (1982, p.39).

Ainda segundo a autora, encontra-se nas descrições holandesas uma íntima associação entre o diabo e os feiticeiros que o evocam a partir do uso do fumo, da dança e do “transe”

provocado “pela semente de corpamba”. Ela afirma que as descrições de Baro e Barléu parecem não ter sofrido a influência da literatura de viagem do século XVI, sendo, assim, neste aspecto, mais “autênticas” que a de Herckmans. Observa-se, neste mesmo sentido, a evocação do diabo descrito por Baro num exemplo citado no trabalho de Cristina Pompa:

Logo mandou vir todos os feiticeiros e adivinhos e ordenou-lhes que se preparassem para invocar o Diabo, a fim de que lhe anunciasse algo de bom. Os feiticeiros retiraram-se para os matos e Janduí foi com eles; após uma demora de duas horas retornou tão assustado que não podia falar. Afinal, depois de ter descansado, disse-nos com a voz embargada: - ‘Que podemos esperar, se não pude ter resposta e os espíritos e os feiticeiros mandaram-me aguardar até amanhã?’. No dia seguinte Janduí fez saber aos que queriam se casar que estivessem prontos e comparecessem à noite à sua cabana, onde oucha, isto é, o Diabo, e o Grande Sacrificador deveriam encontrá-los para dar-lhe a benção. (...) Depois, na escuridão da noite, Houcha veio a choça do ancião. A ele e ao sacrificador dos tapuias apresentaram um grande cachimbo, feito de noz de coco, cheio de fumo. Os jovens estavam em pé e sobre eles o Sacrificador e o Diabo sopravam a fumaça de fumo; essa era a benção. (Baro, 1979 [1651]: 104-5 apud POMPA, 2003).

A antropóloga mostra ainda o papel dos rituais xamanísticos nos casamentos, no estabelecimento de alianças militares entre Tarairiú e colonizadores, bem como, eram algumas crenças dos Tarairiú, observadas pelos cronistas como no exemplo que segue:

Em lugar de Deus adoram os tapuias a Ursa Maior, ou o setentrião, a que nós pelo seu feitio, chamamos com o povo a Carreta. Quando de manha vêem esta constelação, alvoroçam-se de alegria e dirigem-lhe cantos, danças, etc. (...) Crêem estes selvagens na imortalidade das almas, isto é, das daqueles que se finaram de morte natural, e não de mordedura de serpente, nem de veneno, nem de qualquer violência praticada por inimigo. (...) Pretendem que as almas dos mortos passam para o reino do demônio, onde, conforme fingem do inferno os poetas, se reúnem elas e são transportadas pelo demônio para a outra margem. Depois que este lhe perguntou qual o seu gênero de morte, a saber, se pereceram de morte natural ou violenta, são conduzidos para um lugar de delicias como os Campos Elíseos, no qual existe fartura de mel e peixe. Tal é a sua concepção de imortalidade das almas. (Baro, 1979 [1651]: 267 apud POMPA 2003)

Segundo Cristina Pompa, por conta da escassa documentação relativa aos “Tapuia” (se comparada às fontes que tratam dos índios Tupi), a ausência de grupos deste tronco contemporâneos a partir dos quais se pudesse preencher as lacunas da documentação e finalmente por conta da assimilação e perda de visibilidade destes índios não se desenvolveu no Brasil “uma literatura antropológica consistente sobre o universo simbólico ‘Tapuia’.” Apesar de ter realmente havido alguns estudos neste sentido a exemplo de Robert Lowie,

Alfonso Trujillo Ferrari e Olavo de Medeiros Filho (citados pela autora), coube a Cristina Pompa, o trabalho de resgatar esta dívida para com o universo simbólico “Tapuia” que, no caso dos Tarairiú, se abstrai, como foi dito, dos relatos holandeses.

Partiremos agora, para a análise das informações sobre o modo de vida dos índios Kariri do sertão, obtidas principalmente junto às obras missionárias capuchinhas que, segundo Pompa “oferecem abundância de dados ‘etnográficos’ comparáveis aos dos holandeses e jesuítas”. Isto se deve, em grande parte, às informações deixadas pelos padres capuchinhos Martin de Nantes⁴⁵ e Bernard de Nantes⁴⁶, este último, inclusive, chegou a escrever um dicionário da língua Kariri⁴⁷, a exemplo do que tinham feito os jesuítas, no século XVI, em relação aos Tupi.

Entendemos que, além dos dados etnográficos nela contida, a “Relação” de Martin de Nantes aponta no sentido de iluminar as complicadas relações sociais estabelecidas entre índios e colonizadores em meio à conquista colonial do sertão norte do Brasil. Dentre os aspectos apontados pelo padre capuchinho, neste sentido, pode-se destacar o processo de ocupação territorial do sertão, a política de alianças entre índios e colonizadores e outras estratégias de sobrevivência destes índios, as “entradas” destinadas a preação dos índios, os conflitos de interesses entre colonizadores e missionários pelo controle da mão-de-obra indígena e outras questões que serão tratadas, para o caso específico da Capitania Real da

⁴⁵ Padre capuchinho francês que viveu no Brasil entre 1671 e 1687 e deixou escrito a **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Apesar do padre Martin de Nantes ter estabelecido sua atividade missionária mais duradoura no sertão do médio rio São Francisco, antes disso porém ele esteve à frente, por volta de oito meses, de um aldeamento indígena Kariri na Paraíba conforme ele próprio relata. Chegando à Bahia em 1671, Martin de Nantes se dirigiu quase que imediatamente para a Capitania de Pernambuco onde recebeu o convite do igualmente padre capuchinho Teodoro de Lucé para gerir uma aldeia Kariri no sertão da Paraíba a qual estava à frente e que havia sido descoberta por volta de 1670 pelo “curraleiro” Antônio de Oliveira. Segundo Ireneo Joffily (1892), esta aldeia se localizava provavelmente na região do atual município de Boqueirão, na mesorregião da Borborema.

⁴⁶ Igualmente missionário capuchinho e francês escreveu, em 1709, **Catecismo Índico da língua Kariris**.

⁴⁷ Este dicionário refere-se à língua do grupo indígena Dzubukuá-kariri, aldeados no su-médio São Francisco.

Paraíba, adiante. Por ora, vejamos o que podemos abstrair a partir destes relatos missionários em relação à organização social e à cultura simbólica dos Kariri.

Como os missionários estavam muito mais interessados, se comparados aos cronistas holandeses por exemplo, em modificar o “*modus vivendi*” dos índios aldeados, parece natural que em seus relatos procurassem valorizar os sucessos da conversão dos índios, destacando os aspectos considerados bárbaros na organização social tradicional destes índios. Assim, Martin de Nantes diz inicialmente que: “A fim de que possa julgar melhor, vou lhe apresentar, primeiramente, essa nação, no estado em que estava, antes de ser convertida à nossa fé. Em segundo lugar, o estado em que se encontra desde a conversão.” (1979, p.04). Para então descrever genericamente os índios no seu estado cultural tradicional:

Devemos admitir que estes pobres índios não tendo Fé, nem Lei, nem Rei, nem artes, que são ajudas e guias de uma vida racional e política, haviam caído em todas as desordens que podiam causar estas falhas gerais, e estavam de tal modo embrutecidos, pela maneira de vida grosseira, fundada toda nos sentidos, que se pode dizer que não tinham senão a figura de homem e as ações de animais e, conquanto tivessem alguma forma de culto aos deuses que haviam imaginado, era tão ridículo e vergonhoso o culto quanto as coisas que adoravam. (1979, p. 04).

Além disso, no relato de Martin de Nantes, a ausência de fé cristã dos índios é encarada, principalmente, como um “veículo” que leva não só os índios para a idolatria como também enseja práticas sociais consideradas perniciosas pelo padre, como a dança, as festas, a prática da poliginia, dentre outras:

Tinham um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e a todos estes deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam sua adoração com algum sacrifício, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não davam nenhuma importância. (1979, p.04).

Martin de Nantes faz ainda em seu relato, a clássica associação entre feitiçaria e evocação do diabo que já havíamos observado nos cronistas holandeses:

Conquanto tivessem em cada aldeia um capitão ou governador, só existia autoridade em tempo de guerra. Havia entre eles feiticeiros ou, para dizer melhor, impostores, que adivinhavam o que eles

pensavam. Prediziam coisas futuras, curavam doenças, quando não as produziam. Podia-se acreditar que alguns deles tinham entendimento com o Diabo, pois não usavam como remédio, para todos os males, senão a fumaça do tabaco e certas rezas, cantando toadas tão selvagens quanto eles, sem pronunciar qualquer palavra. (1979, p.04).

Observa-se nesta passagem uma referência clara à “autoridade racional”, a qual havíamos citado acima em relação aos Tarairiú, além das atribuições dos feiticeiros na sociedade Kariri, tais como as previsões e curas de doença. É importante destacar aqui que os chamados feiticeiros desta e de outras sociedades indígenas comandavam todo o “mundo simbólico”, já que o suporte intelectual dessas sociedades têm por referência o pensamento mítico-religioso. Desta forma, eram estes homens ao lado dos mais velhos quem mais resistiram às mudanças culturais introduzidas, por exemplo, pelos missionários. É natural então que estes missionários voltassem suas forças contra estes feiticeiros que congregavam a cultura tradicional destes povos e que certamente eram seus mais duros opositores políticos. Neste sentido, no relato de Martin de Nantes, a respeito da luta pelo controle espiritual dos índios Kariri, há um indício da forma como os missionários utilizavam o universo simbólico indígena para atingir seus propósitos:

Estes pobres cegos imaginam que os padres e os religiosos são os feiticeiros dos brancos: é assim que denominam aos portugueses e a todos os brancos em geral; mas estão persuadidos de que os que chamam feiticeiros dos brancos sabem muito mais que os seus próprios feiticeiros; e é por essa razão que os temem extraordinariamente e tanto se persuadem deste erro, que é difícil convencê-los do contrário. Isso me valeu em varias ocasiões em corri risco de vida; pois que sem o receio de eu me valesse de alguma praga que os fizesse morrer, ou adoecer, ou sofrer algum mal, não me teriam poupado; falo das outras aldeias que não eram cristãs e nas quais eu não morava, e também das tribos selvagens, em que me encontrei em diversos momentos. (1979, p.06)

Segundo Cristina Pompa, um traço comum nos relatos dos missionários diz respeito à necessidade “de trazer primeiro os índios para a civilização, para depois conduzi-los à verdadeira fé” (2003, p.410). É neste afã que Bernard de Nantes descreve, em seu relato, os costumes tradicionais dos Kariri para exaltar os avanços civilizatórios da conversão junto aos índios. Vale registrar no entanto que algumas informações de Bernard de Nantes a respeito dos

índios Kariri do médio rio São Francisco no que diz respeito à descrição física e certos costumes parecem estar misturados à informações relativas a outros grupos não-Kariri. Isto porque, o padre em questão iniciou sua atividade missionária vários anos após o surgimento dos primeiros aldeamentos na região, assim sendo, provavelmente, várias “práticas antigas” descritas não mais existiam em virtude dos efeitos da “mescla cultural”, fruto da conversão e dos demais contatos com os colonizadores. Uma prova disso, segundo a antropóloga, parece ser o fato de Bernard de Nantes relatar o canibalismo ritual como traço cultural anterior à “conversão” entre os Kariri enquanto nos relatos de Martin de Nantes estes aparecem como não praticantes da antropofagia.

As informações contidas nos relatos iniciais a respeito dos índios do sertão destacam, antes de tudo, a diversidade de modos de vida presentes entre os povos citados. Um exemplo desta heterogeneidade pode ser identificado nas palavras de Manoel Barreto que, em 1671, trata das “entradas” nas Jacobinas:

As jacobinas são uma sede distante daqui cerca de 130 léguas, onde um grande numero de índios espalhados estabeleceu sua morada em algumas aldeias. Destes índios, alguns, acostumados ao trabalho, sustentam-se com as sementes que lançam à terra, outros, nômades, vivem de caça; outros, ao modo das feras, passam os dias nos esconderijos das matas. A variedade de línguas acompanha a variedade das nações. Tomados pelo amor a estas presas, nossos viajantes, esquecendo a si próprios, tomaram um difício caminho a pé, para colher esta safra. (Manoel Barreto, por mandado do P. Francisco de Avelar: *Annuae litterae provinciae brasiliae ab anno 1665 usque ad 1670*. ARSI, Brás. 9, f.205) apud POMPA, 2003).

No entanto, reiteramos a dificuldade que existe em meio às fontes disponíveis de se estabelecer um quadro mais completo a respeito do modo de vida dos índios Kariri, marcada pela dificuldade de mensurar o grau de contatos entre grupos indígenas de culturas diferentes e entre os índios e colonizadores da região. Alterações nos costumes e na organização produtiva dos índios devem ter se dado em razão desta “mescla cultural”, bem como das transformações ecológicas introduzidas na região pelo avanço colonial.

Passando agora para o plano simbólico da cultura Kariri vale registrar, inicialmente, que nos relatos missionários se sobressaem aqueles elementos característicos da alteridade irreduzível ligados como já foi dito, à falta de conhecimento de Deus e de seus preceitos. É por isso que a religião indígena tradicional é vista por estes missionários muito mais como uma superstição do que como uma religião. Assim, Martin de Nantes destaca que:

Eram de tal forma prisioneiros de augúrios, que, se saindo de suas casas e caminhando encontrassem alguma determinada espécie de pássaros e os ouvissem cantar, tiravam incontinenti presságios do que lhes devia acontecer; e se eram pássaros funestos, no seu entender, proferiam milhares de injurias e os amaldiçoavam; tinham a mesma superstição a respeito de muitas outras coisas. (1979, p.06).

Os relatos missionários a respeito das crenças indígenas encontram-se impregnados, segundo Cristina Pompa, pela “tradução”, ou seja, os missionários no desejo de modificar a estrutura simbólica indígena, liam e associavam este mundo a partir de seu próprio mundo intelectual influenciado pela tradição “clássica” e cristã. Conforme atesta a antropóloga em relação a Bernard de Nantes:

Poder-se-ia dizer, também, que os índios chamados Chumimi tiveram antigamente algum obscuro conhecimento da Missão do Filho de Deus na terra. Eles diziam que Deus tinha dois filhos e que o menor, zangado com o maior, abandonou-o e fugiu. Depois de muitos anos o maior, sentindo falta do irmão, falou para o seu pai que ia até a terra procurá-lo. Ele veio e encontrou-o junto com seus descendentes, que o maltrataram muito e, depois de ter infligido muitos tormentos, amarraram-no a uma árvore onde morreu de sede, do que a mãe dele ficou muito aflita. Depois da morte, ele aparecia num lugar e noutra e, finalmente, eles o viram subir de novo para o céu, para cima de uma certa montanha, e depois disso não o viram mais. (Nantes, B. 1702 apud POMPA, 2003).

Verifica-se nesta passagem a busca de elementos religiosos da tradição cristã entre os índios que refletem esta “tradução” de que fala a antropóloga, mas que também ocorria de forma recíproca, constituindo-se desta forma, num “encontro de horizontes” entre índios e missionários. O “olhar” missionário impregnado por esta “tradução”, tem pouco a dizer em relação ao universo simbólico dos índios se comparadas às informações mais ricas e significativas que se dão quando os missionários deixam de lado, segundo Cristina Pompa, “a busca do ‘credo’ indígena” em favor das descrições das ações sociais dos índios, como se tem

exemplo em Martin de Nantes que, referindo-se a questões religiosas dos Kariri parte em seguida para uma descrição de um rito de passagem indígena:

Para serem felizes na caça ou na pesca, faziam queimar ossos de animais ou espinhas de peixe e os mestres de cerimônia faziam aos jovens o suco de certas ervas amargas e, esfregando varias partes do corpo desses jovens com os dentes agudos de animais, incrustados em cera, misturados com cinza, os faziam penetrar na pele com dores sensíveis, durante os dez dias que durava a festa. Era necessário que os moços presentassem com caças e pescarias os velhos, sem que eles próprios saboreassem um só pedaço, ou não lhes davam, durante todo esse tempo, senão uma sopa muito rala, feita com farinha de milho ou de mandioca, e passavam a noite cantando e dançando. Regressavam de madrugada à caça e à pesca, de sorte que essa dieta e esse exercício acabavam por emagrecê-los. (1979, p.p.06-07).

Além de descrever a organização social dos “Tapuia” e introduzir discussões sobre o seu “mundo simbólico”, gostaríamos de destacar que são raras as informações contidas nos relatos coloniais a respeito da organização do espaço físico das aldeias “Tapuia”, antes e depois da ação missionária. É possível, que no segundo caso, estas seguissem o modelo inaciano aplicado no litoral (casas enfileiradas em torno da praça central), mas é possível também que, em outras tribos, esta organização tenha permanecido conforme o modelo tradicional, com a introdução apenas da igreja. Em todo caso, a ação missionária, no intuito de civilizar os índios, acabava por desestruturar vários aspectos de sua cultura tradicional, inclusive sua organização do espaço, porém a possibilidade de permanências na organização do espaço indígena e em outros aspectos da organização social e religiosa, evidencia estratégias de sobrevivência cultural, por parte dos índios, em interação com o “mundo civilizado”.

Colonizadores: agentes produtores do espaço

A maior parte dos estudos relativos à formação territorial e social do Brasil colonial aponta o período pós-domínio holandês (1654) como o marco inicial da efetiva colonização de boa parte do sertão norte, incluindo-se neste contexto espacial e temporal, o sertão da Paraíba. Este período, segundo Raymundo Faoro (2004), coincidiu, por um lado, com a crise da indústria açucareira proveniente das destruições causadas pelas guerras de reconquista das capitanias do norte aos holandeses e, por outro, pela concorrência posterior que o açúcar brasileiro sofre de outras áreas produtoras. Além disso, a partir deste momento houve um processo de “centralização repressiva” que teve como grande “símbolo” a criação e atuação do Conselho Ultramarino⁴⁸. Os estudos clássicos sobre o tema, costumam destacar ainda, o peso da pecuária na expansão territorial no sertão. Contudo, existem ainda outros aspectos que devem ser levados em consideração, a exemplo dos agentes colonizadores que participaram da reorganização do espaço sertanejo em meio a sua expansão territorial.

Assim, da mesma maneira que consideramos importante conhecer o modo de vida dos índios do sertão, como ponto de partida para analisarmos sua importância na expansão colonial do sertão, é igualmente necessário destacarmos os principais grupos sociais de colonizadores que protagonizaram junto com os índios o processo de colonização do sertão. Para entender as estratégias de acesso à terra no sertão da Paraíba, estabelecemos como cerne da discussão a análise dos principais grupos sociais beneficiados com a concessão de

⁴⁸ Criado em 1642, este órgão, sediado em Lisboa, passou a legislar sobre assuntos relativos às possessões portuguesas no “além-mar”. Contudo, os assuntos eclesiásticos foram de competência da Mesa de Consciência e Ordens, e as questões relativas às rendas régias eram de atribuição do Conselho da Fazenda.

sesmarias, bem como das justificativas utilizadas por estes, para conseguir terra. É necessário que se diga, contudo, que para se ter uma idéia clara de como se processou a colonização do sertão torna-se necessário compreender a natureza de um de seus aspectos basilares. Trata-se do sistema de distribuição de terras vigente no período em questão, ou seja, o sesmarialismo, sobre o qual trataremos adiante⁴⁹.

Entradas e bandeiras na Paraíba

Diversos são os trabalhos cujo tema principal se relaciona às expedições que adentraram o sertão. Igualmente variadas são as abordagens a respeito do tema que vão deste à supervalorização desse fenômeno para a formação socioterritorial do Brasil até trabalhos que minimizam esta contribuição enfocando o seu caráter “despovoador”⁵⁰:

Apesar de muitos historiadores, seguindo Jaime Cortesão, ressaltarem a dimensão geopolítica do empreendimento, estas e tantas outras expedições de apresamento oriundas de São Paulo pouco tinham a ver com a expansão territorial. Muito pelo contrário: ao invés de contribuírem diretamente para a ocupação do interior pelo colonizador, as incursões paulistas – bem como as tropas de resgate da região amazônica e os ‘descimentos’ dos missionários em ambas as regiões – concorreram antes para a devastação de inúmeros povos nativos. Parafrazeando Capistrano de Abreu, a ação destes ‘colonizadores’ foi, na realidade, tragicamente despovoadora. (MONTEIRO, 1994, p.07-08).

Em primeiro lugar, deve-se encarar as expedições paulistas como um empreendimento militar que tinha objetivos econômicos, do ponto de vista dos próprios paulistas; e políticos, definidos pelos interesses das autoridades coloniais na expansão territorial que contratavam os serviços dos paulistas. Dentre os estudos mais recentes e inovadores a respeito do tema

⁴⁹ Este sistema teve suas origens em Portugal e foi criado com o objetivo principal de promover a ocupação produtiva de terras não agricultadas através de doações realizadas pelo Estado. No Brasil, este sistema remonta aos primórdios da colonização no século XVI, quando a concessão de sesmarias era atribuição dos capitães donatários ou dos governantes das capitanias reais, como era o caso da Paraíba. Poderemos ver adiante então, como o sistema de concessões de sesmarias esteve na origem da estrutura fundiária do sertão da Paraíba nas primeiras décadas de sua colonização.

⁵⁰ São partidários dessa perspectiva que considera as expedições paulistas como responsáveis pela formação territorial do sertão, por exemplo, Afonso de Taunay, Alfredo Elis Jr. e Celso Mariz. No outro extremo foi Capistrano de Abreu quem iniciou uma vertente historiográfica que contesta “a figura heróica do bandeirante”, bem como seu papel povoador. (VAINFAS, 2003, p.64).

destaca-se a obra de Jonh Manoel Monteiro (1994). Neste trabalho, o autor redimensionou todo o contexto histórico do fenômeno das expedições paulistas, enfocando temas que vão desde o resgate do papel ativo dos índios em meio a este fenômeno, até a importância das áreas econômicas do Brasil não conectadas diretamente com a agro-exportação passando, ainda, pela revisão de alguns aspectos consagrados nos estudos clássicos e que se relacionam ao “mito bandeirante”⁵¹.

Segundo Monteiro, o “sertanismo apresador”, ou seja, aquele destinado à preação de índios para o trabalho escravo não só esteve presente e foi objetivo preponderante nas origens das expedições paulistas como também continuou sendo sua razão inspiradora durante boa parte do período colonial. Além dessa motivação principal existiam outras que foram consagradas pelos estudos relativos ao tema a exemplo da busca de metais preciosos no sertão e o “sertanismo de contrato”⁵².

Vale destacar ainda, que estes múltiplos objetivos não eram irreconciliáveis, pelo contrário, era comum a estas expedições atuarem no sentido de tentar atingir a todos eles. De fato, Raymundo Faoro (2004) enxergava a ação dos paulistas como um fenômeno social que procurou atender a um só tempo a desígnios públicos (como a busca de ouro e o sertanismo de contrato) e a vantagens pessoais (como o cativo indígena e mercês e privilégios concedidos pela Coroa como “prêmios” pelos serviços prestados pelos paulistas).

⁵¹ “A expressão “bandeirante” refere-se aos aventureiros que participaram das expedições armadas pelo interior do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Mas, foi denominação somente difundida no século XVIII, pois antes eles eram mais conhecidos como ‘gente de São Paulo’ e ‘paulistas’.” (VAINFAS, 2003, p.64). Aqui, fez-se a opção por denominar estes expedicionários como paulistas pelo fato dos termos “bandeiras” ou “bandeirantes” não pertencerem ao vocabulário da época.

⁵² O “sertanismo de contrato” tornou-se mais comum na segunda metade do século XVII quando principalmente “terços paulistas” eram requisitados pelas autoridades coloniais para fazer frente a ameaças internas a exemplo dos “índios de corso” ou negros aquilombados. Geralmente, como recompensa por seus serviços, os paulistas recebiam mercês e privilégios além de uma cota nos espólios conseguidos na forma de prisioneiros transformados em cativos. Vale destacar ainda, que a maior parte das tropas paulistas eram formadas por índios aliados e arrematados por estes colonizadores.

Se por um lado as entradas se tornaram mais evidentes, nos estudos sobre o tema, a partir da experiência paulista, por outro lado é igualmente verdadeiro que estas se configuraram de maneiras específicas em outras capitâneas⁵³. Assim, sobre as entradas paraibanas merece destaque a descrição feita pelo governador holandês da Paraíba Elias Herckmans, em 1639. Em alguns momentos de seu relato, o autor descreve uma entrada realizada no interior da capitania sob o seu comando⁵⁴. Mesclando dados geográficos, etnográficos e históricos, Herckmans aproveitou para apontar as áreas de colonização mais ocidentais da Paraíba naquele momento. Tratava-se do engenho Tapuá (atual São Miguel de Taipú), localizado no curso do rio Paraíba e do curral de Jerônimo Cavalcante a cerca de seis léguas do dito engenho e que era naquele contexto a última fronteira colonial do sertão da capitania. Para além disso, segundo Herckmans, o sertão da Paraíba era desconhecido.

A partir deste relato percebe-se então que os limites coloniais do sertão paraibano até o final da primeira metade do século XVII eram: na parte mais ao norte a serra da Copaíba (atual serra da Raiz) e o curral de Jerônimo Cavalcante nas cercanias do atual município de Pilar, mais ao centro da capitania.

Ainda em relação às entradas paraibanas, estas só intensificaram-se após o domínio holandês tendo como objetivos prioritários a preação de índios de “corso”, através do mecanismo da “guerra justa”, bem como a busca de riquezas minerais⁵⁵.

Se o caráter povoador das expedições paulistas pode ser verdadeiro para outras áreas, nos parece que para o caso do sertão norte deve ser relativizada já que as entradas que atuaram

⁵³ A historiografia clássica costuma designar por entradas as expedições “oficiais”, organizadas e convocadas pelas autoridades coloniais, e por bandeiras, as expedições particulares. Na prática, tal distinção não existia.

⁵⁴ Basílio de Magalhães (1978) menciona entradas anteriores ao domínio holandês, nos governos de Feliciano Coelho e Duarte Gomes da Silveira.

⁵⁵ A “guerra justa” foi um mecanismo legal, estabelecido a partir de 1570, que considerava legítima a escravidão de índios que se rebelassem contra a Igreja ou a Coroa. Em muitos casos, os agentes colonialistas forjavam rebeliões indígenas visando a justificar “ações punitivas” que os transformariam em escravos. Para saber mais sobre esse assunto sugerimos a leitura de Schwartz (1988) e Alencastro (2000).

na região não objetivavam, de modo geral, a ocupação econômica das áreas sertanejas. Por outro lado, é importante que se diga que a ação dos paulistas e demais “entradistas” teve notoriedade singular, em alguns aspectos. Como exemplo temos as informações conseguidas nessas expedições sobre o sertão e seus habitantes nativos, a desconstrução de mitos, fantasias e imagens fantásticas que o mundo colonial criou a respeito das áreas desconhecidas do sertão e do estabelecimento de alguns caminhos usados na interiorização da conquista colonial pelas frentes de penetração.

Motivações da conquista do sertão

Os estudos do início do século passado tendiam a privilegiar fatores de ordem política para explicar os acontecimentos históricos. Em relação à colonização do sertão, por exemplo, pode-se destacar, dentre eles, o interesse da coroa portuguesa na expansão territorial de seus domínios e a necessidade de “domesticar” e realizar alianças com os indígenas, visando quase sempre objetivos militares.

Para a ampla maioria dos estudiosos da colonização do sertão, esta só teria se efetivado de modo progressivo após o domínio holandês nas capitânicas do norte, ou seja, a partir da segunda metade do século XVII. De fato, as fontes documentais que tratam da colonização do sertão da Paraíba se tornam cada vez mais abundantes conforme o século XVII se aproxima do fim⁵⁶. Contudo, alguns destes documentos fazem referência à ocupação colonial em áreas do sertão da Paraíba durante o período holandês ou mesmo antes disso. Um registro datado de 28 de julho de 1727, por exemplo, dá conta de que o Coronel Mathias Soares Taveira, morador da Paraíba, pediu terras no sertão do Paó justificando que estas encontravam-se

⁵⁶ Segundo João de Lira Tavares (1982), os livros de registros de terras “dadas” em sesmaria referentes à quase totalidade do século XVII foram, na sua quase totalidade perdidos. Contudo, nos registros do início do século XVIII, encontram-se informações que fazem referências a concessões e ocupações em períodos anteriores.

“desaproveitadas” desde a guerra da invasão holandesa, que na Paraíba data de 1634.(TAVARES, 1982, p.128).

Num outro exemplo de mesma natureza, Dona Rosa Ferreira de Oliveira, moradora de Taquara, pediu terras devolutas e supostamente nunca doadas entre os rios Sabahuma e Jaguarima. Em seu parecer, o provedor da Paraíba informou à suplicante que as ditas terras já haviam sido doadas “antes da invasão holandesa” mas, como nunca tinham sido aproveitadas, ele as concedeu à suplicante. Mesmo que este exemplo aponte para o não aproveitamento das terras em questão e portanto para a sua não efetiva colonização, ele é significativo pois indica que já naquele momento existiam pedidos e doações de terras no sertão da Paraíba (1982, p.85).

No que se refere aos aspectos econômicos que motivaram a conquista colonial do sertão norte, Nelson Werneck Sodré (1976), por exemplo, destacou que a ocupação desta região pela atividade pecuarista se deveu, principalmente, à incompatibilidade desta coexistir, nas áreas litorâneas, com as fazendas e engenhos de açúcar em razão dos danos provocados pelo gado às plantações. Neste sentido, no entendimento de Manoel Correia de Andrade (1996), os problemas de convivência, na mesma área, entre a pecuária e atividades agrícolas, podem assim ser resumidos:

A permanência da pecuária nas áreas próximas às de agricultura, trouxe problemas de convivência, de vez que o gado era criado solto e destruía as plantações, fazendo com que o Governo estabelecesse que os criadores de gado deveriam se interiorizar, ficando a áreas de criação distantes das áreas agrícolas. (p.101).

O sertão serviu assim, segundo Caio Prado Júnior (2004), que comunga da mesma perspectiva, como área econômica complementar à agro-exportação na medida em que o gado criado no sertão era destinado às áreas litorâneas com vistas à alimentação ou uso nos

engenhos como “animais de tiro”. Como se vê este autor priorizou o papel da pecuária como móvel e razão econômica da colonização do sertão.

Estas motivações econômicas também são destacadas em estudos mais recentes que abordam a colonização do sertão ou temas afins. Apontando o cenário econômico e social onde ocorreu a chamada “Guerra dos Bárbaros”, Maria Idalina da Cruz Pires (1990) afirma que:

A pecuária foi paulatinamente levada para o interior da região, espalhando-se pelo agreste e alcançando o sertão. Em primeiro lugar, porque o litoral estava praticamente ocupado e era local de monocultura da lavoura canavieira gozando da proteção por parte da metrópole, por ser, apesar dos abalos, atividade mais lucrativa. Em segundo lugar, está o fato de esta atividade ser do tipo extensiva, o que exigia grandes espaços para a soltura do gado. Por sua vez, o gado criado solto causava grandes estragos às plantações, ocasionando prejuízos para os senhores de engenho. Assim, em 1701, uma Carta Régia de D. Pedro II proibia a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral.” (1990, p.31).

Contudo, Pires não se restringe às questões eminentemente econômicas para explicar as motivações da colonização do sertão. Para ela, esta expansão colonial atendeu a interesses dos grandes proprietários de terra e do Estado, pois:

Em primeiro lugar, o sertão era a área menos valorizada, por estar mais afastada da lavoura canavieira, atividade mais lucrativa para as classes dominantes. Em segundo lugar, oferecia oportunidades àqueles que não dispunham de capital para montar engenhos, apaziguando os possíveis conflitos na classe proprietária. Em terceiro lugar, o Estado promoveu a ocupação do sertão como forma de garantir a segurança da Colônia à luz de novos ataques estrangeiros, como ocorreu nas invasões holandesas. E por último, pelo próprio produto em si, quando a criação de gado começa a se tornar atividade com vistas à exportação. (1990, p.37).

Assim, Pires torna mais complexa a questão da colonização do sertão quando aponta motivações políticas, bem como questões de ordem social, as quais nos deteremos adiante. Sem perder de vista o contexto conturbado da segunda metade do século XVII no Reino, recém restaurado após a União Ibérica, destaca ainda a situação das capitanias do norte após a expulsão dos holandeses, em 1654, e a conquista colonial do sertão norte, que gerou a chamada Guerra dos Bárbaros, sobre a qual falaremos adiante.

Em relação aos limites ocidentais da criação de gado, Maria Yedda Leite Linhares (1996) explica que a Carta Régia de 1701 (mencionada acima por Pires) foi uma tentativa por parte da Coroa de disciplinar o macro-modelo agrário da colônia, objetivando delimitar os espaços da lavoura de exportação, da pecuária, bem como das lavouras de subsistência. Segundo Linhares, esta lei pode ter tido ainda, a intenção de afastar o gado das áreas de produção de tabaco, já que estas eram exceções no período colonial no que diz respeito à associação entre agricultura e fertilização animal do solo. Desta forma, a autora enxerga nessa medida uma estratégia por parte da Coroa, de afastar o gado das áreas tabagistas para forçar ao desenvolvimento da lavoura de subsistência já que o desabastecimento de gêneros agrícolas foi sempre um problema a ser enfrentado na colônia.

Conforme foi dito, o abastecimento da colônia com gêneros de primeira necessidade sempre foi um problema a ser enfrentado pelo governo em várias regiões em função das relações econômicas prioritárias com o mercado externo. Conscientes disso, o argumento de terras “boas para plantar”, no sertão, era muitas vezes utilizado por aqueles que requeriam sesmarias. Foi assim que o padre Francisco Ferreira da Silva, Vasco Ferreira da Silva e o capitão João Batista de Freitas, em 1710, justificaram seu pedido de sesmarias junto ao riacho Ipueiras, afluente do Curimataú nos seguintes termos:

Dizem que tinham os seus gados no sertão de Curimataú, e porque nas ditas paragens não podiam plantar lavouras para o sustento dos homens e escravos que assistem nas ditas fazendas e perto dellas estava um riacho, chamado das Ipueiras, que faz barra no rio Tenenduba? No qual haviam terras devolutas e são capazes de lavoura. (TAVARES, 1982, p.75).

Alguns anos antes, em 1702, o capitão-mor do sertão Theodósio de Oliveira Ledo utilizou-se de igual argumento para requerer terras na serra Bodopitá:

E nesses brejos e Mattos que nella ha lhe parece capazes de produzir roças e outros legumes necessários para a conservação com mais cômodo, não só da guerra contra o Tapuio, mas também dos moradores do dito sertão, que com mais facilidade as poderão povoar e assistir nellas. (1982, p.49).

Em seu despacho, o provedor informou que as terras em questão já haviam sido concedidas, porém, como o suplicante as pediu para plantar legumes e roças, a sesmaria seria a ele concedida. Neste caso, o parecer do provedor parece ser bastante ilustrativo na medida em que destaca a prioridade dada à produção de gêneros agrícolas, prioridade esta, como disse mos acima, que foi usada pelos moradores como estratégia para dar “peso” a algumas requisições de sesmarias no sertão.

Como foi dito antes, muitos aspectos sociais que motivaram a colonização do sertão norte do Brasil se ofuscaram em meio ao destaque dado pelos estudiosos do tema às questões políticas ou econômicas. É neste sentido que a tese da “válvula de segurança” ganha especial importância. Introduzida nos estudos coloniais brasileiros por Sérgio Buarque de Holanda (1957; 1994) esta idéia parte do princípio de que a saturação das condições de existência em uma área de povoamento mais antiga impele os homens a procurarem novas áreas virgens.

Assim, se for possível aplicar esta idéia ao sertão norte colonial chegaremos à conclusão de que a crise econômica da segunda metade do século XVII, nas áreas de produção açucareira, teria impulsionado grandes contingentes a colonizarem o sertão em busca de condições de vida melhores do que as possíveis nas vilas, cidades e engenhos do litoral. Conforme se observará adiante, estes contingentes foram muito heterogêneos do ponto de vista social o que aliás, demonstra o quanto o sertão norte pode ter sido um refúgio, um espaço alternativo que poderia proporcionar condições de existência mais livres e menos penosas, principalmente para os colonos empobrecidos.

Por fim, deve-se destacar que numa época em que a monarquia portuguesa recém restaurada ainda se encontrava fragilizada diante de seus inimigos estrangeiros, viabilizar a colonização do sertão, era uma forma de assegurar não só a posse destas áreas como também criar nelas mecanismos de defesa contra seus inimigos externos e internos. Neste último caso,

trata-se dos quilombolas e índios “bravos”, como se dizia à época. Num contexto em que os recursos disponíveis pelo Estado para a defesa do território da colônia eram insuficientes para proteger uma região, essa era uma forma de entregar aos colonos a tarefa de defender o território por eles ocupado sem tantos ônus para a Coroa.

Itinerários e Ocupação Colonial

Segundo Paul Claval, “a cultura fornece aos homens os meios de se orientar, de recortar o espaço e de explorar o meio.”(2002, p.187). Afirma ainda que, se por um lado o reconhecimento do espaço atua no nível individual ou local através de sua apropriação pelo sentido, por outro lado, a orientação se insere num nível mais coletivo, abstrato e abrangente espacialmente.

Dentre as diversas formas de ordenamento e orientação no espaço possíveis uma, em especial, é de grande importância para entender as vias de penetração no sertão, bem como das formas de orientação neste espaço. Trata-se assim, da construção de formas de referências espaciais tomando-se por base os “eixos fluviais”. Veremos que mesmo utilizando os pontos cardeais e outros referenciais, os primeiros moradores do sertão costumeiramente se orientavam nesse espaço tomando como referência preferencial a rede hidrográfica da região. Isto pode ser evidenciado no caso da Paraíba, através dos registros de concessões de sesmarias que vinham sempre acompanhados da localização geográfica da terra requerida. Neste sentido, num registro de 05 de novembro de 1717 tem-se que:

Luiz Quaresma Dourado, ajudante de infantaria paga da guarnição desta cidade, que possui no Sertão do Quintaré por data de sesmaria duas legoas de terras em um riacho que descobrio chamado olho – d’água – Grande – que corre de leste à oeste em uma vargem e campos que tem dito riacho de Carnaúbas e outro sim na mesma data de sesmaria em umas Serras, que ficão ao norte das cabeceiras do riacho Caravatá e olho d’água do Cuité em umas lagoas que descobrio chamadas pelos índios Tobarão possuem uma légua de terra quadrada, fazendo peão em uma das laôas as quaes ditas terras tem povoado com seus gados vaccum e cavallar, e como para mais largueza de suas creações e plantas e para evitar

que outra alguma pessoa com prejuízo se o se lhe não vá metter...as ditas terras que descobrio com despesa de sua fazenda, requeria o dito riacho. (TAVARES, 1982, p.106).

Num outro exemplo de 1702, vê-se a localização das terras requeridas assim:

Começavam no poço Quimcô para baixo no rio Capaná seis legoas até o poço chamado pelo gentio Tebenheré e o dito poço riacho Protonaxurí acima três legoas que fazem as nove, e uma de largo; o qual riacho nasce na Borburema, serra do dito sertão e faz barra no mesmo poço e riacho Capaná; correndo entre os rios Seridó e Sabugy, vai para as partes das Piranhas.(TAVARES, 1982, p.49).

Também era comum, neste tipo de requerimento, localizar a área através de um sistema de orientação “misto”, onde as referências às redes hidrográficas, que eram sempre as informações principais, vinham acompanhadas de informações adicionais como forma de melhor especificar a área. As informações periféricas mais comuns eram das terras de sesmeiros já estabelecidos numa área próxima, os aldeamentos indígenas ou ainda acidentes geográficos, conforme atestam os exemplos a seguir:

Francisco George Monteiro, morador na capitania de Goyanna, descobrira no sertão de Piranhas um olho d’água com pastos e largura necessária para criar gados o qual confronta pela parte do sul com terras do capitão-mór Affonso de Albuquerque Maranhão, pela parte do norte com terras do Padre David de Barros, pela parte do leste com terras de Nicoláo Mendes, crioulo forro, e pela parte do oeste com a serra Samanahú, cujo olho d’água desagôa e faz barra no riacho do Cancú. (TAVARES, 1982, p.110).

E ainda neste sentido:

Cypriano Gomes Ferreira, tendo descoberto á sua custa um sitio de terras no sertão do Cariry, onde tem uma cacimba d’água que fica em meio de quatro sítios a saber: o sitio de S. José do capitão Pascacio de Oliveira, o sitio Bonito de D. João de Souza, o olho d’água de Rafael de S. Antonio do padre Bartholomeo de Lima. (TAVARES, 1982, p.123).

Na última citação, há também um exemplo de uma outra forma de orientação no espaço-sertão, trata-se do que poderíamos denominar de “eixos étnicos”, ou seja quando se fala por exemplo em “sertão do Cariry”, estabelece-se o nome de uma etnia para qualificar e localizar um espaço.

Principalmente no sertão semi-árido, o estabelecimento das fazendas de gado seguia de perto o curso dos rios mais perenes, já que a proximidade destes era imprescindível para a viabilidade da atividade pecuarista na região. Isto pode ser constatado na documentação do

período relativo às concessões de sesmarias, requeridas inicialmente próximas às maiores bacias hidrográficas do sertão e justificadas com o argumento do acesso à água, conforme fica explícito nos resumos de registros de 1708 e 1722, respectivamente: “tendo noticia que entre a serra do Patú e a do Urá havia um riacho a que os tapuias chamão Urujirí com águas e pastos capazes de crearem gados (...) descobrio no sertão da Raposa um olho d`água.”(TAVARES, 1982, p.67-119).

Por outro lado, é importante salientar que os rios do sertão serviram de verdadeiros caminhos de interiorização do processo de colonização nos primeiros tempos, pois os colonizadores seguiam os leitos secos dos rios, nas épocas de seca ou apenas margeando-os quando cheios. Assim, a locomoção de homens e boiadas no amplo espaço do sertão seguia o curso ou pelo menos tomava como referência os rios da região. Contudo, para que um sistema de referências espaciais no sertão fosse possível, foi necessário nomear os lugares, rios e acidentes geográficos do sertão. Neste sentido, segundo Claval:

As sociedades sedentárias e organizadas têm necessidade de uma toponímia fixa. As relações complexas só são possíveis quando os indivíduos ou os grupos podem ser localizados e os caminhos são guiados por referenciais bem visíveis na paisagem. O poder apropria-se das terras fazendo constar nos registros, planos ou mapas as coleções de nomes de lugares (...) Nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder. (2002, p.201-202).

Percebe-se claramente, segundo as palavras do autor (apesar dos problemas advindos de generalizações desse tipo), que o ato de nomear lugares é essencialmente cultural e, no caso da toponímia criada no sertão, os documentos revelam uma predominante influência indígena que foi apropriada pelos colonizadores conforme os exemplos que se seguem:

E tinham noticias, que da barra do riacho Salgado para riba que era da ponta da Serra-Negra e confrontada com a serra do Orivã e acabava em a serra Seriema, que assim lhe chamavam os Tapuios (...) em um riacho que chamão pela língua do gentio Moreré (...) na cabeceira que é na língua do gentio Ocon e na dos brancos Bestas Bravas (...) uma serra que fica ao norte do olho d`água do Gravatá, chamado pelo velho gentio Tahema, em umas lagoas em cima da dita serra chamada pelo gentio lagôa do Cuité do Coxo de Gereu da guia da Carahybeira. (1982, p.63-72-95-108).

Um dos estudiosos que mais contribuíram com pesquisas sobre o problema do povoamento colonial e abertura dos caminhos da colonização no sertão norte do Brasil foi Capistrano de Abreu. Foi ele um dos que melhor expusera as linhas gerais do povoamento da região ao delimitar as “vias de penetração” em “sertão de dentro”, partindo do rio São Francisco e atingindo o rio Paraíba e Gurguéia culminando com o estabelecimento de fazendas de gado no sertão do Piauí e Maranhão, e a “via” do “sertão de fora”, assim descrita pelo autor ⁵⁷:

A estrada partia da ribeira do Acaracu atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se para o Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a todos nesta região. Também no alto Piranhas confluíam o movimento baiano e o pernambucano, como já fica indicado. (1982, p.135).

Capistrano de Abreu trata nesta citação daquela que pode ter sido a mais antiga via de penetração no sertão da capitania da Paraíba. Constituídas por sesmeiros oriundos da Bahia e de Pernambuco, estes podem ter sido os primeiros povoadores do alto sertão da Paraíba. Ainda neste sentido, os sertanistas da “Casa da Torre” teriam sido os primeiros a desbravar e ocupar o sertão da Paraíba, por volta de 1664, estabelecendo currais nas ribeiras do Piancó, Piranhas e rio do Peixe. Detalhando o caminho seguido pelos sertanistas baianos e pernambucanos, Wilson Seixas afirma que:

Transpondo o S. Francisco, subiu o rio Pajeú, afluente do grande rio nordestino, daí se comunicando com a bacia do Piranhas (...) Partindo do sertão do Piauí, tomou a Casa da Torre rumo oposto às suas principais expedições e, imprimindo outro roteiro, atravessou a chapada do Araripe, descendo o rio Salgado até chegar ao Iço, daí se comunicando com o Rio do Peixe.(1993, p.63).

Existe um certo consenso em relação ao pioneirismo desta “frente de penetração” nos estudos regionais sobre o tema. Contudo, alguns trabalhos não se furtaram em evidenciar as “frentes de penetração” que partiam do litoral da Paraíba rumo ao sertão. Assim, se é verdade

⁵⁷ Os estudos de Capistrano de Abreu criaram uma certa tradição na medida em que estes influenciaram várias pesquisas sobre o tema que pouco avançaram em relação às grandes “vias de penetração” do sertão norte. Veja-se neste sentido, os exemplos de Sodré (1976), Holanda (1987), Prado Júnior (1998; 2004) e a maior parte da historiografia paraibana do século XX.

que a “frente longitudinal” é a mais antiga, não é menos verdade que a participação dos paraibanos não só foi importante como mais relevante a partir, principalmente da virada do século XVII para o XVIII, quando os documentos revelam uma presença muito maior de moradores da Paraíba beneficiados com terras “nunca dadas” ou devolutas.

Como foi dito, o curral de Jerônimo Cavalcante, nas atuais proximidades de Pilar, seria o ponto mais avançado da colonização interiorana na Paraíba, até pelo menos a década de 1660. A partir deste momento, requerimentos de sesmarias passam a ser concedidos a André Vidal de Negreiros, por exemplo e, principalmente a família Oliveira Ledo. Neste sentido, há o registro de uma carta de sesmaria datada de 1665 que atesta a efetiva colonização do sertão da capitania da Paraíba por volta dessa época:

Saibam quantos este publico instrumento de Carta de sesmaria virem que no anno de mil seiscento e sessenta e cinco annos, aos vinte e seis dias do mez de Março do dito anno nesta cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos, e pousadas de mim Escrivão das Sesmarias apresentou e deu uma petição, digo appareceu o Alferes Sebastião Barbosa de Almeida, e me apresentou e deu uma petição d’Antonio Luiz d’Albernaz, Francisco d’Oliveira, Bárbara d’Oliveira, Maria Barbosa Barradas, e o Alferes Sebastião Barbosad’Almeida, com despacho nella do Snr. Dom Vasco Mascarenhas Conde d’Obidos, Gentil-Homem da Câmara d’El-Rei nosso Senhor e de seu Conselho d’Estado, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra de todo o Estado do Brasil, da qual e do dito despacho o teor é o seguinte: “Senhor. Antonio de Oliveira Ledo, Custodio d’Oliveira Ledo, Costantino d’Oliveira, Luiz d’Albernaz, Francisco d’Oliveira, Bárbara d’Oliveira, Maria Barbosa Barradas, e o Alferes Sebastião Barbosa d’ Almeida todos moradores neste Estado, que na Capitania da Parahiba nas cabeceiras de uma data que concedeu o Conde de Attouguia ao Governador André Vidal de Negreiros, há terras devolutas que nunca foram dadas nem cultivadas de pessoa alguma; e porquanto elles Supplicantes são moradores, e tem quantidade de gados, assim vacum como cavalar, e mais criações para poderem povoar com toda largueza, toda a terra que for útil, e não tem naquella Capitania terras onde as possam accomodar; e ora os Supplicantes as tem descoberto, e povoadas com gados de dois annos a esta parte sem contradição alguma, e outrossim tem servido a Sua Majestade, que Deus guarde, de vinte annos a esta parte, com grande dispêndio de suas fazendas, e resulta conveniência ao bem commum e as rendas de Sua Majestade, povoar-se o Sertão com toda a largueza, que só é estimada do gentio indomestico. Pedem a Vossa Exelencia lhes faça mercê a elles Supplicantes em nome de El-Rei, nosso Senhor dar de Sesmaria trinta léguas de terras a todos os referidos nesta petição, que começarão a correr pelo rio da Parahiba acima onde acabar a data do Governador André Vidal de Negreiros e doze de largo como declaração que correrão para o sul duas léguas, e para o norte dez léguas ”(...) E receberão mercê. (DH, vol. 22, p. 241).

Por fim, deve-se destacar que os trabalhos de estudiosos paraibanos sobre a colonização do sertão destacaram majoritariamente os personagens de vulto que participaram deste empreendimento. Já quanto aos “personagens anônimos”, ou seja, aqueles grupos sociais

que participaram dos primeiros tempos desta colonização quase nada foi dito. Assim, procura-se a seguir resgatar um pouco essa dívida, analisando os grupos sociais que constituíram a base social da colonização do sertão.

Militares, padres e mulheres: a heterogeneidade social na colonização do sertão

O sistema sesmarial se constituiu na base do modelo fundiário do Brasil no período colonial, cujas extensões das terras concedidas não teve restrições legais, até pelo menos o final do século XVII. Disso decorre aliás, a idéia, já há muito consolidada, da formação de imensos latifúndios no sertão, a exemplo da “Casa da Torre” e da família “Oliveira Ledo”. Até o final do século XVII igualmente, o sesmeiro estava isento do pagamento do foro relativo às terras, pagava-se apenas o dízimo, no entanto, o aproveitamento produtivo das terras era dever e obrigação daqueles que as recebiam em sesmaria.

Com o objetivo de regulamentar o sistema sesmarial, iniciou-se, a partir de 1695, o pagamento de foro por parte dos sesmeiros. Além disso, o tamanho das sesmarias ficou limitado a três léguas e mais uma de área devoluta provavelmente para evitar problemas de limites entre os providos, conforme determinava uma Carta Régia de 1697.

No tocante ao sertão da Paraíba, este limite de três léguas foi na maior parte dos casos cumprido pelos governadores. O que era relativamente comum no entanto, dependendo das circunstâncias, era a concessão de sesmarias inferiores ao limite de três léguas. Neste sentido, em alguns casos, os suplicantes requeriam uma “sobra” de terra, ou seja, uma área pequena espremida entre sesmarias. Em outros casos, acidentes geográficos a exemplo de serras tornava uma área contínua de tamanho igualmente reduzido. Por fim, quando ocorriam casos de petições coletivas de sesmarias, a área concedida aos suplicantes, após a divisão entre eles,

atingia também, muitas vezes, proporções inferiores as três léguas. Assim, numa concessão de sesmarias datada de 31 de outubro de 1702, Manoel Marques de Sousa, Mathias de Viveiros e Antonio de Viveiros foram providos com duas léguas de comprimento e meia légua de largura na região próxima aos rios Seridó e Sabugy, durante o governo de Francisco de Abreu Pereira. (TAVARES, 1982, p.p. 49-50).

Num outro exemplo de mesma natureza, o mesmo governador concedeu a quatro suplicantes terras medindo seis léguas de comprimento por uma de largura para que a dividissem entre si na região da serra da Borborema próximo ao riacho Unibatucú. Já o alferes Ignácio Ferreira Camello, foi provido de uma sesmaria que media uma légua e meia de comprimento por uma légua de largura, no governo de João da Maia da Gama, em 1713, localizada próxima ao riacho Pimentel, afluente do rio Mamanguape (1982 p.85).

Por outro lado, não era de todo incomum a doação de sesmarias com mais de três léguas o que nos faz pensar inclusive na fluidez das leis do período em função de circunstâncias ou interesses particulares. Antonio de Miranda Paes, no sertão do Cariri, e Luiza de Lima Camello, na área que ficava entre os rios Mamanguape e Araçagi, por exemplo, receberam cada um, durante o governo de Antonio Ferraz Castello Branco, cinco léguas de terra “dadas” em sesmaria.(TAVARES, 1982, p.p. 115-121).

Ter condições materiais para ocupar a sesmaria requerida no mais curto espaço de tempo possível era uma das exigências necessárias para que o morador fosse provido⁵⁸. Além disso, na sociedade colonial da América portuguesa, os laços de parentesco e compadrio

⁵⁸ Vale registrar que os termos “colonial” e “colono” não faziam parte do universo vocabular dos homens que viviam na América portuguesa nos seus dois séculos e meio iniciais. A utilidade historiográfica destes termos é notória, contudo é importante que se diga que os homens que viviam neste período não se viam como colonos, mas como súditos do rei, como moradores.

figuravam como elementos importantes na obtenção de privilégios, na ascensão a cargos públicos civis e militares, e por que não dizer, no recebimento de sesmarias.

O exemplo do Conde de Alvôr é bastante significativo no que se refere às possibilidades de acesso fácil à terra, por parte da camada fidalga. Senhor de dois engenhos no litoral da Paraíba, o Conde de Alvôr foi provido com várias sesmarias em diferentes áreas do sertão paraibano, a exemplo da região do Apodi e sertão das Piranhas. Numa petição assinada pelo Conde de Alvôr e por Jacynto A. de Figueiredo, Domingos Siqueira, Theodoro de Oliveira Ledo, Pedro de Araújo e Domingos A. Correa requerendo terras devolutas “nas ilhargas do rio Piranhas” o provedor dá parecer favorável à concessão das terras contudo, o governador Francisco de Abreu Pereira concedeu ao Conde três léguas das ditas terras e aos outros suplicantes apenas uma légua. O Conde teve direito ainda, a escolher a melhor área para se apossar. Temos aqui, desta maneira, um exemplo ilustrativo de como funcionava, na prática, o sistema de privilégios típico da cultura barroca.

Não obstante, o que mais chama a atenção nos registros de concessões de sesmarias é a associação entre “armas” e terras. Assim, militares das mais variadas origens sociais e patentes, residentes ou não na capitania da Paraíba, adquiriram vastas extensões de terras no sertão⁵⁹. O alferes Pedro Coelho de Souza, por exemplo, foi provido, em 1717, com três léguas as margens do riacho Seco (próximo ao rio Curimataú). Já o capitão Francisco Affonso Silva

⁵⁹ Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2000) a questão militar entre os sesmeiros do sertão pode assim ser resumida: “Os senhores de terra, nos quais foram promovidos os postos militares mais altos da hierarquia de comando – mestre-de-campo, coronel, capitão-mor e sargento-mor – passaram a representar, com seus terços, aos índios, mamelucos e escravos negros que se uniam nas jornadas, o principal fator de poder na sustentação do domínio português sobre aqueles imensos territórios. Destarte, nos sertões onde o pastoreio se expandiu, os senhores de terra, os sesmeiros, detinham o comando, enquanto os servos constituíam o grosso da tropa, e dessa organização militar privada, semelhante à que aparecerá na Europa sob o regime feudal, durante a Idade Média, a Coroa, ou seja, o poder público, dependia para assegurar seu domínio.” (p.202) Afora o exagero da comparação cronológica, nota-se nas palavras do autor uma caracterização da associação entre armas e terras que permeou a colonização do sertão.

junto com o sargento-mór Antonio Ferreira de Mendonça e o tenente Manoel Pimenta Galheiros, que fizeram petição coletiva, receberam sesmarias, em 1719, na área entre os rios Araçagi e Curimataú (TAVARES, 1982, p.p.106-109). Num outro documento um pouco anterior, de 05 de agosto de 1700 tem-se a seguinte justificativa por parte dos militares que pediam as terras em sesmaria: “dizem que elles suplicantes tinham gados no sertão para povoar terras, das quais estavam faltas, e alguns haviam feito serviços a Sua Magestade na defesa do Tapuia, e porque no sertão das Piranhas estavam terras devolutas que nunca foram dadas e se o foram não povoaram.”(1982, p.41).

Neste último exemplo, dos dez suplicantes da petição, sete exerciam funções militares, sendo providos com vinte léguas de terra para que dividissem entre si a área citada. Além disso, também militares de capitanias vizinhas eram providos com terras no sertão da Paraíba. Existe, neste aspecto, o exemplo do tenente Francisco Fernandes de Faria, morador de Goiana, capitania de Itamaracá, que alegando já possuir gado no sertão dos Cariris requeria terras devolutas que tinham descoberto no riacho Parteira que desaguava no rio Paraíba. A concessão foi feita, em 1716, durante o governo de João da Maia da Gama (1982, p.94). Outro exemplo ilustrativo neste sentido é o do Coronel João da Rocha Motta, morador do Recife, capitania de Pernambuco, que também já possuindo terras no sertão dos Cariris requeria áreas devolutas próximas as suas terras no que foi atendido em abril de 1717. (1982, p.98).

As concessões de sesmarias feitas aos militares revelam ainda, que as terras doadas, principalmente aos militares de baixas patentes serviam como compensação aos atrasos ou mesmo não pagamento dos soldos devidos a estes militares, como atesta o exemplo a seguir⁶⁰.

⁶⁰ Em um trabalho sobre as condições de vida dos homens que compunham as tropas de primeira linha (oficiais e pagas) no nordeste açucareiro colonial, Kalina Vanderlei Silva (2001) detalha a inconstância no pagamento dos soldos dos soldados o que pode ter facilitado o acesso à terra por parte destes.

O alferes Pedro Coelho de Souza, morador nesta Capitania, tendo servido a Sua Majestade sem remuneração até o presente, e porque no riacho Secco que desagoa no Curimataú-mirim tem terreno capaz para criar seus gados, cujo riacho Secco fica no Curimataú Grande para a parte do norte, requeria três legoas de terras de comprido e uma de largo meia para cada banda.(TAVARES, 1982, p.105-106)

Do exposto em relação às sesmarias concedidas aos “homens de armas” fica a conclusão de que se por um lado a atividade militar não trazia vultosos ganhos na forma de soldos, por outro era um importante meio de conseguir prestígio social necessário para criar uma rede de apadrinhados na forma de promoção do ingresso na vida militar por parte principalmente dos militares de alta patente, bem como conforme vimos, de obter terras através do sistema sesmarial.

Um outro grupo social bastante privilegiado nas doações de terras no sertão da Paraíba era o clero. Os registros de concessões revelam neste sentido que tanto ordens religiosas como os padres seculares foram providos com sesmarias no sertão. O padre Manoel Thimotheo da Cunha, por exemplo, recebeu três léguas de terra no rio Seridó, em 1707 (1982, p.64). Já o padre Mathias Tavares de Castro, morador de Itamaracá, foi provido no mesmo ano com “terras no rio Curimataú; que estavam desaproveitadas e sem possuidôr.” (1982, p.63).

Anos depois essa prática continuava. Em 1721, o padre Thomé Teixeira Ribeiro, sacerdote do hábito de São Pedro e morador da ribeira do rio Piranhas, revela-se arrendatário na área e pede três léguas de terra devoluta no riacho Caraçasinha no que é atendido pelo governador Antonio Ferrão Castello Branco. (1982, p.119).

Já as ordens religiosas que atuavam na Paraíba também possuíam propriedades no sertão. Num registro de concessão de sesmaria ao capitão Manoel de Souza “nas testadas dos olhos d’água entre o Miriry e o Mamanguape” (TAVARES, 1982, p.76), por exemplo, há informações a respeito de terras dos “Padres do Carmo” na área. Já na ribeira do

Mamanguape, vizinho às terras do Morgado de Duarte Coelho, estava as terras dos “Padres da Companhia”, ou seja, dos jesuítas.

Também algumas mulheres eram atendidas na forma de concessões de sesmarias o que, aliás, revela que na sociedade patriarcal da América portuguesa também havia espaço social de destaque para algumas delas. Dona Francisca de Sousa, moradora de Pernambuco, fez petição e foi atendida com três léguas de terra no riacho Urujurí, que ficava entre as serras do Patú e Urá, durante o governo de João da Maia da Gama, em 1708. (TAVARES, 1892, p.67).

Num outro caso semelhante, Dona Joana da Câmara e Albuquerque, requereu terras no rio Quinturari, sertão das Piranhas, recebendo em 1709, três léguas no governo de Fernando de Barros e Vasconcelos. A moradora da Paraíba, Luíza de Lima Camello, fez petição sozinha e foi provida com cinco léguas de terras entre os rios Araçagi e Mamanguape em 1702.(1982, p.71).

Os pedidos de sesmarias tanto podiam ser realizados isoladamente, como foi o caso de Luíza de Lima, como também em grupo o que aliás era o mais comum. Além disso, estes grupos de suplicantes eram muitas vezes heterogêneos em relação às suas funções sociais, como se percebe no exemplo dos suplicantes a seguir, datado em 1708, em que se observa relações parentais, diversidade de gênero e camada social, além da presença dos padres:

D. Francisca de Sousa, D. João de Sousa (moradores em Pernambuco): Francisco de Souza Ferreira, Padre Remigio Gomes Pedrosa, Domingos Mendes Ribeiro, José de Souza, Padre Gonçalo Ramos de Abreo, provedor do hospital dos pobres do Recife e Antonio Correia Soares. (TAVARES, 1982, p.67).

Outro aspecto relativamente comum nos registros é a associação parental entre os suplicantes, explicitada na citação anterior. Os irmãos Manoel de Abreu Ribeiro e o sargento-

mór Manoel Borges Fragoso, por exemplo, foram providos, em 1719, com terras nas serras do rio Paraíba e Capibaribe. Também o padre Dionísio Alves de Brito, requereu, em 1706, para si e para suas irmãs, terras que lhes pertenciam por herança localizadas no rio Utinga, mas que não estavam oficializadas daí então a razão da petição. (TAVARES, 1982, p.p.60-112).

As relações de parentesco foram um elemento importante na formação da sociedade colonial de modo geral e que se revela na política de concessões de sesmarias. Dona Clara Espínola, preocupada com os limites de suas terras com outros providos, requereu, para que não houvesse problema neste sentido, a doação das ditas terras em sesmaria certamente como meio de oficializar estes limites. O fato é que a senhora em questão utilizou na petição o prestígio de seu falecido pai, o capitão Antonio de Mendonça Machado, como forma de dar maior respaldo a seu pedido.

Em relação à presença de negros no sertão colonial da Paraíba, Wilson Seixas apresenta um testamento deixado por Antonio de Oliveira Ledo, grande sesmeiro do sertão da Paraíba, onde declarava:

Possuir o escravo crioulo de nome André, de 20 anos de idade; Joaquim do gentio da Guiné, de 50 anos; Manoel de Angola, de 16 anos; o índio mameluco, por nome de Francisco, de 12 anos de idade; Isabel de Angola, de 10 anos; duas crioulinhas, uma por nome de Antonia e outra, Ana..., etc. declara que possui mais uma escrava, mameluca, por nome Maria, a qual pelos bons serviços que dela tenha recebido e principalmente pelo amor de Deus a forro e liberto. (1961, p.63).

Vê-se assim que a presença de escravos negros no sertão não era tão incomum quanto acreditava boa parte da historiografia clássica. Além disso, num registro de 24 de março de 1719, existe a informação de terras pertencentes a Nicoláo Mendes, crioulo forro, no sertão das Piranhas. Isto evidencia que não apenas homens pobres podiam ter acesso a sesmarias no sertão, como também as questões étnicas parecem não ter sido motivo de impedimento para ter acesso à terra, desde que se tratasse de homens livres.(TAVARES, 1982, p.110).

Os argumentos utilizados por aqueles que requeriam para si sesmarias no sertão da Paraíba eram relativamente pouco variados sendo ainda alguns mais costumeiros que outros. As justificativas mais comuns, por parte dos suplicantes, coadunavam com a própria lógica do sistema sesmarial ou seja, o aproveitamento produtivo de terras⁶¹. Desta forma, era comum os suplicantes dizerem ter “descoberto” terras devolutas, dadas em sesmaria e não ocupadas ou nunca dadas, como princípio legitimador do pedido. Além disso, eles procuravam deixar claro ainda que tinham meios materiais para produzir evidenciando ainda, em alguns casos, os ganhos em tributação que o Estado teria doando mais e mais terras.

Muitos desses suplicantes inclusive já eram sesmeiros, outros tantos arrendatários que queriam o seu quinhão de terras como veremos adiante. Contudo, quase sempre, junto a outras justificativas por parte dos suplicantes aparecem aquelas mais recorrentes que dizem respeito à “descoberta” de terras devolutas e à disposição e aos meios para fazê-las produzir sem contar com as despesas que estes argumentavam terem tido nas “descobertas” das terras.

A tese muitas vezes dita de que a criação pecuarista no sertão serviu para o abastecimento dos engenhos do litoral com “animais de tiro” pode ser confirmada, para o caso da Paraíba, pelos registros de concessões de sesmarias ao Conde de Alvôr. Segundo um destes registros, de 19 de maio de 1704, o Conde justificou seu pedido de sesmaria no sertão das Piranhas argumentando que se encontrava sem terras o bastante para criar seu gado destinado ao “maneio de dois engenhos que possui nesta capitania” (TAVARES, 1982, p.52). No mesmo ano pede terras em outra área, nas nascentes do rio Jacu, próximo ao rio Apodi, para o mesmo fim e um ano depois ainda, há um novo registro com igual justificativa que atesta a concessão de terras “nos brejos das fraudas da serra do Araripe, da parte do Norte águas vertentes para o

⁶¹ “Na ribeira do Mamanguape se achem umas terras devolutas sem senhorios que as possuíssem no lugar.” (TAVARES, 1982, p.103)

rio Jaguaribe, fronteiras as nascentes do rio das Piranhas”. (1982, p.54). Como foi dito, o período pós-domínio holandês marcou o início da crise da agro-produção açucareira na Paraíba em razão da concorrência de outras áreas produtoras e da própria destruição de muitos engenhos durante a guerra de expulsão dos holandeses. Neste sentido, o afã do Conde de Alvor por sesmarias no sertão pode ter um significado mais amplo do que o exposto na documentação, ou seja, pode representar, além da justificativa já claramente posta nos registros, uma tentativa de diversificar seus negócios investindo numa atividade rentável como era a criação de gado.

Ao lado destas, aparecem outras justificativas que serviam para reforçar o peso do pedido. Um dos mais destacados relacionava-se aos serviços prestados à Sua Majestade com ou sem remuneração. Em muitos casos esses trabalhos não eram especificados claramente, em outros casos, principalmente no que se refere aos serviços militares o eram, no entanto, o importante é perceber como o sistema de sesmarias servia como meio de reparação ou prêmio concedido aos leais súditos do rei.

Uma das argumentações mais frequentes, dentre as que figuraram como solicitações de sesmarias no sertão, diz respeito aos serviços militares prestados no combate ao “gentio bravo” do sertão. De fato, a associação entre “armas” e terra foi uma constante em todo o período colonial e não apenas no caso específico da colonização do sertão norte mudando assim, o contexto e o tipo de serviço a ser recompensado com terra pelas autoridades. Em 06 de março de 1619, há um registro que revela o pedido de Raphael Carvalho e seu cunhado, Francisco Pardo, de terras “nas fraudas da serra da Cupaóba” justificando-se o pedido no fato de estes terem sido uns dos primeiros povoadores da Paraíba tendo inclusive, participado das guerras de conquista da capitania (TAVARES, 1982, p.38).

Num outro contexto, conceder terras em sesmaria foi uma das maneiras de recompensar aqueles que haviam lutado nas guerras contra a ocupação holandesa nas capitânicas do norte:

Numa Ordem Régia de 1654, D. João IV concedia sesmarias a oficiais da guerra de Restauração: João Fernandes Vieira, comandante das forças luso-brasileiras que como governador da Paraíba, entre 1655 e 1657, cometeu vários abusos contra os Janduú, e a família de Oliveira Ledo, no Rio Grande do Norte, em área de estabelecimento janduú. (POMPA, 2003, p. 215).

Nos resumos dos registros de concessões de sesmarias, do final do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, aparecem, majoritariamente, pedidos de terra justificados pelo empenho de seus suplicantes nas guerras de combate aos índios do sertão, conflitos esses que serão objeto de análise no próximo capítulo. Por ora, fiquemos com exemplos de casos de como esses conflitos serviram de justificativa para obtenção de sesmarias por parte daqueles que combateram os índios.

O capitão Pascacio de Oliveira Ledo, por exemplo, solicitou terras ao pé da serra Bodopitá, em 1712, argumentando ter participado da conquista dos sertões fazendo guerra ao gentio bravo com “dispêndio de sua fazenda” (TAVARES, 1982, p.81). Também Francisco Martins, morador do sertão da Cariry, disse ter servido a Vossa Majestade como alferes no terço do capitão Theodósio de Oliveira Ledo no combate ao “Tapuia bravo” em seu pedido por terras (1982, p.77). Ao próprio capitão Theodósio de Oliveira Ledo, capitão-mór do sertão, foi concedido em 1702, terras na serra Bodopitá depois de este ter argumentado em seu pedido que necessitava delas para plantar gêneros agrícolas destinados a manter as tropas nas guerras e entradas contra o “Tapuia” (1982, p.48). Também residentes em capitânicas vizinhas utilizavam-se de igual argumento para ter acesso à terras no sertão da Paraíba como foi o caso de Antonio de Sousa Ferreira, morador de Itamaracá, que alegou ter feito várias entradas na

Paraíba para combater o “tapuia bravo” e do sargento-mór Antonio José da Cunha, morador de Pernambuco que argumentou:

Achando-se em todas as campanhas e guerras com o gentio bárbaro, gastando muito de sua fazenda, com risco de vida nas quaes guerras perdera quatro escravos e muita quantia de gados que o dito gentio lhe matou, e vendo elle suplicante as muitas perdas que recebia nas terras próprias se deliberou a descobrir algumas em que podesse accomodar seos gados. (1982, p.70).

Um outro argumento freqüente nas petições de sesmarias se amparava na condição de arrendatário do suplicante. Alegando ter conhecimento de terras devolutas, doadas ou não em sesmaria, estes pediam para si a mercê de terem acesso à terras próprias pondo fim assim à condição de arrendatário, assunto este que será visto adiante. Vale destacar por fim, que eram comuns pedidos de incorporação por parte dos já providos, de terras vizinhas às suas que se achavam devolutas conforme comprova o exemplo do capitão Manoel de Souza que, em 1717, já possuindo sesmaria entre os rios Miriry e o Mamanguape, teve conhecimento de áreas devolutas, vizinhas às suas terras, as quais pedia em sesmaria e no que foi atendido.

Uma prática corriqueira entre os pioneiros colonizadores do sertão era ocupar uma determinada área para só então depois pedi-la em sesmaria. Ao que parece, esta foi na verdade uma estratégia que visava a justificar com um forte argumento o pedido da terra, haja vista que os suplicantes nestes casos faziam questão de destacar o fato de a mesma já estar sendo aproveitada. Três militares e moradores do Puxi de Cima e do Mamanguape, em 1717, por exemplo, requisitaram terras próximas ao rio Curimataú argumentando já estarem estas ocupadas e beneficiadas pelos ditos suplicantes (TAVARES, 1982, p.106). Num outro exemplo similar, o capitão-mor José Diniz Constantino de Oliveira e Ambrósio Nunes, em 1716, diziam já estar ocupando as terras que solicitavam (p.94). Por fim, num caso mais contundente, o tenente Francisco Fernandes de Sousa, morador do sertão “entre o Cariri e o

Piranhas”, disse em sua petição estar ocupando há 23 anos terras entre a serra da Borborema e os rios Seridó e Cubati e que só após este tempo estava pedindo a sesmaria alegando ainda não haverem sido as terras reclamadas “por pessoa alguma” (p.101). Mais uma vez fica evidente que a ocupação prévia e beneficiamento de terras, mesmo a margem da lei, representava à época um importante argumento legitimador nas requisições de sesmarias.

Ilhas de Colonização

Sergio Buarque de Holanda (1994) apontou a importância do acesso à água para o estabelecimento de povoações no Brasil colonial. Bem antes disso, o historiador Ireneo Joffily (1892) já afirmava que as fazendas de gado no sertão da Paraíba seguiram de perto o curso dos principais rios que cruzam a região. Assim, as ribeiras dos rios Paraíba, Piancó, Piranhas, Sabugí, Patú, Seridó, Espinharas e Rio do Peixe formaram o palco principal do estabelecimento das fazendas, principalmente de gado, nos primeiros tempos da colonização.

	1700 a 1710	1711 a 1720	1721 a 1728
Rio Paraíba	06	15	03
Rio Mamanguape	01	10	02
Rio Curimataú	11	13	05
Rio Seridó	06	06	03
Rio Piranhas	21	12	05
Rio do Peixe		02	
Rio Sabugí		01	03
Rio Espinharas		01	01
Rio Araçagi		01	01

Este quadro procura traduzir, a partir das concessões de sesmarias no sertão da Paraíba (TAVARES, 1982), como a ocupação colonial se concentrou inicialmente nos principais rios do sertão e seus respectivos afluentes. Em alguns casos não pudemos deduzir a partir dos registros de concessões a que áreas se relacionavam determinadas doações. Isso porque, nestes casos, as informações sobre a localização dessas áreas tomam como base serras, as posses de outros providos e riachos (afluentes) que não fazem referência onde deságuam.

Esse “povoamento de ribeira” foi, aliás, característico de todo o sertão norte da América portuguesa e pode ser evidenciado, no caso do sertão paraibano, a partir das localizações das sesmarias concedidas. A importância da água na colonização do sertão, bem como as referências às secas contidas nos documentos revelam que mais importante do que “descobrir” terras devolutas, para serem requeridas em sesmarias, era descobrir terras com água. Neste sentido, era comum que os suplicantes alegassem ter “descoberto” um olho d`água ou riacho como forma não só de facilitar a localização da área, mas sobretudo para ratificar sua “descoberta” com aquilo que realmente havia de valioso na terra, a saber, água disponível.

O capitão Miguel Machado Freire, por exemplo, revelou-se sesmeiro no sertão da Paraíba, contudo, requereu terras na ribeira do Piranhas, em 1712, argumentando que as terras que já possuía estavam desprovidas de água (TAVARES, 1982, p.79). De fato, muitos registros de concessões de sesmarias sempre associavam a terra doada à água disponível nela. Assim, pode-se compreender que a ocupação colonial do sertão da Paraíba nas suas primeiras décadas se configurou geograficamente como um “arquipélago” de fazendas sempre localizadas em áreas com maior disponibilidade de água durante o ano. Pode-se falar, com segurança, na existência de verdadeiras “ilhas de colonização” com o estabelecimento das fazendas sempre próximas às fontes de água. Já as dimensões destas “ilhas” variavam de acordo com a extensão das terras próximas às ribeiras e da maior ou menor perenidade destas no decorrer do ano.

Grandes sesmeiros e arrendatários

Boa parte dos estudos clássicos sobre a colonização do sertão enfatizaram o papel de destaque, quando não preponderante, dos grandes proprietários neste processo. Assim, são comuns nestes estudos referências por exemplo à “Casa da Torre” ou à “Casa da Ponte” que são casos ilustrativos da concentração fundiária nos primeiros tempos de ocupação colonial do sertão. A formação destes “impérios fundiários” se efetivou através do sistema sesmarial principalmente antes do estabelecimento de limites nas extensões das datas de terras.

Quanto aos grandes proprietários foi comum em trabalhos pretéritos sobre o período na produção regional, referências à família dos “Oliveira Ledo” que possuía “dois terços das terras do agreste e da parte ocidental do cariri”. (SEIXAS, 1983, p.76). Levando em consideração o exposto, pensamos que as grandes extensões de terras nas mãos de alguns homens é um fenômeno da colonização do sertão da Paraíba que não pode deixar de ser considerado. Contudo, a importância dessas concentrações de terras para a efetiva colonização da região deve ser relativizada. Isto porque, conforme tivemos a oportunidade de constatar, um dos pilares do sistema sesmarial assentava-se sobre o aproveitamento econômico das terras doadas. Assim, o descaso em relação a isso por parte do provido poderia culminar com a concessão das terras a quem as requisitasse com o argumento de serem estas devolutas. Um caso destes foi observado nos registros quando, em 1700, dez suplicantes requereram terras junto ao rio Piranhas argumentando que estas haviam sido doadas, mas nunca aproveitadas:

Dizem que eles supplicantes tinham gados no sertão para povoar terras, das quaes estavam faltas, e alguns haviam feito serviços a Sua Majestade na defença do Tapuia, e por que no sertão das Piranhas estavam terras devolutas que nunca foram dadas, e se o foram não povoaram, e conforme uma ordem do ditto Senhor se podião tornar a dar a pessoa que as povoasse para augmento dos dízimos Reais. (TAVARES, 1982, p.41).

Um outro exemplo neste sentido, envolvendo desta vez a “Casa da Torre”, encontra-se numa petição feita por Dona Ana da Fonseca Gondim, esposa do coronel Manoel de Araújo de

Carvalho, que era arrendatário da “Casa da Torre” no sertão do Rio do Peixe. Ocorreu que Dona Ana não encontrando as escrituras de arrendamento de seu falecido marido fez petição ao governador da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, pedindo o reconhecimento de sua legítima posse sobre as terras. Após parecer inicialmente contrário a seu pedido, a suplicante teve pouco depois um novo parecer, desta vez favorável, emitido pelo provedor que fundamentou seu juízo sobre os seguintes aspectos: “as terras em questão se acham em posse da suplicante, ‘posse de muitos anos sem que houvesse quem as pedisse’ (...) além de não haver quem apresente documento capaz de impedir a doação das ditas terras à suplicante”. (SEIXAS, 1983, p.71).

Assim, o provedor Bento Bandeira de Melo, observou “que sendo a parte contrária ‘tão poderosa como é notório que tinha aplicado a si quase a maior parte do sertão, com este pretexto se não tem povoado muitos sítios contíguos’.” (1983, p.71) Vemos através deste caso que, se por um lado, o fato de ser um grande sesmeiro não representava necessariamente a ocupação colonial da área por parte deste, podendo as terras assim serem novamente concedidas, por outro lado, muitos destes proprietários acharam no recurso do arrendamento uma forma de se locupletar financeiramente e ao mesmo tempo tentar garantir a posse da terra, o que aliás não se deu no caso acima, porém se deu na maior parte dos casos.

Em segundo lugar, e em decorrência do exposto acima, observa-se que uma variedade enorme de nomes receberam datas de terra no sertão da Paraíba no período analisado. Estes sesmeiros inclusive, como vimos, tinham não só origens sociais variadas como também muitos deles eram arrendatários, comprovando o peso deste fenômeno na efetiva ocupação colonial do sertão da Paraíba nos seus primeiros tempos.

Segundo Raimundo Faoro (1957; 2004), foi em decorrência da concentração fundiária que se manifestou o fenômeno do que ele chama de “dependente agrícola” (arrendatário), bem

como do outro lado da moeda, o “proprietário ausenteísta”. Antes dele, já Capistrano de Abreu (1982) afirmou que os primeiros ocupantes do sertão não eram os donos das sesmarias, mas, seus escravos, prepostos ou arrendatários de tais terras. Também Wilson Seixas (1983) revelou, a partir de documentos do cartório de Pombal, contratos de arrendamento de terras pertencentes à “Casa da Torre” no alto sertão da Paraíba⁶².

A partir dos resumos dos registros de concessões de sesmarias, percebe-se um enorme número de arrendatários requisitando terras para si, trazendo à luz a importância deste fenômeno na colonização do sertão da Paraíba. Simão Carvalho da Cunha e Simão da Cunha Rego, por exemplo, moradores do sertão do Cariri, pediram em 1711 terras próximas ao riacho da Pedra do Mel argumentando que pagavam renda em terras alheias por falta de terras próprias para criarem seus gados (TAVARES, 1982, p.77). Também os suplicantes Serafim de Sousa, Francisco Soares e o sargento-mór Manoel Marques de Sousa, alegaram em 1722 “não possuírem terras próprias para criarem seus gados” e tendo descoberto terras devolutas, pediam-nas então em sesmaria (p.121). Já Bento Moreira Raposo, morador de Pernambuco e Salvador Rabello, morador do sertão das Piranhas, se revelaram no mesmo ano arrendatários ao solicitarem terras devolutas descobertas por eles (p.103). Por fim, Domingos de Siqueira da Silva, capitão dos reformados e natural da Capitania da Paraíba:

Disse que tinha servido a S.M. tanto de soldado nesta praça como de alferes de infantaria, e tinha seus gados no sertão, pagando arrendamento de terras, porque nunca pediu e nem lhe deram terras e nem a seus paes, e com por causa da secca retirou noventa e tantas bestas para um sítio de Pe. Belchior Garcia, que arrendou. (TAVARES, 1982, p.74).

Por estes e outros exemplos similares, observa-se que se por um lado a concessão de imensas quantidades de terra no sertão foi um fenômeno que não pode deixar de ser notado, por outro lado há de se relativizar a importância desses sesmeiros na efetiva colonização desta

⁶² Em Carta Régia de 20 de outubro de 1753, os problemas relativos aos arrendatários se revelam quando se resolveu conceder a posse das terras arrendadas aos seus ocupantes.

região. Assim, a presença dos arrendatários na colonização do sertão deve ser melhor discutida para que se tenha a real dimensão de sua importância.

Os contatos interétnicos na colonização do sertão

Conforme afirmamos, a expansão da conquista colonial no sertão norte foi o mais importante processo da segunda metade do século XVII e início do século XVIII. Como consequência imediata dessa expansão houve o acirramento dos contatos interétnicos entre os colonizadores e os índios que ocupavam a região.

A história dessa expansão foi marcada pela resistência dos indígenas ao avanço colonial, mas igualmente resultou em alianças de muitos destes povos indígenas com os colonizadores. Ao conjunto destes conflitos na colonização do sertão a historiografia denominou de Confederação dos Cariris, Guerra dos Bárbaros ou mesmo, Levante Geral dos Tapuias⁶³.

Os estudos oitocentista deram pouco ou nenhum destaque à Guerra dos Bárbaros, prova disso é o fato de Adoufo Varnhagen ter dedicado apenas duas páginas a este assunto na sua obra **História Geral do Brasil**. No século passado, duas vertentes da historiografia passaram a dar um destaque maior a esse tema. A primeira foi a historiografia regional dos estados nordestinos que foram palco deste processo. A outra foi a historiografia do final do século passado que, a partir de abordagens e perspectivas renovadas sobre a História Indígena, acabou produzindo obras de referência obrigatória sobre a Guerra dos Bárbaros, a exemplo do

⁶³ Principalmente a historiografia regional, que trabalhou as guerras entre índios e colonizadores no sertão, formulou a hipótese de ter havido uma articulação ou aliança militar entre vários grupos da região contra o avanço colonial. Essa aliança ficou conhecida nos estudos do tema como Confederação dos Cariris. Pedro Puntoni (2002) nega que tenha existido tal articulação entre os índios, segundo ele, pelo contrário, estes conflitos representaram uma resistência isolada e fragmentada dos índios ao avanço colonial, sendo a idéia de confederação uma construção romantizada do conflito em questão.

livro de Maria Idalina da Cruz Pires (1990), **Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Brasil Colonial**⁶⁴.

Como foi dito, a conquista colonial do sertão colocou em situação de contato os colonizadores e índios do sertão. Os primeiros tinham por objetivos principais: ocupar as terras indígenas para sua efetiva colonização, em alguns casos proceder a preação e venda dos índios insurgentes como escravos ou ainda viabilizar o estabelecimento de aldeamentos missionários. Alguns grupos indígenas por sua vez reagiram a este avanço na forma de guerras ou mesmo fugas, fazendo da região a mais belicosa do Brasil colonial à época.

O processo de alianças entre os grupos indígenas ou mesmo entre alguns povos indígenas e os colonizadores atesta o dinamismo desse processo, apesar de historiadores contemporâneos contestarem a idéia de uma aliança articulada entre os povos indígenas em luta contra os colonizadores, ou seja, a idéia da confederação entre indígenas. Dito isso, vale adiantar que neste capítulo, discutiremos a importância dos grupos indígenas enquanto agentes produtores do espaço no sertão da Paraíba, procurando evidenciar as diferentes estratégias destes em meio aos contatos com os colonizadores.

Pretendemos nos ater principalmente às ações bélicas que envolveram os índios (a Guerra dos Bárbaros). Além disso, trataremos da participação de índios como guias nas penetrações no sertão, das terras concedidas a alguns grupos indígenas e dos aldeamentos missionários no sertão da Paraíba.

No processo de conquista do sertão da Capitania Real da Paraíba, temos como hipótese que estes contatos deram origem a formas específicas e novas de interação cultural no plano

⁶⁴ Os estudiosos paraibanos também não se furtaram em destacar, na maioria dos casos, o processo de conquista do sertão paraibano e os conflitos interétnicos decorrentes deste. Em sua maioria, estes concordam que o século XVII não pode ser entendido sem levarmos em consideração, pelo menos no que se refere à região Nordeste, as invasões holandesas, a restauração portuguesa e a conquista do sertão.

material, simbólico e biológico (miscigenação) que foram determinantes na produção da nova espacialidade do sertão da Paraíba nos primeiros tempos de sua conquista colonial.

Em meio ao estudo da guerra entre alguns grupos indígenas e os agentes colonialistas na região, pretendemos lançar um olhar crítico sobre um tema já trabalhado de diversas formas. Isso porque a historiografia clássica regional nunca mostrou grande interesse no impacto do encontro das culturas indígena e colonial neste contexto. Inúmeras são as possibilidades de abordagem sobre o processo em questão. Estas vão desde o tipo de guerra específica que se desenvolveu na região⁶⁵ até os problemas de adaptação por parte dos primeiros colonizadores a um sistema ecológico novo e complexo⁶⁶, passando pelas construções das identidades e da idéia que os homens tem do espaço por eles vivido.

Conforme já havíamos mencionado, Yves Lacoste (1993) acredita ter surgido uma “geografia dos exploradores” em meio à conquista colonial. Esta levou em consideração principalmente, o conhecimento sobre o relevo, o clima, a vegetação, os rios e a repartição das populações indígenas, conhecimentos estes, imprescindíveis para o sucesso do empreendimento colonial⁶⁷. Desta forma, partimos da hipótese de que este tipo de conhecimento relativo à conquista do sertão da capitania da Paraíba foi adquirido, pelos colonizadores, junto aos grupos indígenas que se aliaram a estes na conquista da região, sobre isso, falaremos agora.

⁶⁵ Yves Lacoste (1993) nos fala da idéia de “guerra geográfica” que leva em consideração, por exemplo, o deslocamento dos grupos beligerantes e a localização dos fortes e vias de circulação. Além disso, segundo ele, novos métodos de guerra implicam na análise das relações entre os homens e a natureza. No caso da conquista do sertão existem muitas referências à chamada “guerra de emboscada” praticada pelos índios e de como os colonizadores tiveram que se adaptar a esse tipo de conflito para obter sucesso na luta contra os índios que resistiram a colônia.

⁶⁶ Aqui se trata de perceber a experiência que os homens têm da terra, do ambiente e da natureza, bem como notar a maneira pela qual os homens modelam o meio para responder às suas necessidades e aspirações.

⁶⁷ No caso da interiorização da conquista da Capitania Real da Paraíba, os rios tiveram importância crucial, haja vista que era a partir deles que os colonizadores se orientavam e circulavam, conforme já constatamos anteriormente.

Índios Guias

Partindo em busca das situações de contato entre colonizadores e índios na conquista do sertão da Paraíba, discutiremos, inicialmente, a participação destes últimos como guias nas entradas e expansão da fronteira agro-pastoril no Oeste da capitania.

Conforme foi dito anteriormente, Sérgio Buarque de Holanda (1994) foi um dos primeiros estudiosos que identificou a criação de novas modalidades de convívio como resultado da adaptação do colono a uma nova realidade social (indígena) e ecológica na qual estavam inseridos. A adoção de técnicas e hábitos indígenas pelos colonizadores se efetivou em muitos aspectos e não apenas no hábito de dormir em redes ou na alimentação, como geralmente se diz. Neste sentido, o autor retratou a forma como os colonizadores utilizaram as trilhas indígenas ou mesmo suas técnicas de orientação no vasto sertão.

Dentre outros aspectos, o autor destaca também, nas entradas feitas ao sertão, a utilização pelos colonizadores das técnicas indígenas de obtenção de alimentos, das vantagens das jornadas em marcha e até de hábitos de higiene⁶⁸. Neste sentido, a incorporação pelos colonizadores das técnicas de locomoção nativa nas entradas do sertão chegou, conforme destaca Wegner (2000), partindo dos escritos de Sérgio Buarque, a extremos de sutileza:

A adequação dos bandeirantes às técnicas indígenas para percorrer os caminhos não se resumiu ao abandono dos calçados, envolveu até mesmo um reaprendizado na forma de andar, pois enquanto os europeus, por disposição natural ou educação, tendem a voltar as pontas dos pés para fora, os índios americanos, em geral, caminham com os pés apontados para frente, com os polegares voltados mais para dentro. Esta disposição dos pés permite uma distribuição mais uniforme do peso do corpo sobre eles, além de oferecer menos superfície de resistência aos galhos e obstáculos dos caminhos, de maneira a permitir uma substancial economia de esforços e, conseqüentemente, possibilitar andanças mais distantes. (p.p. 145-146).

⁶⁸ No que se refere à alimentação, Sérgio Buarque (1994) destaca a farinha de guerra, utilizada nas jornadas, além da caça e coleta de frutos e raízes. Sobre as formas de orientação no mato o autor afirma que para marcar os caminhos, os colonizadores utilizavam técnicas indígenas, tais como, quebrar galhos de plantas no percurso ou marcar as árvores com machadadas.

E ainda sobre o processo de “nativização” do colonizador conclui que: “Desse modo, o aproveitamento das estreitas trilhas indígenas, e das técnicas para as percorrer, mostrou-se fundamental para a incorporação das terras do Novo Continente pelo europeu, e, conseqüentemente, para o início do processo de sua americanização.”(2000, p.146). De fato, ao comentar sobre a guerra entre colonizadores e índios no sertão do Orobó, Pedro Puntoni (2002) relata os esforços de guerra do mestre de campo Francisco Barreto de Meneses na luta contra os “Tapuia” levantados, baseando-se para tal num regimento de 1657, que propunha a abertura de uma estrada no dito sertão.

O regimento passado para a expedição é claro em recomendar que a estrada fosse feita segundo ‘os caminhos do gentio’, isto é, em ‘partes donde se achem águas, e pastos para os bois: mas nem no caso que se ache uma tão estéril que os não tenha, deixe por isso de continuar a estrada, e a vái abrindo até a mata do Orobó, na forma que o terreno permitir’. (PUNTONI, 2002, p.99).

Aqui se observa que não apenas os índios eram importantes como guias nas entradas e descobertas dos colonizadores no sertão como também os próprios caminhos indígenas foram aproveitados nas expedições colonialistas na região.

Tomando esta discussão como suporte, percebemos, a partir de vários registros de concessões de sesmaria, a participação efetiva dos índios como guias nas entradas e andanças a procura de terras a serem colonizadas no sertão da Paraíba.

No ano de 1713, por exemplo, os suplicantes Marcos de Castro Rocha, Estevão de Castro Rocha, João Tavares de Castro Rocha e Antonio da Rocha argumentaram ter descoberto, “tendo o gentio como guia”, terras ao sul do rio Paraíba que requeriam em sesmaria por estarem devolutas (1982, p.84). Já no ano de 1719, o sargento-mor Manoel Borges Fragoso e seu irmão, Manoel de Abreu Ribeiro, moradores na Paraíba, informaram que “com a ajuda dos índios Ariú” saíram em busca de terra que encontraram devoluta, próximo ao rio Natuba (p.112). Um ano depois, em mais um registro, João Tavares de Castro disse ter

encontrado terras devolutas no “riacho que deságua no rio Paraíba acima da serra da Cachoeira, tendo índios como guias (p.114). Por fim, em registro de 28 de julho de 1727: “o Coronel Mathias Soares Taveira, morador nesta capitania, tendo descoberto com dispêndio de sua fazenda por via do gentio uma sorte de terra no sertão do Paó.”(p.128).

A partir deste e de muitos outros exemplos similares podemos inferir que a situação de contato interétnico no sertão da Paraíba foi muito além das ações bélicas que envolveram colonizadores e índios. Os índios do sertão desta forma formularam diferentes estratégias de resistência e inserção no “mundo colonial”. A participação destes como guias nas andanças no sertão parece ser uma prova disso. Neste mesmo sentido, discutiremos a seguir as concessões de sesmarias aos índios do sertão, outra estratégia clara de inserção indígena à lógica colonial.

Sesmarias indígenas

A presença colonial causou grandes transformações na organização sociocultural dos povos indígenas do Brasil. Estes povos, em sua heterogeneidade cultural, formularam diferentes estratégias políticas para “negar” ou mesmo se inserir de algum modo no mundo colonial em gestação. No intuito de repensar a formação territorial e social do sertão da Paraíba, a partir da experiência e interesses dos índios, trataremos de analisar nesta seção como alguns povos indígenas do sertão souberam compreender a dinâmica da nova ordem colonial e atuar em função dela para garantir sua sobrevivência física e cultural.

É neste processo de reelaboração das identidades indígenas que se insere a discussão sobre as sesmarias concedidas a estes no sertão da Paraíba, ou seja os índios souberam compreender as bases do sistema de posse da terra no “mundo colonial” para garantir seus espaços de sobrevivência. Neste sentido, há um registro de concessão de sesmaria em que consta que os índios Cariri, localizados na missão de Nossa Senhora do Pilar do Taipú, através

de seu governador D. Pedro Valcacer, requeriam terra próximo a serra do Paó. Em seu requerimento, que data do ano de 1714, os citados índios argumentam, como justificativa pelo pedido da terra, terem prestado serviços ao rei se portado assim, como leais vassalos deste. Referem-se, também, sobre a necessidade de mais terras para plantar e criar gado e ao fato de terem sido os primeiros a ocupar a área em questão. Foi concedido a estes índios três léguas de terra em regime de sesmaria durante o governo de João da Maia da Gama na Paraíba. (TAVARES, 1982, p.87).

Em agosto de 1718, os índios Sucuru, representados por seu capitão-mor Sebastião da Silva, requeriam sesmaria entre o Curimataú e Araçagi. O argumento utilizado pelos requerentes contudo, mostra o grau de compreensão destes índios de sua importância militar para os colonizadores. Os Sucuru argumentaram que por ordem do governador anterior da Paraíba, João da Maia da Gama, sua aldeia foi deslocada para a serra Boa Vista para “defender e reparar os assaltos” de índios rebelados e que, para melhor proteção da região, defesa da capitania e sustento da aldeia requeriam a terra em sesmaria. Esta foi concedida durante o governo de Antônio Velho Coelho justificada de sua parte pela assistência e necessidade dos índios naquele lugar (TAVARES, 1982, p.107).

É possível que estes índios tivessem agindo sob a influência de colonizadores, missionários ou governadores de índios, por exemplo, contudo, é provável que estes tenham compreendido a lógica do sistema colonial para em função desta agirem. Neste sentido, em registro de concessão de sesmaria datado de 16 de maio de 1715, os moradores Francisco de Oliveira da Cruz e João de Oliveira da Cruz, argumentaram em sua súplica serem arrendatários dos índios, não especificando quais seriam (TAVARES, 1982, p.90).

Estes exemplos denotam que a colonização no sertão fomentou uma nova “territorialização” para os índios. A partir da reestruturação de suas formas culturais, as

sociedades indígenas do sertão tiveram que formular uma nova identidade para se inserirem num contexto colonial cada vez mais envolvente. Esta nova “territorialização” passava pelo aldeamento, bem como pela possibilidade dos índios se tornarem sesmeiros.

Guerra dos Bárbaros no sertão da Paraíba

Os conflitos surgidos a partir do processo de colonização do sertão da Paraíba, foram resultado direto da escravização imposta aos indígenas e da expropriação de suas terras pelos agentes coloniais. Um dos momentos de maior intensidade destes conflitos deu-se em 1687, momento em que diversos povos indígenas “Tapuia” formam uma aliança e se lançam em ofensiva contra os colonizadores.

As abordagens clássicas do século passado a respeito dos conflitos entre índios e colonizadores na conquista do sertão da Paraíba destacavam o processo civilizatório como necessário e a “vitimização” dos índios do sertão (trata-se aqui da idéia de extermínio) como consequência ora inevitável, ora fruto de uma brutalidade exagerada por parte dos colonizadores. Além disso, a leitura dos autores clássicos a respeito destes conflitos centrou-se quase sempre no destaque dos “grandes personagens” e dos acontecimentos considerados importantes e encadeados numa seqüência cronológica: “Nesta segunda fase Luís Soares desce o Açu, uni-se a Teodósio de Oliveira e juntos esquadrinham o sertão, quebrando de vez o poder dos índios que venderam, aldearam, ou mataram, conforme a índole das tribos e circunstâncias da prisão”. (MARIZ, 1994, p.42)⁶⁹.

⁶⁹ Como disse, nosso objetivo aqui não coaduna com esta perspectiva, pelo contrário, a idéia aqui é analisar a situação de contato entre colonizadores e índios destacando as diferentes estratégias de resistência e inserção ao “mundo colonial” destes últimos. Neste sentido, a cronologia de acontecimentos não é foco de nossas preocupações.

Na produção regional sobre o tema percebe-se ainda que existe uma tendência em considerar que a Guerra dos Bárbaros representou uma aliança, uma confederação de diversos grupos indígenas contra os agentes colonialistas em vias de expansão rumo ao sertão. Recentes trabalhos a respeito desse tema, a exemplo do realizado por Pedro Puntoni (2002), têm se contraposto a essa perspectiva aliancista por parte dos índios, sugerindo ao contrário que o que se observou foi na verdade um conjunto heterogêneo e desarticulado de conflito em reação ao avanço colonial na região.

Finalizando, esta produção regional desenvolveu a idéia de que os índios deveriam ser integrados ao processo civilizador tido como necessário, bom e irreversível. Além disso, tem-se a concepção de que os atos de violência física praticada contra os indígenas neste contexto deveriam ser repudiados como também a perspectiva de que o Estado era a única instituição capaz (apesar do reconhecimento de seus defeitos e limitações) de orquestrar, com “serenidade”, a expansão colonial no sertão.

As fontes que utilizamos, destacam alguns dos povos indígenas que aparecem com maior frequência nos conflitos pela conquista do sertão da Paraíba, estes foram: os Pega, os Icó, os Panati, os Corema, os Sucuru, os Paiacu e os Janduí, estes últimos também conhecidos como Tarairiú.

Basicamente, as autoridades coloniais tinham duas linhas gerais de atuação frente aos índios. Primeiro, os aldeamentos, “descimentos” e alianças militares para aqueles que resolvessem estabelecer laços políticos com os colonizadores⁷⁰. Segundo, a guerra e o cativo para aqueles que rejeitassem a autoridade colonial⁷¹.

⁷⁰ O “descimento” de grupos indígena constituía-se no deslocamento destes do sertão até as áreas litorâneas junto às vilas e cidades. Este procedimento tinha, por parte dos colonizadores, o objetivo de suprir estas áreas com mão-de-obra nativa, além da função defensiva e repressiva que estes índios representavam. Com o avanço da

As guerras entre colonizadores e índios no sertão norte podem ser divididas em três grandes áreas, a saber: o sertão do recôncavo baiano que foi a região pioneira da expansão colonial no sertão norte; o sertão das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, o chamado “sertão de fora”, cujos conflitos acentuam-se a partir da década de 1680; e o sertão das capitanias do Maranhão e Piauí, chamado “sertão de dentro”. Como se observa, a Guerra dos Bárbaros representou um conjunto de conflitos que variou no tempo e no espaço, envolvendo uma heterogênea gama de povos indígenas que resistiram, na forma de guerra a expansão colonial.

Para o caso do sertão da Paraíba, aparecem constantemente na documentação referências ao que se denominava Guerra do Açú⁷². No entendimento de Kalina V. P. da Silva (2003), o espaço onde ocorreram estes conflitos compreendia: “O rio Açú e o Jaguaribe, principalmente, mas também o Piancó, o Seridó e o São Francisco, delimitam os sertões que carregam os mesmos nomes e onde os tarairius e cariris se firmam para combater curraleiros e Coroa.”(p.233).

Assim, além de servir como base de orientação e deslocamento, os rios “demarcaram os espaços dos conflitos.”(SILVA, 2003, p.233). Afora os rios citados pela autora como “palco” da Guerra do Açú, outros como o Piranhas, Patu, Sabugi e Espinharas devem também ser destacados para o caso do sertão da Paraíba.

colonização do sertão, os “descimentos” perderam espaço em função do estabelecimento de missões no próprio sertão.

⁷¹ O conceito de “guerra justa” aplicado na América portuguesa esteve relacionado a uma série de leis que visavam restringir o cativo indígena desde o século XVI. A guerra justa inseria-se assim, dentro da contraditória legislação indígena colonial e abria uma possibilidade, de acordo com a lei de 1611, de se transformarem em cativos, mediante autorização oficial, aqueles povos indígenas que se declarassem inimigos do Império português. Para maiores detalhes sobre a legislação indígena do período colonial sugiro a leitura de Stuart Schwartz (1988).

⁷² Apesar do termo “Guerra dos Bárbaros” ser utilizado largamente para o conjunto de sublevações indígenas em todo o sertão das capitanias do norte a chamada “Guerra do Açú” compreendia basicamente os conflitos no sertão das capitanias do Rio Grande, Ceará e Paraíba, sendo todas jurisdição judiciária desta última.

Muitas são as razões apontadas pelos estudiosos do tema para explicar as causas dos conflitos entre colonizadores e índios no sertão. Estas razões repousam em questões de várias ordens: culturais e políticas, ou seja a não aceitabilidade por parte dos “Tapuia” ao “mundo colonial”; ou econômicas, haja vista que o gado, uma vez criado solto no sertão teria desestruturado as formas de sobrevivência tradicionais destes índios, além de os impelir a atacar o gado tido por eles como caça.

Antes de tudo, é importante destacar que muitos povos indígenas do sertão, a exemplo dos Janduí, citados pelas fontes holandesas, e os Cariri, citados por Martin de Nantes, mantiveram contatos amistosos e relações produtivas com agentes coloniais antes dos conflitos armados da conquista do sertão. Além disso, houve conforme adiantamos contatos amistosos de alguns destes grupos com os batavos⁷³. A respeito das alianças entre “Tapuia” e os holandeses há uma informação contida numa consulta datada de 1685, por exemplo, para nomeação para o cargo de capitão-mor da Paraíba, constando que Amaro Velho Cerqueira “achandose na peleja que houve no Rio Grande com settenta holandezes, e 300 Tapuyas que estavam de emboscada.”(AHU, 1685, outubro, 25, Lisboa).

Não é obra fácil estabelecer, com os dados fragmentados de que se dispõe, os motivos que levaram cada grupo indígena do sertão a se insurgir num dado momento contra os colonizadores. Pode-se contudo inferir, mesmo que de modo genérico, sobre estas causas. Basicamente, acreditamos que a reação de vários grupos “Tapuia” ao avanço colonial tem relação direta com pelo menos quatro questões: o tipo de atividade econômica majoritária da colonização do sertão, a pecuária; as disputas entre os diversos agentes colonialistas sobre o controle da mão-de-obra indígena; as diferentes estratégias políticas dos grupos indígenas

⁷³ As alianças entre os “Tapuia” e os holandeses pode ser realçada em detalhes a partir da leitura dos cronistas holandeses, notadamente Gaspar Barléu (1647), Roulox Baro (1647) e Jorge Marcgrave (1648), os quais citei no capítulo segundo.

diante do universo colonial; e a desestruturação do equilíbrio de forças no que se refere às alianças indígenas após a expulsão dos holandeses.

Não tendo noção de propriedade muitos grupos indígenas do sertão atacavam o gado criado solto nas fazendas pelo fato de enxergá-los como caça, algo que fazia parte da natureza. Esta prática causava grandes transtornos aos curraleiros e denúncias a este respeito era algo recorrente na documentação da época. Antônio de Albuquerque da Câmara, por exemplo, disse ter servido ao rei “na ocasião das Guerras do Assú com prohemincias e soldo de Mestre de campo.”(AHU, 1696, novembro, 29, Lisboa). Afirmou ainda que numa determinada ocasião “levantandose o gentio da nação Jandoim no anno de 685, fazendo muitas mortes, e destruindo os gados dos moradores do Assú.”. Ou ainda em uma certidão do capitão de infantaria Antônio Borges em que diz:

Certifico que pelas noticias q teve o g.^{or} g.^l deste Estado Mathias da Cunha do grande estrago q o tapuia brabo tinha feito na Ribeira do Assú e nas alterações q os moradores da cidade do Rio Grande tinha com o levante dos ditos barbaros em q matarão m.^{ta} gente e grande quantidade de gado e cavaladuras. (AHU, 1688, junho, 10, Arraial de São Francisco da Ribeira do Açú).

Já numa consulta de setembro de 1699, o Conselho Ultramarino sugere ao rei que determine providências quanto ao combate dos “Tapuia”, na capitania da Paraíba, como forma de promover o aumento dos dízimos reais com o incremento das criações de gado. Por fim, numa carta endereçada ao rei de maio de 1687 os oficiais da Câmara da Paraíba afirmam: “Estar o gentio Tapuya fazendo graves estragos de mortes nestas capp.^{as} e nas mais anexas com destruição de considerável gado vacuum donde as perdas grandes nas Rendas de V. Mag.^{de} sem que este capp.^m tendo a infantaria trate com ella de oprimir este gentio”. (AHU, 1687, maio, 15, Paraíba). Nesta última citação, sem duvida mais contundente que as anteriores, fica claro a preocupação com os danos materiais que os índios do sertão causavam aos curraleiros quando abatiam o gado criado solto. A partir destes testemunhos vemos que o ataque dos

índios ao gado e, mais que isso, a possibilidade de acréscimo das rendas reais era motivo suficiente para combater os índios que se recusavam a aceitar os valores e a autoridade colonial.

Já a preação e venda de cativos índios era um rentável negócio colonial que deve ter funcionado como estopim para muitos conflitos entre índios e colonizadores no sertão. Através do mecanismo da “guerra justa” somente poderiam ser transformados em cativos aqueles índios que se insubordinassem contra a Coroa, contudo, forjar atos de hostilidades para com isso justificar a “guerra justa” parece ter sido prática corriqueira no período colonial. Num episódio que envolveu o mestre de campo dos paulistas Manoel Álvares de Moraes Navarro e os índios Paiacu isto se tornou evidente.

Em uma consulta do Conselho Ultramarino, datada de 1701, é informada uma denúncia do ouvidor geral da capitania da Paraíba contra o citado mestre de campo em que este foi acusado de ter forjado um conflito para justificar o cativo dos índios Paiacu. Ainda nesta consulta, o Conselho Ultramarino propõe ao rei que mande soltar os índios feitos cativos injustamente restituindo-lhes assim sua liberdade:

Ordenou V. Mag.^{de} ao Ouvidor geral da Parahiba mandar por em liberdade na sua aldeã os Tapuyas Payacus que foram cativados na guerra que lhe deu o Mestre de Campo dos Paulistas Manoel Álvares de Moraes Navarro pelas causas que nella se deferem (...) e poderem viver com quem quiserem, ou tornar para os da dita sua nação e sendo que maior serviço farião a Deus, e a V. Mag.^{de}. (AHU, 1701, novembro, 8, Lisboa)

Assim, fica claro que a luta dos agentes colonialistas pelo controle da mão-de-obra indígena no sertão foi tão comum quanto em outras áreas de colonização e que teve uma influência decisiva nas estratégias indígenas de resistência ou inserção ao “mundo colonial”. Em carta do Ouvidor da Paraíba, Jerônimo Correia do Amaral, ao rei D. João V, datada de 1716, a questão do controle sobre a mão-de-obra indígena se revela igualmente, na medida em

que o depoente argumenta que a “repartição” dos índios não deveria ficar a cargo dos padres. Pelo contrário, ele defende junto ao rei que o mais correto seria que a atuação dos padres se restringisse apenas a questões espirituais enquanto aos capitães-mores e Câmaras de cada jurisdição deveria ficar a incumbência de “repartir” os índios para o trabalho.

A partir destas pistas pode-se dizer que as imbricadas relações estabelecidas entre índios do sertão, moradores, autoridades e missionários devem ter, em razão das diferentes estratégias de controle sobre a mão-de-obra indígena, seja na forma da escravidão ou não, desencadeado muitos dos heterogêneos conflitos do sertão. Esta situação deve ter influenciado por outro lado, as estratégias políticas de inserção dos índios a “esfera colonial”.

O fato de alguns grupos indígenas do sertão terem se aliado aos holandeses nas capitânicas do norte pode ter servido como impulso para o confronto dos colonizadores com estes grupos. Isto parece ter sido notório para o caso dos Janduís:

Os motivos da revolta remontavam aos abusos de João Fernandes Vieira, capitão-mor da vizinha Paraíba (1655-1657), quando prendera os dois filhos do principal Canindé, tido como ‘rei dos janduís’, e os remetera com mais dois tapuias ao rei, quando este manifestou o desejo de ver alguns espécimens de seus vassallos índios. (2002, p.124).

Assim, devido às vinganças dos luso-brasileiros contra os “Tapuia” em razão das alianças destes com os holandeses ocorrem migrações de vários destes grupos indígenas para longe das áreas coloniais. Desta maneira é provável que o arranjo de alianças que imperou durante o domínio holandês tenha culminado em muitos dos conflitos observados na Guerra do Açú.

Um dos aspectos que chama a atenção em relação aos conflitos da conquista do sertão diz respeito à heterogeneidade das tropas que combateram os índios rebelados. Alguns dos estudos clássicos sobre o assunto supervalorizaram a importante participação dos paulistas nestes conflitos ao passo que minimizaram por outro lado, a participação de tropas locais e de

sua diversidade étnica⁷⁴. Segundo Kalina V. Silva (2003), a organização militar na América portuguesa após o domínio holandês pode assim ser resumida⁷⁵:

Durante o segundo período português, a estrutura militar da zona açucareira é constituída pela tropa de linha, ou regular, que corresponde ao exercito profissional e burocrático português; pelas milícias, o conjunto de tropas auxiliares de reserva, gratuitas, de serviço voluntário; e pelas ordenanças, o agrupamento dos homens restantes em idade militar de cada freguesia (...) Cada uma dessas organizações se caracterizava por congregar tipos sociais específicos. As ordenanças agregam todos os homens livres de cada freguesia em idade produtiva, em geral casados e que não estejam registrados em nenhuma outra tropa; as milícias, tropas elitistas, bastante seletivas quanto a seus componentes, arregimentam homens de uma mesma camada econômica ou étnica, enquanto a tropa burocrática, a única para a qual é feito um recrutamento obrigatório, alista homens solteiros das mais baixas camadas sociais (...) Nos sertões, uma vez que, em geral, imperam os exércitos particulares, predominam as ordenanças, mais com um caráter administrativo do que militar. As milícias, por sua vez, atuam nas principais povoações da zona canavieira e, a partir do século XVIII, também nas maiores vilas sertanejas. (p. 143).

Toda esta diversidade social que, recebendo sesmarias por serviços prestados no combate aos “Tapuia” rebelados, compôs, junto com escravos e os índios do sertão, os agentes produtores do espaço na região, bem como a própria sociedade sertaneja que se forjou em meio a sua conquista colonial. Os documentos a seguir, expressam bem a composição étnica diversificada das tropas que combateram os índios do sertão:

Ser mandado por cabo de infantaria e marchar em busca com seus familiares, e escravos e depois de 33 dias de jornada acharse em algumas pelejas em que se matou e ferio algua gente do dito gentio.” (1696, novembro, 29, Lisboa). Indo no ano de 695 por Cabo de vinte e cinco soldados, oitenta legoas de distancia ate o encontro ao gentio bárbaro pellas hostilidades que fazião naquelles moradores onde assistio três meses, sustentanto aos soldados e cinqüenta índios a sua custa. (AHU, 1707, abril, 11, Lisboa).

Quanto à participação das tropas burocráticas nas guerras do sertão, as evidencias de sua importância também podem ser comprovada a partir de dezenas de consultas e

⁷⁴ Na historiografia paraibana existe uma tradição em considerar as tropas locais das vilas e cidades do litoral como inaptas para o combate aos índios rebelados do sertão. Desta perspectiva fazem parte Mariz (1910), Almeida (1978), Mello (1997), dentre outros. Também Pires (1990) e Puntoni (2002) parecem concordar que a falta de recursos e a maior adaptabilidade dos paulistas ao tipo de guerra do sertão teriam impulsionado sua participação no conflito e que esta teria sido decisiva para a vitória dos colonizadores.

⁷⁵ Sobre a organização militar na América portuguesa, notadamente sobre a questão do recrutamento e características das tropas regulares sugiro a leitura da obra de Kalina V. Silva (2001) **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalização na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**

documentos de outra natureza que fazem referência a participação de oficiais nestas tropas, bem como, conforme constatamos no capítulo anterior, através das concessões de sesmarias aos combatentes dos índios no sertão, de todos os níveis hierárquicos, que faziam parte destas tropas.

Como dissemos acima, em muitos estudos sobre o tema, a participação das tropas regulares é minimizada em face da importância atribuída aos terços paulistas. Contudo, inúmeros documentos referentes à Paraíba revelam, que tanto nos primeiros tempos da “Guerra do Açú”, quanto em momentos posteriores aos conflitos, estas tropas não só se faziam presentes como eram bastante solicitadas para realizar entradas no sertão. Neste sentido, há a informação de que José Ribeiro Pinto, serviu na capitania da Paraíba, entre 1669 e 1697, constando ter socorrido, em 1687, o coronel Luiz de Souza Furna na defesa dos “moradores de Tapuhã da invasão do Tapuya gentio brabo” e ainda ter sido, em 1688, mandado em “socorro do Rio Grande em rasão do Tapuya bárbaro haver sercado aquella capitania”. (AUU [1697, Lisboa]).

Numa consulta realizada pelo Conselho Ultramarino em setembro de 1699 acerca da provisão de homens e munições para o capitão-mor dos sertões das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, há a informação de que índios Ariú, aldeados em Campina Grande, “foram com o dicto capitão mor e 40 careris e 16 índios que tirara das aldeias, e dez soldados daquellas praças” para realizar uma entrada de combate ao “Tapuia” rebelado no sertão das Piranhas e estabelecer um arraial na região (AHU, 1699, setembro, 3, Lisboa). Aqui mais uma vez entrevemos a diversidade étnica mobilizada nas guerras do sertão. Assim, mercenários paulistas⁷⁶, tropas pagas, milícias de “cor” (a tropa de Camarão e os Henriques),

⁷⁶ As principais tropas paulistas que atuaram na “Guerra do Açú” foram: a tropa comandada pelo mestre de campo Matias Cardoso com cerca de 300 combatentes brancos e índios e que começa a atuar em 1687; a tropa

ordenanças e, índios do sertão aliados dos colonizadores, compuseram o complexo quadro social e étnico destes conflitos⁷⁷.

Na citação acima, vemos ainda a importância das alianças entre os índios do sertão e os agentes colonialistas nas guerras do sertão. Como se observa, a tropa descrita acima tem uma quantidade de soldados bastante inferior ao número de índios recrutados para entrada⁷⁸. Assim, entender a dinâmica destas alianças é imprescindível para a compreensão das estratégias de sobrevivência cultural dos índios do sertão na medida em que estes se inseriram como atores importantes no cenário da conquista colonial do sertão norte. Do ponto de vista dos colonizadores ter aliados índios no sertão foi a um só tempo uma maneira de dispor de mão-de-obra e de também contar com um braço armado importante para a manutenção da ordem interna e para a proteção do Império português contra os seus inimigos externos.

Pedro Puntoni (2002), defendeu ter havido, por parte das autoridades coloniais, uma orientação no sentido de promover o extermínio dos povos indígenas do sertão, vistos como ameaça para as pretensões da Coroa portuguesa em expandir seus domínios, bem como para os próprios moradores do sertão:

O que vimos surgir no decorrer da Guerra dos Bárbaros foi uma nova orientação política do Império português, levada a termo pelos seus agentes coloniais com o fim de produzir o extermínio das nações indígenas do sertão norte. Diferentemente do século XVI, quando, em contato com os grupos tupis da

comandada pelo mestre de campo Domingos Jorge Velho com 600 homens sendo a maior parte índios, a primeira expedição data de 1688; e, o terço de Manoel Álvares de Moraes Navarro que começou a atuar em 1689 nas guerras do sertão sendo posteriormente burocratizado e finalmente dissolvido em 1700. (SILVA, 2003, p.263)

⁷⁷ Segundo Silva (2003) o terço de Camarão foi “a principal força indígena a serviço da Coroa porque institucionalizado dentro dos moldes da estrutura militar lusa, enquanto outras tribos aliadas permanecem fornecendo homens de forma irregular.” (p.241). A exemplo do que ocorreu com o terço de Camarão “o terço dos Henriques é formado durante as guerras holandesas em Pernambuco” (p.158) e estas tropas tiveram participação efetiva em várias expedições formadas durante a “Guerra do Açú” no combate aos índios do sertão rebeldes principalmente nos períodos mais críticos do conflito entre 1687 e 1695.

⁷⁸ Nos conflitos da “Guerra do Açú” os soldados índios podiam ser observados como “material humano” majoritário em todos os tipos de organizações militares à exceção do Terço dos Henriques este, constituído em sua totalidade por negros. Numa expedição liderada pelo capitão-mor Manoel de Abreu Soares em 1688, por exemplo, a sua tropa era composta por “150 infantes do presídio de Pernambuco, 4 capitães, 25 soldados de Itamaracá e 25 da Paraíba, além do governador dos Henriques, 100 soldados pretos, o capitão mor dos camarões, 400 soldados camarões e índios da aldeia da Preguiça e outras aldeias da Paraíba, fugitivos das aldeias de Mipibu, Cunhaú e Guarafrás, no Rio Grande e 30 infantes de Pernambuco.” (SILVA, 2003, p.262)

costa e no contexto de afirmação do domínio, estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão (...) No sertão setentrional, muito ao contrário, as guerras aos índios neste momento, por razões estruturais da forma da evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio, de “limpeza do território”. (p.p.17-46).

Ao que parece, a atuação das autoridades e agentes colonialistas em relação aos índios do sertão, mesmo para aqueles rebelados, variou em razão da situação de contato, da região do conflito, bem como em função dos interesses particulares em jogo, a exemplo da disputa pelo controle da mão-de-obra indígena. Em uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino de 23 de fevereiro de 1707, há uma informação a respeito das ações de Diego Pereira de Mendonça onde consta ter este realizado uma entrada “que se fez a aldeã dos cariris onde se aprisionando deseseis Tapuyas levantados, que depois forão soltos por prometerem pazes.” (AHU, 1707, fevereiro, 23, Lisboa).

Em carta do capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castelo Branco, ao rei D. João V, é noticiado a ausência de missionários para as diversas aldeias dos “Tapuia” no sertão da Paraíba, pedindo por fim o dito capitão uma solução para este problema, argumentando ainda que disso dependia a manutenção da conquista. (AHU, 1725, julho, 29, Paraíba). Por estes exemplos, vemos que se realmente houve uma orientação para o extermínio dos “Tapuia” tratou-se certamente de casos específicos. Na Paraíba, vários povos indígenas do sertão são citados na documentação das décadas que se seguiram a Guerra do Açu, muitos deles aliás, eram inimigos da Coroa até se aliarem politicamente aos colonizadores, conforme destaca uma carta do capitão-mor João da Maia da Gama de 1715 em que diz:

E por q de presente se achão os gentios destes certos com alguma desconfiança, e se achão sem mecionario a nação dos Curêmas, a dos Panatis, a do Fagundes, a dos Icos, e a dos Pegas, Canindes, e Caberê, gentios, com q a maior parte delles tiverao já mecionario e se achão sem elle. (AHU, 1715, agosto, 11, Paraíba).

O fato de estes povos terem sido “anteriormente aldeados”, conforme argumenta o capitão-mor, mostra sua aproximação com o “mundo colonial” através de alianças políticas e, o teor da carta mostra ainda a preocupação do capitão-mor em preservar estas relações amistosas a partir da aproximação dos índios com a fé cristã.

Assim, conforme a resistência armada dos índios do sertão foi se exaurindo muitos grupos que até então eram inimigos dos colonizadores passaram a condição de aliados. Na capitania da Paraíba isso ocorreu notadamente com os Janduí, Ariú e Panati, que uma vez aldeados passaram a condição de “braço armado” dos colonizadores. Em um registro de concessão de sesmaria próximo ao rio Seridó, datado do ano de 1701, os requerentes afirmaram, em sua justificativa para obter a concessão, querer povoar a terra com gado e domesticar os índios pela proximidade que tinham com estes. (TAVARES, 1982, p.46).

Mais importante do que procurar desvendar as causas da incapacidade dos “Tapuia” rebelados em resistir ao avanço colonial seria entender a dinâmica política deste processo que denota a grande capacidade dos índios do sertão em compreender e se inserir no “mundo colonial”. Os tratados de paz celebrados entre as autoridades coloniais e alguns desses grupos são uma amostra disso. Em 1692, Canindé, chefe dos Janduí, enviou um pedido de paz ao governador do Estado do Brasil, Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho cujo termos constam num documento denominado **Capitulação entre o Governador Geral do Brasil Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho e Canindé, reis dos Janduí**, datado de 10 de abril de 1692⁷⁹.

Segundo Cristina Pompa (2002), o valor histórico e antropológico desse documento reside no fato de demonstrar:

⁷⁹ Este documento revela, além dos termos da capitulação, numerosas informações acerca da localização das aldeias dos Janduí, dos chefes destas aldeias, de seu potencial bélico, dentre outras.

Mais uma vez que entre os grupos “Tapuia”, os Janduí foram os que mais se adaptaram à realidade colonial, não nos termos de uma passiva aceitação do controle do europeu e de perda de seus traços culturais (a “aculturação”), mas nos de uma releitura e reelaboração destes traços para participar em posição paritária (nem que fosse a de “inimigo derrotado”) no processo de colonização. (p.282)

Quanto aos termos da “paz perpétua” celebrada entre os Janduí e governo vejamo-los de modo sintético⁸⁰:

(1) que Canindé e os três maiores reconheciam o rei de Portugal com “senhor de todo o Brasil e das terras que as ditas 22 aldeias ocupavam” e lhe prometiam obediência; (2) que o rei e seus sucessores “sejam obrigados a guarda-lhe e fazer-lhe guardar por seus governadores e capitães-gerais a liberdade natural em que nasceram e em que pelo direito das gentes devem ser mantidos, como os mais vassalos portugueses”; (3) que os índios “desejam ser batizados e seguir a lei cristã dos portugueses; sendo para esse fim tratados como gente livre, e não oprimidos contra sua vontade”; (4) que os portugueses fossem atacados na Bahia, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba ou Rio Grande eles se comprometiam a pôr em sua defesa “cinco mil homens de armas”; (5) assim como se comprometiam a lutar contra as nações indígenas que se declarassem inimigas; (6) se nas serras e terras que possuíam aparecessem “alguma mina ou minas de ouro, prata, ferro, preciosas, ou de outra qualquer espécie, ou notícia de as haver”, dariam logo conta disso ao governador; (7) não incomodariam os currais de gado no Rio Grande, permitindo que os antigos sesmeiros repovoassem o sertão, em troca, além de poderem “livremente” pescar nos rios e praias, ficariam “reservadas, para o sustento e conservação de cada aldeia dos janduí, por serem muito populosas e as terras muito largas, dez léguas de terra de cada banda, ainda que nelas entrem as ditas sesmarias concedidas até o presente”; (8) que os moradores não os tomariam como cativos para o trabalho; (9) que ajudariam na reedificação da fortaleza do Rio Grande; (10) “e sobretudo que nenhum capitão ou cabos dos paulistas os possa perturbar, inquietar, nem fazer guerra, e deles seja livre e isenta geralmente toda a nação dos janduí”. (PUNTONI, 2002, p. 158)

Como vimos anteriormente, sob a liderança do mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro ocorreu um evento que culminou com uma guerra e conseqüente cativeiro ilegal dos índios Paiacu, aldeados no Apodi. As tropas do citado mestre de campo eram compostas majoritariamente por índios Cariri, Canindé e Janduí, o que denota a plasticidade de condutas destes últimos em agir de acordo com suas próprias estratégias políticas e em função das circunstâncias.

Comentando a respeito das técnicas empregadas nas guerras do sertão e sobre as razões que levaram a derrota dos índios levantados, Kalina V. P. da Silva (2003) afirma que:

⁸⁰ Em 1697, foi realizado outro tratado de paz, similar ao dos Janduí, com os Ariú Pequeno. No documento contudo, não é especificado a localização das aldeias destes índios. No entanto, em um registro de concessão de sesmaria datado de 29 de novembro de 1708 o provido, sargento-mor Antonio José da Cunha, informou que os Icó Pequeno habitavam próximo ao riacho do Peixe (rio do Peixe), afluente do rio Piranhas, região vizinha as terras que recebera em sesmaria. (TAVARES, 1982, p.67)

A administração colonial vence as tribos continentais não devido a uma superioridade bélica, mas a uma capacidade de organização e de mobilização de recursos humanos que prevalece sobre a organização política dos indígenas. Nesse sentido percebemos que inexistiu uma superioridade tática dos colonizadores (...) Do ponto de vista militar, por outro lado, a vitória do projeto de colonização português no sertão se deve em grande parte à própria atividade bélica das tribos continentais, visto que são elas a principal força militar da Coroa na conquista do continente. (p.239).

Sobre a inexistência de superioridade tática dos colonizadores, Sérgio Buarque de Holanda (1994) já apontava para a grande capacidade de adaptação cultural do “adventício” a realidade social e ecológica nativa. De fato, numa situação de contato interétnico ambas as culturas tendem a se modificar e nas guerras do sertão isso pode ser observado, da parte dos índios, pela adoção de armas de fogo e de uma organização mais burocratizada das tropas e, da parte dos colonizadores, pela adequação aos recursos nativos, bem com das técnicas de guerra indígena⁸¹.

Neste sentido, é possível que a explicação para o fato dos Janduí terem sido considerados como os maiores opositores dos colonizadores na “Guerra do Açú” reside na incorporação por parte destes de recursos e técnicas dos adversários⁸². Ainda neste sentido, deve-se ressaltar a notoriedade destacada nos estudos sobre o tema a respeito da utilização, por parte dos Janduí, de armas de fogo e cavalos o que revela, aliás, a adaptabilidade destes em meio a uma realidade social em constantes transformações⁸³.

Em decorrência dos contatos culturais entre índios e colonizadores surgiu na América portuguesa o que se convencionou chamar de guerra volante, guerra de emboscada ou mesmo,

⁸¹ Um exemplo clássico de burocratização de tropas indígenas é o terço de Camarão, já citado. Em 1723, uma carta da conta da nomeação do índio Francisco de Mello, até então sargento-mor, a patente de general dos índios Corema no sertão da Paraíba. (PINTO, 1908; 1977, p. 94). Além disso, em relação a “mescla cultural” que surgiu como fruto dos contatos é importante destacar que uma lei de 1611 criou a figura do capitão de aldeia “morador encarregado do governo temporal das aldeias.” (POMPA, 2003, 297).

⁸² Neste caso devemos lembrar das alianças entre os Janduí e os holandeses durante o período em que estes senhorearam as capitânicas do norte.

⁸³ Sobre o uso de armas de fogo e cavalos ver Pompa (2003, p.279); Mello (1997, p.68) e Silva (2003, p. 237). Já sobre as vantagens da locomoção em marcha no sertão ver Holanda (1994, p.125). Também este autor destacou a ampla utilização de armas indígenas pelos colonizadores á exemplo do “escupil” (um tipo de colete para proteger das flechadas) e do arco e fecha (1994, p.116).

guerra brasílica. Esta, consistia na utilização de técnicas de guerrilha, no uso de um arsenal variado de armas (armas de fogo e indígenas), na inexistência de confrontos em campo aberto e na mobilidade como importante ataque de ataque e fuga⁸⁴. Foi neste sentido, que Matias da Cunha informava ao capitão-mor da Paraíba que:

Como a guerra dos bárbaros é desordenada, e as suas invasões são repentinas, e ao mesmo tempo em diversas partes, sendo estas distantes, e impossível que um só sujeito possa acudir a todas, é preciso que em cada uma governe separadamente o cabo a que tocar resistir-lhe, ou cometê-lo. (Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor da Paraíba, Amaro Velho Siqueira, 14/3/1688. DH, 10:269, apud PUNTONI, 2002, p.135).

A guerra de emboscada empregada por índios e colonizadores no sertão, não seguia desta maneira as modernas técnicas e regras da “arte” da guerra européia, pelo contrário, esta caracterizou-se pelos combates sangrentos e ausência de regras⁸⁵. Por fim, gostaríamos de destacar ainda que, muitos estudiosos do tema procuraram explicar a presença e importância dos paulistas nas guerras do sertão pela maior adaptabilidade destes ao meio ecológico do sertão e as técnicas de combate, locomoção e sobrevivência adquiridas junto aos indígenas. Contudo, conforme constatamos, praticamente todas as tropas que lutaram nas guerras do sertão eram compostas majoritariamente por índios, o que claramente explica esta adaptabilidade não ter sido exclusiva dos paulistas já que tropas regulares oriundas das vilas e cidades do litoral se fizeram presentes por décadas nestes conflitos.

⁸⁴ Os presídios e fortificações quase não existiam nas primeiras décadas de colonização do sertão não sendo portanto, ao que parece, fator importante no decurso da guerra.

⁸⁵ Um exemplo claro destas práticas não convencionais nas guerras do sertão diz respeito a manutenção da “‘bagagem’ (como eram chamadas as crianças e mulheres dos tapuias que acompanhavam as marchas) como refém em um aldeamento ‘seguro’, enquanto os guerreiros cumpriam um recrutamento forçado em alguma expedição de guerra”. (PUNTONI, 2002, p.207)

Aldeamentos missionários no sertão da Paraíba

A luta pelo controle da mão-de-obra indígena pelos agentes colonialistas foi, no período colonial, um problema de difícil resolução. Assim, moradores, paulistas e missionários, por exemplo, protagonizaram estas disputas presentes também em relação aos índios do sertão. Em 07 de outubro de 1675, uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro informa sobre uma representação dos moradores da capitania da Paraíba quanto a manutenção dos índios em suas aldeias em função da crise econômica e da conseqüente impossibilidade por parte dos moradores de adquirirem escravos negros. Este documento revela a conjuntura de crise que se abateu sobre a economia açucareira e que teve reflexos não somente na colonização do sertão, como também, na disputa da mão-de-obra nativa da região. (AHU, 1675, outubro, 07, Lisboa).

Nesta seção, trataremos, sobretudo dos aldeamentos missionários como mais uma importante situação de contato entre índios e colonizadores no sertão⁸⁶. Visto por uns como *locus* de sobrevivência cultural para os índios e por outros como instrumento de “aculturação”, os aldeamentos penetraram no sertão de mãos dadas com a colonização contribuindo para a reorganização do espaço do sertão norte⁸⁷.

Assim, em meio aos contatos interétnicos todas as culturas envolvidas se modificam. Partindo desse pressuposto chega-se a conclusão que os aldeamentos missionários

⁸⁶ Por aldeamentos ou missões entende-se aqueles espaços onde determinados grupos indígenas viviam em contato com os colonizadores na condição de aliados ou seja, vassallos do rei. Nestes espaços, religiosos de várias ordens, jesuítas, oratorianos, capuchinhos, carmelitas e franciscanos, se encarregavam em tentar levar a fé e os valores ocidentais para os índios. Afora isso, segundo Puntoni: “Além dos aldeamentos submetidos ao poder temporal das ordens religiosas havia também as chamadas ‘aldeias d’el-rei’ (sujeitas ao governo – geral) e mesmo alguns aldeamentos particulares (sujeitos às câmaras ou a alguns colonos, como era o caso em São Paulo).” (2002, p.54).

⁸⁷ Vale destacar que mesmo antes da efetiva colonização do sertão norte já havia aldeamentos de índios “Tapuia” no litoral através do mecanismo dos “descimentos”, ou seja, do estabelecimento de aldeias destes índios junto as vilas e cidades do litoral.

representaram um fenômeno social que foi muito além da mera imposição da cultura e religião ocidental sobre os índios. Como afirma Cristina Pompa:

As fontes sobre o Brasil colonial revelam a dialética do encontro entre índios e missionários em que, de um e de outro lado, houve um constante trabalho de transformação no plano das práticas e dos símbolos, as primeiras veiculando os segundos e sendo, ao mesmo tempo, determinadas por estes. (2003, p.23).

A primeira informação sobre uma missão no sertão da Paraíba esta contida no relato de Martin de Nantes, padre capuchinho francês que iniciou seu trabalho missionário no Brasil em 1671. Apesar de ter estabelecido sua atividade missionária mais duradoura no sertão do médio rio São Francisco, Martin de Nantes esteve, antes disso, à frente, por volta de oito meses, de um aldeamento indígena Cariri na Paraíba, conforme ele próprio destaca em sua **Relação de uma missão no rio São Francisco**. Chegando à Bahia em 1671, o padre se dirigiu quase que imediatamente para a capitania de Pernambuco onde recebeu o convite do também padre capuchinho Teodoro de Lucé para gerir uma aldeia a qual estava à frente e que havia sido descoberta por volta de 1670 pelo “curraleiro” Antônio de Oliveira, na Paraíba (NANTES, 1979, p.03). A aldeia a qual estiveram à frente os padres Teodoro de Lucé e Martin de Nantes que o sucedeu, se localizava provavelmente na região do atual município de Boqueirão⁸⁸. A este respeito Ireneu Joffily afirma que:

A aldeia em que esteve, distava 50 léguas da cidade da Paraíba e 70 do Recife; portanto, não podendo ser Pilar, acreditamos que fosse Boqueirão embora não seja realmente a distancia que a separa daquelas capitais; mas é natural a quem viaja, abrindo caminho para passar, como sucedeu ao padre M. de Nantes, calcular as distâncias para mais. (1892, p.39).

⁸⁸ É provável que as áreas dos municípios de Boqueirão e Cabaceiras, localizados na microrregião do Cariri Oriental, tenham tido como ponto de partida de sua colonização sesmarias concedidas a Antonio de Oliveira e demais pessoas de sua família. Este teria ainda, fundado um arraial de nome Boqueirão ou Boqueirão de Cabaceiras, núcleo original da colonização na região. Segundo alguns historiadores paraibanos este curral teria sido uma das portas de entrada mais para o interior da capitania nas vias de penetração leste-oeste. Ainda nesta região, nos momentos iniciais da colonização, viviam os índios Carnoió, que habitavam a serra de mesmo nome nos limites entre Cabaceiras e Boqueirão.

A descrição da viagem a este aldeamento, no relato de Nantes, faz crer que realmente se tratava de uma região de semi-árido. As missões dos Cariri podem ter servido de base de apoio para as penetrações coloniais no sertão da Paraíba. Os estudiosos do processo de ocupação territorial da Paraíba destacam a fundação de uma missão Cariri em Pilar, conforme sugere o testemunho de frei Jaboatão escrito em 1761, citado por Ireneo Ferreira Pinto (1908; 1977):

Tiveram estes índios a sua primeira situação e aldeia no sertão dos Carirys, que chamam de fora, e por inconveniências do sustento, e outras mais, e ficarem em distancia da cidade alem de algumas trintas legoas, os seus missionários antigos, que eram sacerdotes seculares, os transferirão para o lugar donde agora existe, que por isso lhe chamão os Carirys de baixo, e fica esta sua Aldeia acima do engenho do Tapyé. Naquelles primeiros carirys tem terras próprias que lhes pagam foros. (p.65).

Antes dele, já Manoel Aires de Casal (1817) afirmava que:

Doze léguas acima da capital, na margem esquerda do Paraíba, está a Vila do Pilar do Taipu, ornada com uma igreja matriz, que tem por padroeira Nossa Senhora do Pilar. Cariri foi seu primitivo nome, enquanto aldeia de índios, seus primeiros habitantes, e que ainda hoje formam com as suas extrações o grosso do povo, que bebe do rio, e nos seus arredores cultiva boa quantidade de algodão, mandioca, e outros mantimentos. (1976, p.275).

Numa consulta realizada pelo Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, datada de 03 de setembro de 1699, aparece uma informação a respeito de um aldeamento fomentado pelo capitão-mor dos sertões das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo. No documento consta que para apoiar o dito capitão-mor em suas ações de combate aos “Tapuia” no sertão da Paraíba:

Lhe era necessario q este cap.^{am} o ajudasse com alguma gente e muniçõs_p^a nas ditas Piranhas fazer Arraial q trazera consigo huma nação de Tapuyas chamados Ariús q estão aldeados junto aos Cariris, onde chamão a Campina Grande e querião viver como vassalos de V. Mag.^{dc} e reduzirem se a nossa S^{ta} Fé.(AHU, 1699, setembro, 3, Lisboa).

A partir de 1692 começou a atuar a Junta das Missões de Pernambuco que fora criada em 1681 (MEDEIROS, 2000, p.87). Esta instituição teve jurisdição sobre os aldeamentos da capitania da Paraíba e tinha por objetivo principal deliberar sobre os assuntos relativos a

atividade missionária nas áreas sob sua jurisdição⁸⁹. Os aldeamentos indígenas no sertão foram imprescindíveis para expansão territorial da América portuguesa por dois motivos principais: pela mão-de-obra indígena disponível e, principalmente pela importância militar representada pelos índios aliados no combate e proteção contra os inimigos da Coroa. Disso, certamente, decorre a preocupação do capitão-mor da Paraíba João da Maia da Gama quando este escreveu ao rei de Portugal acerca da falta de missionários nas aldeias do sertão da capitania:

Representei a V. Mag.^{de} q seria mui conveniente nestas contendas dos religiosos observantes de N. Sra do Carmo com os da Reforma, que V. Mag.^{de} deve esses da Reforma o convento de Olinda com obrigação de tomarem a sua conta as miçõins desta capitania; e por q de presente se achão os gentios destes certos com alguma desconfiança, e se achão sem mecionario a nação dos Curêmas, a dos Panatis, a do Fagundes, a dos Icos, e a dos Pegas, Canindes, e Caburé, gentios, com q a maior parte delles tiverão já mecionario e se achão sem elle. (...) Me pareceu dar esta carta a V. Mag.^{de} p.^a q se faça servido do remédio a esta falta, ao mandando encarregar estas miçõins a dita Religião da Reforma, ou aos de Santa Tereza ou aos da Comp. de Jesus por q nos mais ha mui pouco zello, como mostrarei de alguma em outra carta q darei junto com esta e V. Mag.^{de} mandara o que for servido. (AHU, 1715, agosto, 11, Paraíba).

Dez anos depois, em carta do capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castelo Branco ao rei de Portugal, o problema da ausência de missionários para os índios “Tapuia” persiste. Em seu depoimento o capitão-mor afirma ter assumido o comando da capitania e encontrado “diferentes aldeãs de índios e naçõins de Tapuya sem missionários que administrem os sacramentos e os instrua na doutrina.”(AHU, 1725, julho, 29, Paraíba). João de Abreu se mostra ainda surpreso com o fato de algumas aldeias de índios Tapuia nunca terem tido missionários que os instruissem a exemplo dos Fagundes, Cavalcantes e Coremas. Por fim, ele conclui a carta suplicando ao rei que tomasse providencias urgentes no sentido de determinar o envio de “prelados destes conventos a socorrer as aldeas.”

⁸⁹ A Junta das Missões de Pernambuco existiu até o ano de 1759 e detinha jurisdição sobre as capitanias da Paraíba, Itamaracá, Rio Grande e Ceará, além da própria capitania de Pernambuco. Para Cristina Pompa a Junta das Missões era: “Um mecanismo descentralizado de controle das atividades missionárias, formado pelo governador que a convocava, o bispo (ou, na falta deste, o vigário geral), o ouvidor geral, o provedor da fazenda e os prefeitos das ordens religiosas da capitania que possuíssem missões.” (2003, p. 296).

A partir destes documentos pode-se chegar à conclusão de que a obra missionária no sertão da Paraíba ocorreu, nos primeiros tempos de colonização, de modo descontínuo e insuficiente. Se tomarmos como base os relatos acima, devido à ausência de clérigos para as aldeias dos índios “Tapuia”. Comparando as listas de aldeias “Tapuia” contidas nos estudos de Puntoni (2003, p.298) e Medeiros (2000, p. 170) exponho abaixo um quadro simplificado delas na primeira metade do século XVIII.

Aldeamentos indígenas do sertão da Paraíba ⁹⁰

Região	Aldeia	Ordem Missionária	Etnia
Taipú (N. S ^a do Pilar)	Cariri	Capuchinho	Tapuia
Sertão do Cariri (Serra da Borborema)	Campina Grande	Habito de São Pedro	Cavalcanti/Ariú
Sertão do Mamanguape	Boa Vista	Religiosos de Santa Tereza	Canindé/Xucuru
Sertão do Cariri	Brejo	Capuchinho	Fagundes
Sertão do Piancó	São João de Panati	Religiosos de Santa Tereza	Panati
Sertão do Piancó	Coremas	Jesuíta	Corema
Sertão de Piranhas	Pegas	–	Pega
Sertão do Rio do Peixe	Icós-pequenos	–	Icó

⁹⁰ Os dados que constam neste quadro foram formulados a partir de documentos do período e das obras de Pires (1990), Medeiros (2000) e Puntoni (2002).

Através deste quadro observamos principalmente a grande variedade de ordens religiosas que atuaram junto aos índios do sertão da Paraíba. Curiosamente, os Oratorianos tidos por alguns autores como os grandes representantes dos aldeamentos do “sertão de fora” não foram contemplados nesta listagem pelo fato de não aparecerem na documentação consultada.

A ação missionária na América portuguesa esteve regulada pelo sistema de padroado (Padroado Régio), regime de obrigações recíprocas entre as nações católicas de Portugal e Espanha e a Igreja Católica que entrou em vigor no século XV. (POMPA, 2003, p.295). As missões estabelecidas no sertão junto aos índios “Tapuia” atenderam assim, aos interesses da colonização pelas várias razões já colocadas. Do ponto de vista dos indígenas, as missões representaram um tipo de contato que culminou com a reelaboração do modo de vida e do mundo simbólico destes, promovendo a criação de uma “cultura mestiça” no sertão que por sua vez acompanhou o processo de miscigenação próprio da América portuguesa. É importante que se diga que os aldeamentos não representaram simplesmente uma submissão completa destes ao projeto colonialista. Pelo contrário, os aldeamentos representaram para os índios um espaço de inserção, espaço constante de reelaborações e negociações que permitiram a estes sobreviver físico e culturalmente.

Considerações finais:

Um dos mais importantes estudiosos da Paraíba, Ireneo Joffily (1892), conclamou os pesquisadores do futuro a estudarem a fundo a segunda metade do século XVII na Paraíba, período este relacionado com a conquista colonial do sertão. Os historiadores e geógrafos do século XX por sua vez, não se furtaram em destacar em suas obras este processo, bem como as guerras entre colonizadores e índios que ocorreram como fruto dessa expansão territorial.

Apesar de rica e variada esta produção, no entanto, a qual chamamos aqui de clássica, se concentrou sobretudo nos principais fatos, encadeados cronologicamente, e personagens que teriam participado ativamente desse processo, conforme pudemos observar anteriormente.

Com o propósito de investigar a importância do período na organização do espaço sertanejo partimos para a pesquisa bibliográfica e documental. Várias preocupações nortearam o nosso trabalho. Assim, nossa narrativa partiu das imagens e representações do sertão no período colonial para entender como este espaço era enxergado pelos contemporâneos. Vimos também, que as diversas concepções de sertão variaram no tempo, entre os séculos XVI e XVIII, e de acordo com as conjunturas. Além disso, observamos as associações do sertão com alguns grupos étnicos (notadamente os índios “Tapuia”), e sociais (os quilombolas, os paulistas e os criminosos), em todos estes casos o sertão era encarado como o lugar do “outro”. Cada um desses grupos sociais ou étnicos esteve associado a determinadas imagens do sertão que transitaram entre a rusticidade, incivilidade e liberdade. Tomando o sertão numa dimensão mais material analisamos também nesta parte do trabalho a mestiçagem ecológica na colonização do sertão e o problema dos limites territoriais e circunscrições administrativas das capitanias.

O modo de vida dos índios “Tapuia” que, junto com os colonizadores foram os grandes agentes produtores do espaço no sertão em meio a sua conquista colonial também foi destacado. Tomando como referência, teoricamente as abordagens culturais da geografia e os estudos antropológicos, procuramos apresentar inicialmente a grande diversidade étnica dos índios do sertão para em seguida analisar aspectos de sua cultura material e simbólica.

Enfatizamos a ocupação colonial do sertão enfocando os principais agentes colonialistas produtores do espaço. Partindo do contexto histórico, motivações e itinerários da conquista colonial do sertão da Paraíba, bem como do sistema de concessão de terras (sistema sesmario), enfocamos os principais grupos sociais e as estratégias adotadas por estes para adquirir terra no sertão.

Finalizando o trabalho apresentamos as principais situações de contato entre índios e colonizadores. Partimos do pressuposto de que estes contatos variaram de acordo com as estratégias adotadas pelos vários grupos indígenas ante os agentes colonialistas. De resistência armada ao avanço colonial à aliança militar firmada entre índios e colonizadores, passando pelos aldeamentos indígenas, foram várias as situações de contato interétnico na conquista do sertão. Resumindo, procuramos demonstrar que a colonização do sertão não foi obra apenas dos diversos agentes colonialistas que dela participaram, mas, sobretudo, da participação significativa dos índios que interagiram com os colonizadores de diversas formas.

Enfim, observamos não apenas na chamada Guerra dos Bárbaros, mas na colonização do sertão da Paraíba como um todo um emaranhado de interesses dos diversos agentes colonialistas (moradores, paulistas, missionários de várias ordens e autoridades) e de estratégias por parte dos diversos grupos indígenas do sertão que transformam esse processo em algo difícil de classificar apenas pela afeição desenfreada por terra e escravos índios (por

parte dos colonizadores), como também pela resistência dos índios do sertão ao avanço colonial.

Como vimos, o enfoque clássico sobre os índios na produção regional, escamoteou qualquer possibilidade de atuação ativa, anulou-os como sujeitos históricos e os descartou como agentes importantes na formação social e territorial do sertão. Assim, contribuir para o resgate do dinâmico e heterogêneo papel social e histórico desempenhado pelos índios “Tapuia” na colonização do sertão e seus contatos culturais com os colonizadores foi um dos objetivos desse trabalho. Nesta perspectiva, nossa intenção foi demonstrar que os agentes colonialistas não foram os únicos a contribuir para a reorganização do espaço no sertão nem tampouco para a formação social do mesmo.

Através das diversas situações de contato entre índios e colonizadores demonstramos que a ocupação colonial do sertão não pode ser vista apenas como uma imposição pela força do colonizador em relação às sociedades nativas. Em nossa análise procuramos evidenciar a importância dos índios do sertão como agentes produtores do espaço em meio à colonização. Quanto à guerra esta foi sem dúvida a face mais dramática do “encontro” entre colonizadores e índios no sertão, mas não a única.

Por fim gostaríamos de mais uma vez destacar a importância de nossa proposta considerando que em tempos em que o etnocentrismo e a intolerância em relação ao “outro” se tornam tão evidentes, este trabalho poderia ser mais uma contribuição no sentido de tentarmos entender também um aspecto determinante da formação da sociedade sertaneja no período colonial, que possibilitará avaliar as relações de dinâmica e permanências sociais, de alianças e resistências que marcaram os contatos interétnicos no espaço e período abordados.

Bibliografia consultada:

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- _____. **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.
- _____. O Elemento Humano – Índigenas Paraibanos: Potiguaras, Tabajaras e Cariris. In: MELO, José Octávio de Arruda (org.). **Capítulos de história da Paraíba**. Campina Grande: GRAFSET, 1987.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. e RATTIS, Alecsandro J.P. (org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- _____. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSANYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Editora HUCITEC – Fapesp, 1996, p.p. 99-109.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, S.P.: Edusc, 2000.
- AZEVEDO, Aroudo de. **Geografia do Brasil: bases físicas, vida humana e vida econômica**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões a independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUSA, Maria Adélia de S. & SANTOS, Milton. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, p.p. 1-24.
- BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1980.
- CARLOS, Ana Fani A.(org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, Contexto, 1999.
- CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.p. 89 – 118.
- _____. “A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia”. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba (PR): Univ. Federal do Paraná, 2002, p.p. 11 – 37.
- _____. **A geografia cultural**. Florianópolis: editora da UFSC, 2001.
- CONTI, José Buêno, A geografia física e as relações sociedade - natureza no mundo tropical. In: CARLOS, Ana Fani A.(org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, Contexto, 1999, p.p.07-21.
- CUNHA, Manuela Carneiro da.(org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Cia das Letras, 1992.
- DEMO, Pedro. A construção científica. In:_____. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1987, p.p. 29-51.
- _____. Relativização e pesquisa metodológica. In:_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. p.p. 46-64.
- _____. Limites da preocupação metodológica. In:_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. p.p. 65-81.
- DIAS, Margarida Maria dos Santos. **Intrépida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico e a produção de história local**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1980.
- GREGORY, Derek. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2004.
- FAUSTO, Carlos. Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca: a mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- _____. Revista Mana. Rio de Janeiro. Vol.10. Abril, 2004.
- FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. **História da Paraíba: para uso didático**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1981.
- FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. Resistência Indígena e Dominação dos Sertões. IN: GURJÃO, Eliete de Queiroz e LIMA, Damião de (org). **Estudando a história da Paraíba**. Campina Grande: EDUEF, 2001.
- HARRIS, Marvin. **Canibais e reis**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**, Tomo I. A época colonial. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1987.

- _____. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAPIASSÚ, Hilton. O que é a epistemologia. In: **Introdução ao pensamento Epistemológico**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p.p. 21-39.
- JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília-DF: Thesaurus Editora, 1892.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3ª. Ed. Campinas, S.P.: Papyrus, 1993.
- LENCIONE, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: SPÓSITO, Eliseu Savério. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicos na geografia contemporânea**. Revista Terra Livre, no 16, São Paulo, AGB, 1º Semestre de 2001, p.p.99-112.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECSANYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Editora HUCITEC – Fapesp, 1996, p.p. 109-120.
- MACHADO, Maximiano Lopes Machado. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. TOMO II, 1977.
- MAGALHÃES, Basílio. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. 4ª ed. São Paulo: Cia editora Nacional, 1978.
- MAIA, Sabiniano. **Itabaiana: sua história-suas memórias (1500-1975)**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1976.
- MARÉS, Carlos Frederico. Da tirania à tolerância: o direito e os índios. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MARIANO, Nayana R. Cordeiro. Maximiano Lopes Machado e a imagem do índio redimível. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja R.C. (org.). **Historia da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p.p. 117-138.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa-PB: A União Editora, 1994.
- _____. **Através do sertão**. Imprensa Oficial Paraíba do Norte. Edição Fac-similar, 1910.
- _____. **Evolução econômica da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: A União, 1978.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **A redescoberta dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. Recife: Tese de Doutorado-Programa de Pós Graduação em História da UFPE, 2000.
- MEGALI, Januário Francisco. **A geografia torna-se uma ciência social**. São Paulo: Editora Ática, 1984.
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/INL, 1980.
- MELO, Antonio Sérgio Tavares de. & RODRIGUES, Janete Lins. **Paraíba: desenvolvimento econômico e questão ambiental**. João Pessoa: Grafset, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 4ª ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997.
- _____. **A Paraíba das origens a urbanização**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB/ FUNAPE, 1983.
- MELLO E SOUZA, Laura de (org.). Formas privadas de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____(org.). **Historia da vida**

- privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1977, p.p. 42-81.
- MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.** Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Campinas: Agosto, 2001.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720).** São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.
- MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** 6ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.
- _____. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1997.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio.** Salvador: Editora da UFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.
- NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NANTES, Frei Martin.
- PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.
- PINTO, Luis Teixeira de Meneses. **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba.** Rio de Janeiro: Editora Leitura S. A, 1973.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial.** Recife: FUNDARPE, 1990.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial.** Bauru, S.P.: EDUSC, 2003.
- PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PUNTONI, Pedro. Tupi ou não Tupi? uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas no Brasil colonial. In: RISÉRIO, Antonio. **Invenção do Brasil.** Salvador: Made, 1997, p.p.49-55.
- _____. **A Guerra dos Bárbaros. povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil.** 1650/1720. São Paulo: Hucitec:editora da universidade de São Paulo:Fapesp, 2002.
- RATTS, Alecsandro J.P. A geografia entre aldeias e quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. & RATTS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais.** Goiânia: Alternativa, 2003, p.p. 07-40.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em história.** São Paulo. Paz e Terra, 2000.
- SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **Um discurso sobre as ciências.** 7ª. Ed. Lisboa: Afrontamentos, 1995.

- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: editora HUCITEC, 1980.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo. NOBEL, 1985.
- SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. (org). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 05-71.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juízes 1609 – 1751**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEEMANN, Jorn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. e RATTIS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p.263-271.
- SEIXAS, Wilson. A Casa da Torre e bandeirantismo na conquista do sertão. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, p.p. 58-67.
- _____. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. João Pessoa: A Imprensa, 1961.
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **‘Nas solidões vastas e assustadoras’- os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernanbuco nos séculos XVII e XVIII**. Tese de Doutorado em História – CFCH/UFPE, Recife: 2003.
- SILVA, Marlene Maria da. **Sertão norte: área do sistema gado-algodão**. Recife: SUDENE, 1982.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional; Editora da universidade de São Paulo, 1971.
- TAVARES, João de Lyra Tavares. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, 1982.
- VARNHAGEN, Francisco Adoufo de. **História geral do Brasil**. Tomo III. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: _____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001, p.p.25-58.
- WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.